

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Cristina Maria Macedo Tomaz

Memória de mulheres: lembranças e identidades
de mulheres brasileiras da ACTC

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

São Paulo
2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Cristina Maria Macedo Tomaz

Memória de mulheres: lembranças e identidades
de mulheres brasileiras da ACTC

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para a obtenção do
título de MESTRE em Ciências Sociais, pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
sob a orientação da Prof^ª. Doutora *Teresinha
Bernardo*.

São Paulo
2009

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Pela confiança, pelo apoio fundamental, pelas inúmeras leituras, agradeço imensamente à Prof. Dra. Teresinha Bernardo, que me acolheu e me incentivou a continuar.

Aos professores Rinaldo Arruda, Maria Helena Villas Bôas, Carmem Junqueira, Maria Celeste Mira, Márcia Regina (*in memoriam*), pelos ensinamentos.

Às mulheres da ACTC, que me permitiram entrar em suas histórias e ser por elas atravessada. Agradeço por me oportunizarem, pelo resgate de suas memórias, trazer os fios do bordado com o qual pude retomar a história com minha mãe, minha adolescência e com o universo feminino. Agradeço pela rica e significativa vivência profissional e pessoal que me permitiram a construção de um novo olhar, sacudindo os alicerces de minha história como mãe e mulher.

À educadora e psicanalista Norma S. Queiroz, que pacientemente ouviu minhas angústias diante do desafio da formulação da minha dissertação, conseguindo resgatar o fio da sensibilidade e dos sentimentos, na busca da escrita significativa, tornando possível novas aprendizagens.

À Regina Amaury, coordenadora da ACTC, pelo incentivo, pelo carinho, acolhimento e apoio incondicional nos momentos mais delicados, acreditando em meu trabalho.

À Teresa Bracher, presidente da ACTC, pela confiança, abrindo as portas e tornando possível a tessitura de uma nova história.

À toda equipe da ACTC, pelo acolhimento, compreensão, apoio e pela presteza em atender minhas solicitações durante esse processo.

À Escola Vera Cruz, em nome de sua diretora Stella Galli Mercadante, que me possibilitou exercer a função de professora de biblioteca, que descortinou meu olhar para outras linguagens, tornando possível novas e fecundas leituras.

À Nádia Dimitrov e Elza Brito, pelo incentivo carinhoso e por me mostrarem a possibilidade de se bordar novos tramas em diferentes tecidos.

À Beatriz Dória, Flávia Ricca, Rosângela Simões, Marilda Cabral, Sandra Alves, Ana Claudia Moraes, por compartilhar minhas angústias e apreensões e por terem acompanhado, com suas presenças amigas, o processo de construção desse trabalho.

Aos meus queridos colegas e funcionários da Escola Vera Cruz, com quem tenho compartilhado aprendizados.

Às amigas que fiz durante o curso de mestrado, entre elas Zenaide, pelos ensinamentos e incentivo; Juliana, Helena e Sandra, companheiras nas dúvidas e incessantes buscas.

À Elaine e Paulo, que não mediram esforços na correção e formatação desse trabalho.

Ao meu pai Antonio, pelo amor, carinho herança que se traduzem em valores que marcam minha vida.

À minha Mãe Aparecida (*in memoriam*) que, desde cedo, mesmo em sua tristeza, me ensinou a paixão pela vida, pela natureza, pelo belo, pelos bordados, o que possibilitou o recomeço de novas histórias.

Meu carinho especial para minha família, pelo apoio e incentivo do meu marido Acrísio, pelo carinho e compreensão dos meus filhos, Thiago e Igor, diante das minhas inúmeras ausências.

RESUMO

O presente estudo trata da memória de mulheres que recebem hospedagem na Associação de Crianças Cardíacas e Transplantadas do Coração (ACTC), enquanto seus filhos estão em tratamento no INCOR – Instituto do Coração, na cidade de São Paulo. A maioria delas vêm de diversas regiões do país e pertencem às camadas mais baixas da nossa população.

Ao registrar e interpretar o cotidiano da ACTC, bem como analisar as histórias de vida dessas mulheres, utilizando a memória como recurso metodológico, estabelecemos relações por meio de suas lembranças com a construção de suas identidades. Além disso, procuramos compreender o que é ser mulher para esse grupo, assim como a doença do filho e as novas experiências vividas em São Paulo interferem na construção e reconstrução de suas identidades.

Palavras-chave: memória; identidade; maternidade; mulher; bordado.

ABSTRACT

The aim of this study is to research the memory of women who are hosted at the Associação de Crianças Cardíacas e Transplantadas do Coração (ACTC_ Association of Transplanted and Heart Disease Children) while their children are undergoing treatment at Instituto do Coração (INCOR_Heart Institute) located in the city of São Paulo. Most of them come from several different regions of Brazil and belong to the less privileged social classes.

We established relations through their recollections and the construction of their identities by registering and interpreting the daily routine at the ACTC, as well as by analyzing these women's background using the memory as a methodological tool. We also tried to understand what to be a woman for this group means as well as how the child's disease and their new living experiences in the city of São Paulo interfere in the construction and reconstruction of their identities.

Key-words: memory; identity; maternity; woman; embroidery.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Metodologia	6
Teoria	6
Técnica	13
CAPÍTULO 1 – ACTC ESPAÇO DE VIVÊNCIAS	18
ACTC - Associação de crianças cardíacas e transplantadas do coração.	18
A Chegada em São Paulo	28
Perfil das mulheres	37
Sociabilidade entre as mulheres	40
CAPÍTULO 2 – TRAÇOS E TRAMAS DE VELHAS HISTÓRIAS	48
Maria Maria	48
Bordando histórias	65
CAPÍTULO 3 – MEMÓRIA, VIDA E MORTE	79
Memória e identidade das mulheres da ACTC	79
Maternidade	105
A Morte: o fio tênue da vida	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145
ANEXOS	153

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da memória de mulheres que recebem hospedagem na ACTC¹ enquanto seus filhos estão em tratamento no INCOR – Instituto do Coração. Elas vêm de diversas regiões do país e pertencem às camadas mais baixas da nossa população.

Com formação em Ciências Sociais e atuação como mediadora de leitura há alguns anos na biblioteca escolar da Escola Vera Cruz, no Ensino Fundamental, fui convidada, em 2001, para prestar assessoria sobre leitura na ACTC, uma vez que tal instituição detectou a dificuldade que o público atendido tinha para lidar com a escrita, bem como com conhecimentos básicos para o entendimento de receitas, bulas e orientações médicas.

Inicialmente, meu objetivo era apenas fazer um diagnóstico da possibilidade de aproximação das mulheres hospedadas nessa casa de apoio com o mundo da cultura e da escrita. A princípio, propus a elas que organizassem comigo os poucos livros que constituíam a biblioteca da associação. Diante dessa experiência pude perceber que elas davam pouca importância ao acervo como meio de acesso ao conhecimento, pois os livros eram vistos, por boa parte delas, como objetos decorativos ou até mesmo como brinquedos.

Muitas mulheres observavam com certa indiferença a organização da biblioteca, outras se mantinham distantes e se recolhiam em seus quartos. Assim, com a participação de algumas delas e das crianças, em um primeiro

¹ Associação de Crianças Cardíacas e Transplantadas do Coração – entidade sem fins lucrativos que hospeda e presta atendimento multidisciplinar a crianças cardíacas, bem como a seus familiares, que são encaminhados pelo INCOR.

momento, separamos os livros rasgados, os que estavam em inglês, aqueles que tratavam de assuntos mais técnicos e também as revistas. À medida que nos aproximávamos do acervo, conversávamos sobre a melhor forma de organizá-lo, discutíamos critérios de classificação e até organizamos uma parte dos livros, separando-os por etiquetas de cores diferentes. Foi possível perceber que algumas mulheres, mesmo não tendo o domínio sobre a estrutura de uma biblioteca, conseguiam, devido a uma prática cotidiana de organizar prateleiras, guarda-roupas e outros objetos em seus lares, contribuir com a definição da organização do acervo institucional.

Partindo do pressuposto de que ler não é apenas um ato de decodificação das palavras, sendo necessário compreendê-las, interpretá-las e relacioná-las a um contexto, convidei as mulheres a participar do desvendamento da biblioteca da ACTC. Os livros se constituíram como uma primeira forma de aproximação daquele grupo de mulheres, que mostrou receios, desconfianças, quietudes e expectativas.

Paulo Freire, autor da proposta metodológica que se tornou conhecida como a *Pedagogia do oprimido*, insere em seus questionamentos uma educação pluricultural, ética, libertadora e transformadora. O autor ainda propõe a humanização das relações, ou seja, uma educação para uma sociedade em que as pessoas possam pensar de forma diferente. Ele mostra a educação dialogada, sem arrogância e supremacia do educador, defendendo a articulação do saber com a vivência, a comunidade, a escola, o meio ambiente, traduzindo-a em um trabalho coletivo.

Foi com base nesses princípios, no desenvolvimento deste trabalho com as mães, que iniciei algumas leituras. Ao abordar personagens de lendas brasileiras, por exemplo, vieram à tona inúmeras histórias de tradição oral ligadas à memória dessas mulheres. A oportunidade de elas trazerem narrativas constituintes de suas culturas para o grupo possibilitou que se elas se reconhecessem como sujeitos de suas próprias histórias, pois a baixa autoestima que demonstraram nos nossos primeiros encontros parecia indicar vivências que contribuíram para a construção de uma imagem negativa de si mesmas.

A coleta e a organização dessas histórias resultaram no livro *De boca em boca, história de todos os cantos do Brasil*, publicado em 2001². O processo de construção desse livro divulgou e valorizou a cultura dessas mulheres, abrindo, inicialmente, a possibilidade para que elas começassem a se perceber como detentoras de conhecimento, uma vez que seus saberes passaram a ser ouvidos, registrados e reconhecidos.

A continuidade do trabalho confirmou que muitas dessas mulheres pertenciam às camadas sociais mais baixas, tinham pouca escolaridade, eram excluídas de benefícios sociais, boa parte delas trazia vários pontos em comum: um sentimento de incapacidade, baixa auto-estima, que demonstrava a falta de crença na sua capacidade e no seu potencial de aprendizagem.

Na ACTC, elas se sentem deslocadas em termos geográficos, sociais e culturais, pois se deparam com as novidades da cidade grande, além de ter o impacto com o tipo de tratamento ao qual seus filhos são submetidos – algo que lhes é totalmente desconhecido –, as regras da casa, a convivência com hábitos diferentes e as novas relações com as companheiras da instituição, etc.

Percebe-se, no entanto, que, na tentativa de salvar a vida dos filhos, elas enfrentam várias dificuldades e se mostram possuidoras de uma força que as fazem enfrentar e desafiar as inúmeras adversidades, persistindo na luta, bem como se inserindo ao novo cotidiano.

Nos nossos encontros, paralelamente às leituras e às narrativas que surgiam, as mãos em geral estavam ocupadas com crochês, tricôs, ponto cruz e costuras. Desse “fazer artesanal”, mãos e vozes foram abrindo espaço para o bordado, atividade que se tornou o cerne do trabalho desenvolvido.

O fato de conviver com mulheres entretidas com agulhas e linhas, fazendo dos movimentos dos fios e das mãos um tempo de espera, fez-me retomar lembranças familiares. Moldes, riscos, carbonos, agulhas, fios, bastidores e teares povoaram minha infância vivida no interior de Minas Gerais e marcaram minha formação. Filha de costureira e bordadeira, minha mãe, mulher melancólica, encontrou nos bordados um lugar de apaziguamento. No

² Em 2005 foi publicado o livro *Linhas da vida*, resultado da compilação de novas histórias orais.

entremear das linhas, criava coloridos desenhos para expressar suas emoções: com o matiz preenchia formas, com rococó criava volumes, com a corrente trilhava caminhos, com o nó francês fazia geometria. E, assim, transformava o mundo à sua volta.

No final dos anos 60, adolescente, na busca de minha identidade, repudiei esses saberes como algo ultrapassado para mulheres de minha época. Trilhando novos caminhos, fui bordando uma nova história. Alguns fios que me ligavam à minha mãe foram cortados e, à medida que a vida tomou o seu rumo, novos foram sendo reatados compondo uma nova relação.

O tempo passou, a vida, no seu fluxo, trouxe o que seria inevitável: a morte de minha mãe, deixando-me como herança uma caixa de bordados e memórias.

Segundo Bosi (1981:11), *o passado conserva-se, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea*. Lembrando-me do significado do bordado para minha mãe, recupero o fio, aquele deixado na caixa de herança.

Como a ACTC é invadida por linhas, agulhas, panos e planos, uma nova história começa a ser construída, pois se exercita também a leveza dos traços nos riscos que fogem daqueles padronizados e trazem as marcas dessas mulheres.

Percebi que a concretização desse trabalho foi possível, pois me esforcei para manter uma distância emocional diante de uma realidade em que a dor e, principalmente, a iminência da morte, estavam sempre presentes. Procurei não vitimizá-las e acreditei na possibilidade de que elas fossem capazes de se engajarem em projetos e construírem outros vínculos diferentes daqueles que a situação do filho doente configurava.

Devido a este trabalho artesanal, originou-se a atividade “Maria Maria”, nome que designa também o artesanato produzido e comercializado, portanto fonte geradora de renda. Este foi se constituindo em um espaço de aprendizagem em que se oportunizou o exercício coletivo da partilha de aptidões, competências e saberes, heranças familiares passadas de mãe para filha, agora recuperadas, chegando-se ao bordado.

É dessa vivência coletiva que nos fala Benjamin, ao relacionar o trabalho artesanal e a atividade narradora. Para ele, *a narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio artesão – no campo, no mar e na cidade – é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação*. A função do narrador estaria, deste modo, relacionada ao processo artesanal – o *narrador* é aquele que detém o conhecimento da totalidade dos fatos, sendo capaz de deixar marcas pessoais naquilo que narra. O artesanato com seu ritmo lento e por suas características totalizantes e aglutinadoras vai permitir a apropriação da experiência.

Com o objetivo de valorizar as experiências deste grupo, buscando nos baús de mães, de avós e repetindo pontos e desenhos ancestrais, eu e as mulheres da ACTC tecemos nossa história dos bordados e construímos uma nova vivência coletiva. Novas denominações passaram a fazer parte do cotidiano: ponto atrás, rococó, ponto cheio, matiz...

A imagem da mulher que borda remete-nos à mitologia grega, em que Penélope espera a volta de Ulisses. Ela não tece para se distrair, mas como pretexto para enganar seus pretendentes enquanto espera a volta de seu marido. Esse mito representa uma das mais claras interpretações da feminilidade, a da mulher que fica bordando à espera do amor. Assim como Penélope, as mulheres da ACTC, enquanto esperam pela cura de seus filhos e a volta para casa, pacientemente bordam.

Conhecer a vivência singular e compartilhada das mulheres da ACTC, acompanhar de perto seus desafios em uma cidade estranha, suas aprendizagens, angústias, conquistas, mudanças e marcas em suas subjetividades estimulou-me a colocá-las em contato com teóricos das Ciências Sociais, especialmente da Antropologia. Rediscutir o tema *mulheres e construção de identidade*, foco de inúmeras pesquisas e debates, poderá contribuir para o aprofundamento da questão da memória e identidade.

Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é, portanto, investigar o universo das mulheres frequentadoras da ACTC, analisar suas histórias de vida por meio dos esboços teóricos da memória e estabelecer relações e articulações, por meio de seus relatos com a construção de suas identidades.

Nesse sentido, nesse estudo procuro responder algumas questões que merecem ser consideradas: O que é ser mulher no universo das mulheres da ACTC? Até onde a doença do filho interfere na constituição deste feminino? Em que medida a vinda para São Paulo, as novas experiências na instituição e a vivência com outras mulheres da ACTC podem interferir no processo de construção-reconstrução de suas identidades?

Portanto este estudo permitirá não só registrar e analisar as trajetórias de vida dessas mulheres, bem como contribuir para o debate sobre a relação memória e identidade social.

METODOLOGIA

TEORIA

Há tempos, o conceito de memória e seu modo de funcionamento é tema de estudos de filósofos, historiadores, cientistas sociais e também tem merecido atenção das Ciências físicas e biológicas. Esse conceito vem se alterando e se adaptando às diferentes situações sociais.

Para os gregos que viveram na Grécia antiga, segundo Chauí (2000), a memória era sobrenatural: era a deusa Mnemosyne, mãe das Musas, que protegem as Artes e a História. A deusa da Memória dava aos poetas e adivinhos o poder de voltar ao passado e de lembrá-lo para a coletividade. Tinha poder de conferir imortalidade aos mortais, pois quando o artista ou o historiador registra em suas obras, os gestos, os atos, os feitos e as palavras de um humano, este nunca será esquecido e, por isso, tornando-se memorável, não morrerá jamais. Os gregos reservavam ao sujeito que lembra um papel social fundamental, como é o caso dos poetas ou *aedos* que, ao resgatar o que é importante do esquecimento, preserva a memória viva do grupo.

Jean-Pierre Vernant (1990), um autor da modernidade, procurou demonstrar o quanto a memória, em seu sentido original entre os gregos, apontava para outras direções que não as que são concebidas no mundo

contemporâneo. Pela memória, reconstruímos nosso elo com o mundo, com nossa origem, e menos com uma temporalidade. A memória seria matéria menos de uma cronologia e mais de uma cosmogonia. Memória seria uma maneira de garantir o tempo cíclico, um caráter mítico em relação ao pertencimento ao mundo desde sempre.

Inserindo-se no debate contemporâneo sobre a questão da identidade e da memória, considera-se que a identidade é construída com base nas diferentes relações estabelecidas pelo indivíduo no seu grupo social, existindo portanto, um imbricamento entre memória e identidade.

Ao privilegiar a memória como recurso metodológico, por meio da análise de histórias de vida das mulheres em evidência, pretende-se estabelecer uma interpretação dos significados subjacentes na memória coletiva. Ao captar o cotidiano vivido, abre-se a possibilidade de compreensão do universo cultural e simbólico dessas mulheres.

Nesta investigação, para enfrentar a tarefa de entendimento das narrativas das mulheres da ACTC, privilegiaremos, entre os estudos relativos à memória, os trabalhos de Halbwachs (1990) e Pollac (1992).

No campo das formulações teóricas, é importante destacar o trabalho de Halbwachs (1990), que supera a concepção da memória como produto de uma atividade meramente subjetiva e, assim, aponta que o indivíduo possui duas memórias: uma individual e outra coletiva. A questão central na obra desse autor consiste na afirmação da existência da memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo.

Diante disso, não existe uma memória pura, exclusivamente individual, pois, estando o indivíduo inserido em diferentes grupos, tem sua memória influenciada, ao mesmo tempo em que influencia valores, modos de vida, representações. Assim, também necessita da memória do outro para evocar o seu passado, nas palavras de Halbwachs (1990:49): *“um homem para evocar seu passado tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele e que são fixados pela sociedade”*.

Ao evocar o passado, cada sujeito o fará mediante situações e experiências vividas em grupo. Pode-se dizer que a origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, que atribuímos a nós, são, muitas vezes, inspiradas pelo grupo. Com base nesse pressuposto, ao resgatar a memória das mulheres da ACTC, virão à tona as diferentes relações vivenciadas que influenciaram na construção da sua identidade. Portanto, através das imagens e lembranças que emergirão de suas histórias de vida, entraremos em contato com as representações que foram constituídas por meio de diferentes experiências na família, na religião, na escola, enfim em seu contexto social.

Referindo-se à memória, Bosi (1994:55) informa que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”.

Entendemos que, por meio das suas narrativas, as mulheres da ACTC, ao rememorar, estarão de alguma forma fazendo uma reconstrução do seu passado com base em elementos do presente. Assim, ao lembrarem de sua infância, os acontecimentos não emergirão, tal como aconteceram, porque elas não são as mesmas, uma vez que suas vivências, seus valores alteraram-se.

Com base em tais considerações, pode-se dizer que a memória é uma reconstrução do passado vivido com base em elementos do presente, ela não é autônoma, mas relacional. Portanto, se lembramos, é porque a situação presente nos faz lembrar.

Pela memória, segundo Halbwachs (1990), o passado vem à tona, misturando-se com as percepções imediatas, deslocando-as, ocupando todo o espaço da consciência. O autor afirma também que a natureza da lembrança é social e que ela nos aparece por efeito de várias séries de pensamentos coletivos emaranhados, e se não podemos atribuí-la exclusivamente a estes, ela se torna independente, mas necessita de um apoio por si só para se sustentar.

Para Halbwachs (1990:66), os quadros coletivos da memória: “representam correntes de pensamento e de experiências onde encontramos nosso passado porque este foi atravessado ainda por isso tudo”.

Assim, na história de vida de cada uma das mulheres da ACTC, estará presente o passado vivo, história vivida da qual cada uma delas participou ou ouviu falar, corrente contínua de pensamento e experiências.

A memória das mulheres da ACTC deve ser analisada, considerando seu estrato social e o lugar que elas ocupam nos diferentes grupos por elas frequentados, como também deve ser levada em conta a ideia de assimetria e hierarquia presentes nas relações entre homens e mulheres na nossa sociedade.

Na literatura sobre identidade, recorreremos a Pollac (1992:204), uma vez que o autor mostra haver também uma ligação estreita entre memória e sentimento de identidade. Para esse autor,

“o sentimento de identidade é o sentido da imagem de si, para si e para os outros, ou seja, define a identidade como a imagem que a pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria; a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida como quer ser percebida pelos outros”.

Na construção da identidade, segundo Pollac, há três elementos fundamentais; a unidade física, (o sentimento *de ter fronteiras físicas*), a *continuidade no tempo* e o *sentimento de coerência*.

Segundo esse autor, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, à medida que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo na reconstrução de si.

Pollac, ao caracterizar a relação entre memória e identidade, define que a memória é um fenômeno construído (consciente ou inconsciente), como resultado do trabalho de organização (individual ou socialmente). A construção da identidade é um fenômeno produzido em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, credibilidade e realizado por meio da

negociação direta com outros. Memória e identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais e em conflitos que opõem grupos políticos diversos.

Nesse sentido, ao recriar aspectos do passado das mulheres da ACTC, provavelmente emergirão lembranças, conflitos que denunciam uma construção feminina, fruto de uma socialização ligada à ordem patriarcal do gênero, que, na maioria das vezes, atribui qualidades positivas aos homens e negativas às mulheres.

Ao complementar as colocações anteriores, sobre a questão da identidade, Cuche (2002:184) comenta a relação de forças entre os grupos podendo resultar na denominada “identidade negativa”. Essas situações são frequentes entre os dominados e são ligadas à aceitação de uma imagem negativa de si construída pelo outro. A identidade, segundo o autor, é disputa social, por isso nem todos os grupos têm o mesmo poder de identificação.

Seguindo a perspectiva de Pollac (1989), a história oral, ao trabalhar com análise dos excluídos, ressalta a importância das memórias subterrâneas que se opõem à memória social e nacional. Esse autor amplia a discussão em relação à memória coletiva de Halbwachs, que não inclui a lembrança encoberta – os silêncios, os não ditos, os esquecimentos – que podem indicar resistências, culpas, proteção que os grupos excluídos, como defesa, utilizam para encobrir suas dores. Nesse caso, sua discussão e análise sobre memória contribuirão para enriquecer a nossa investigação, pois algumas mulheres da ACTC, segundo seus depoimentos, parecem mostrar uma dupla dominação: a relacionada à classe social e à questão de gênero.

Nos estudos clássicos sobre as questões da relação de gênero, em geral, a preocupação tem se concentrado em discutir a questão da diferença relacionada ao sexo na construção da vida social.

Os dados levantados historicamente mostram que, já nos anos cinquenta, Beauvoir (1953), numa perspectiva feminista, afirma que “*não se nasce mulher, torna-se mulher*”, ou seja, argumenta que a identidade sexual é uma construção social e não um dado natural.

Assim, o debate sobre a identidade feminina e a condição social da mulher, a partir dos anos 1970, com o surgimento de movimentos femininos, passou a denunciar a desigualdade sexual, ou seja, a questionar as concepções sobre a natureza da mulher. Essa agenda do movimento e das discussões teóricas apontou também uma redefinição do lugar da mulher na sociedade. Era o início de um debate que desafiou e suscitou essa categoria social a construir sua própria história na condição de sujeito participante.

A partir do século XX, em face da descrença com os progressos da ciência e do pensamento racional e objetivo, foi se constituindo um novo paradigma, chamado o pós-moderno. A historiadora Joan Scott (1976) propõe que os estudos de gênero venham a se assentar nesse novo paradigma teórico.³ Scott (1976:82) aponta que a inserção de gênero³ como categoria analítica, tal como as de raça e classe, traria a inclusão dos oprimidos na história.

Ao se inspirar em importantes filósofos pós-estruturalistas, Foucault e Derrida, Scott propõe uma mudança radical. Ela vai além das propostas anteriores e articula a noção de construção social com a noção de poder, dizendo que o seu conceito de gênero tem duas partes e diversas subpartes:

(...) Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1976:86).

Ainda que não seja o único campo de articulação de poder, o gênero é a primeira instância dentro do qual, ou por meio do qual, o poder se articula.

Scott, baseando-se em Bordieu, afirma *que os conceitos de gênero estruturam a percepção e organização de toda vida social, influenciando as concepções, as construções, a legitimação e a distribuição de poder (1976:88).*

³ Scott aponta que as feministas norte-americanas, rejeitando palavras que poderiam trazer a noção de determinismo biológico e realçando o caráter relacional das definições feminino-masculino, importaram o sentido de gênero da gramática e passaram a utilizá-lo para se referirem à reorganização social das relações entre os sexos p. 84.

Ao estudar gênero, Scott rejeita o determinismo biológico e a idéia de que distinção sexual é natural, universal e invariante, a respeito das diferenças entre machos e fêmeas, mas que se constrói discursivamente de forma inter-relacional, pressupondo relações hierárquicas de dominação.

Para iluminar nossa discussão sobre as questões femininas, nos reportaremos aos textos de Michele Perrot (2005), que se interessou pela história das mulheres e seguindo-as do século passado até hoje, no enalço de seus silêncios e, sobretudo, no momento em que eles se dissiparam. Assim, ao abordar, entre outras, a relação com os homens, a sexualidade, a família, as representações de masculino e feminino trazem elementos que contribuirão na compreensão da construção social do feminino.

Levando-se em conta tais formulações, ao analisar a trajetória das mulheres da ACTC, procura-se entender como ocorreu a construção social do ser mulher para esse grupo, contextualizando a discussão no momento histórico e considerando a classe social e a idade.

No exercício etnográfico nos reportaremos a Geertz (1989:8) que sustenta, concordando com Weber (1989:4), que o *homem é um animal amarrado a teia de significados que ele mesmo teceu*. Portanto, ao descrever o espaço da ACTC e as múltiplas relações que vão se estabelecendo no cotidiano marcado pelo momento peculiar vivido pelas mulheres e seus filhos, procura-se compreender e interpretar os significados subjacentes das vivências desse grupo.

Nesse sentido, os bordados sempre estiveram presentes, marcando concreta e simbolicamente a história das mulheres na ACTC. O bordado aparece na literatura e na mitologia, ligado ao universo feminino. Observou-se que é um trabalho que traz essencialmente a transformação de linhas em conteúdo, atuando também como um momento terapêutico diante da espera pela cura.

O bordado, considerado atribuição das gerações mais antigas vinculando a mulher a um espaço doméstico, paradoxalmente, foi o que forneceu elementos de construção de subjetividades, promovendo uma

melhora na autoestima das mulheres da ACTC, que se viram com potencial criador e de autoria.

Com base nos estudos que apontam que ser mulher e mãe são construções sociais, ao analisar a história de vida desse grupo, por meio da escuta minuciosa, da recuperação, interpretação e registro de memórias das mulheres da ACTC, investiguei como as relações de gênero se estabeleceram e influenciaram na construção da identidade desse grupo.

TÉCNICA

Como estratégia metodológica de pesquisa, levando-se em conta a temática escolhida, será utilizado o método qualitativo. Optou-se por esse método por *“seu valor ao estudar questões difíceis de quantificar, como sentimentos, motivações, crenças e atitudes individuais”* (Goldemberg, 2002:63).

Sobre as técnicas de história oral e história de vida, Bernardo comenta:

“a experiência da Antropologia com essas técnicas é antiga e os antropólogos perceberam que, muito antes que qualquer outro pesquisador das ciências humanas, a importância da tradição oral foi sobretudo por meio da oralidade que os povos chamados primitivos foram estudados”. (1998:37)

Com relação à estratégia da pesquisa, será usado o método de coleta de história de vida. Esse recurso é uma opção reconhecida, que tem grande potencial democrático, uma vez que incorpora o testemunho de setores e grupos da sociedade, cujas ações são muitas vezes desvalorizadas ou marginalizadas, quando não reprimidas (Ferreira, 1999).

Segundo Bosi (2003:15),

A memória oral é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano (...). Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história

ensinada na escola tomam a palavra. A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios.

Essa ideia é reforçada por Thompson (1978:44), quando, em seu trabalho *A voz do passado*, menciona que “a História Oral é construída em torno de pessoas...” “*não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo*”. Assim, grupos tradicionalmente ignorados como negros, índios, mulheres, de “objeto de estudo” transformam-se em sujeitos da história, uma vez que passam a ser reconhecidos, incorporando-se suas experiências na história.

Assim, a história oral pode dar grandes contribuições para o resgate da memória, pois a memória de um pode ser a de muitos, dando a possibilidade de se enxergar vivências coletivas.

Foi uma opção dar voz aos atores e espaço a suas versões. Entendo a vida cotidiana como um terreno privilegiado de produção do saber, já que nele interagem diferentes lógicas, racionalidades e sentimentos. Na narrativa autobiográfica, o sujeito exprime-se a si mesmo, o que significa, segundo Bakhtin (2000), fazer de si um objeto para o outro e para si mesmo, e de sua própria voz uma segunda voz. Fazer da palavra uma segunda voz é um ato que exige do sujeito confrontar-se consigo mesmo.

Por meio de entrevistas individuais, realizou-se o registro de relatos de experiências vivenciadas por esse grupo, aqui representado por mulheres oriundas de diferentes estados brasileiros, hospedadas na ACTC Associação de crianças Cardíacas e Transplantadas do Coração, aguardando tratamento de doenças cardíacas de seus filhos.

A finalidade da pesquisa *in loco* é acompanhar o relato de histórias de mulheres no processo de formação de identidade e de memória coletiva. Assim, de acordo com a discussão teórica desenvolvida pelos autores apresentados, a pesquisa se desenvolveu na ACTC, com base em histórias de vida.

Foram realizadas 11 entrevistas, sendo esse número determinado pelo ponto de saturação, ou seja, quando os dados começaram a se repetir. Em

relação à procedência, percebe-se que todas as regiões brasileiras estão representadas, sendo que duas mulheres são da região Norte, três são da região Sul, uma é do Centro-Oeste, uma é do Nordeste, quatro são do Sudeste, entre estas, uma nasceu no Nordeste, mas veio com 16 anos para esta região. Um das entrevistadas, nascida no Nordeste, vive em São Paulo há 18 anos.

Quanto à faixa etária, cinco delas têm acima de 40 anos e as demais se encontram entre 28 e 34 anos. É importante ressaltar que duas mães perderam seus filhos. Um deles, adolescente, faleceu após o transplante e a menina não resistiu à espera do coração. Essas duas entrevistas foram realizadas em duas etapas, uma antes do falecimento e a outra depois. Os resultados obtidos nessas situações foram significativamente diferentes. Após a morte do filho, essas mães retomaram o seu passado a partir desse marco doloroso. Segundo Queiroz (1983:54), *é indispensável conhecer a condição do informante no momento em que a entrevista é efetuada, pois toda sua vida presente estará influenciando as recordações que vai buscar no passado.*

Durante todas as entrevistas, quando elas se referiam à doença do filho, se emocionaram bastante. Algumas tiveram dificuldades de fixar-se no passado e em suas falas retornavam ao presente lembrando a doença dos filhos.

Quanto à seleção das entrevistadas, procurei levar em conta a diversidade das suas regiões de origem, bem como as faixas etárias, mas estes aspectos estiveram subordinados à disponibilidade emocional e de tempo dessas mulheres para narrarem suas histórias. A frequência com que vêm a São Paulo e o tempo de permanência também foram fatores que interferiram nessa triagem. As histórias de vidas dessas mulheres não foram transcritas na íntegra e seus nomes e locais de origem foram preservados, portanto não especificaremos seus nomes e cidades de origem.

Por outro lado, havia uma prática rotineira, realizada por mim em coletar as histórias dessas mulheres para o Jornal da ACTC⁴, o que favoreceu o desenvolvimento dessa etapa da pesquisa. Como o registro dos relatos era

⁴ Assim, quando passei a desenvolver meu trabalho de dissertação, retomei algumas entrevistas aprofundando-as e realizei outras. Algumas histórias de vida, que fazem parte do nosso universo de pesquisa, foram publicadas no jornal da instituição.

feito em bloco de anotações, mantive essa estratégia. Em consonância com Queiroz (1983:46), ao falar sobre a técnicas de pesquisa *que aponta “se o gravador representa uma ampliação do poder de registro, a fita gravada não constitui solução definitiva nem para a guarda do material e nem para a realização da pesquisa. A inibição do informante não fica anulada: Muitos deles temem o gravador, titubeiam, balbuciam”*.

Vale considerar que um dos fatores facilitadores dessa empreitada, mas que poderiam também interferir no resultado final do trabalho, era o meu vínculo com essas mulheres e a minha relação de autoridade, uma vez que sou coordenadora do artesanato Maria Maria. No entanto, durante as entrevistas, se algumas num primeiro momento sentiram-se inibidas, à medida que retornavam ao passado e traziam suas lembranças, faziam a narrativa fluir com um forte teor de emoções. Nesse momento, o pesquisador saía de cena.

Segundo Geertz (1989:7), *“fazer etnografia é como tentar ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, emendas suspeitas e comentários tendenciosos”*. Para realizar tal trabalho, busquei desvendar o cotidiano da ACTC, investigando comportamentos, valores e representações do vivido. Nesse sentido, fez-se necessário redirecionar o olhar, agora de pesquisador, pois, até então, este estava marcado pelo meu papel como funcionária da instituição. Ademais, o fato de ter idealizado e participado da concepção da atividade Maria Maria poderia não favorecer a percepção dos significados subjacentes. Desse modo, o meu esforço foi com o objetivo de despojar-me em certa medida das ideias e imagens acerca das mulheres, do espaço, das relações e dos comportamentos.

A estrutura desta dissertação se constitui de três capítulos, sendo o primeiro uma etnografia da ACTC, que além de trazer o perfil socioeconômico do grupo estudado, procura retratar o espaço físico da instituição e as relações que as hóspedes vão estabelecendo com este ambiente, com a cidade de São Paulo e com as novas companheiras. Para a elaboração deste capítulo, foram recolhidos depoimentos das diversas mulheres que participam do cotidiano da instituição.

No segundo capítulo – *Traços e Tramas de Velhas Histórias*. O enfoque recai sobre as novas vivências desse grupo de mulheres na atividade de artesanato Maria Maria, que proporciona, por meio de oficinas e bordados, o resgate, a valorização e a socialização de seus saberes e aprendizados, além de criar a oportunidade de obterem algum recurso financeiro. Recria-se a relação do bordado com o universo feminino e o seu significado para as mulheres da ACTC nesse momento singular de suas vidas.

No terceiro capítulo – *Memória, Vida e Morte* – utilizando a história de vida de 11 mulheres, procurei por meio da memória em diferentes períodos da vida na infância, adolescência, em seu cotidiano e nas inter-relações com os demais membros dos grupos por onde circularam e ainda transitam, resgatar a sua construção como mulher. Busca-se ainda compreender como essas mulheres se relacionam com a maternidade e com a doença de seus filhos e com a morte.

Capítulo 1

ACTC ESPAÇO DE VIVÊNCIAS

ACTC – Associação de crianças cardíacas e transplantadas do coração

A ACTC, Associação de Assistência à Criança Cardíaca e Transplantada do Coração, localizada na Rua Oscar Freire, número 1463, é uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 1994 pelo Dr. Miguel Barbero com a ajuda de outros médicos e empresários, com o intuito de viabilizar a permanência de crianças de localidades fora de São Paulo, que necessitavam de transplante cardíaco¹. A sustentabilidade da instituição é garantida por campanhas de captação de recursos dirigidas a pessoas físicas e jurídicas.

No início de seu funcionamento, a ACTC² tinha por finalidade apenas hospedar e fornecer alimentação e apoio psicológico aos pacientes infantis e mães ou acompanhantes do sexo feminino³. Com o avanço da medicina e com o crescimento dos pacientes houve mudança no perfil do público atendido. Os dados mostram que em 2007 os adolescentes de 12 a 18 anos representavam 15% dos pacientes, além de 6% acima de 19 anos que também receberam atendimento, gerando a reorganização do espaço e das atividades.

¹ Assim, a ACTC tornou-se o principal parceiro do INCOR – Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – Incor HC FMUS para o atendimento das crianças cardíacas do SUS, Sistema Único de Saúde, não residentes na cidade de São Paulo.

² No início a ACTC pretendia atender somente crianças para transplante, mas atualmente 97% das crianças adolescentes atendidas têm cardiopatias graves, mas são pacientes que não passaram por transplante.

³ Segundo informações da coordenação, desde sua fundação, a instituição só hospeda mulheres, sendo que, no antigo prédio, os homens, pais, avós ou tios não podiam entrar na casa. Atualmente os parentes do sexo masculino podem permanecer durante o dia, fazendo inclusive refeições.

Desde sua fundação até 2008, a ACTC atendeu 2.258 crianças, recebendo uma média de 500 pacientes anualmente, sendo que alguns deles receberam atendimento mais de uma vez ao ano. A média de permanência é de aproximadamente 18 dias, mas, dependendo do tipo de tratamento, a estadia pode se estender por meses.

Ao adentrar nesse espaço institucional, recorro a Geertz (1989:7) que diz: “*praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário*”. No entanto, não seriam apenas as técnicas que definiriam o empreendimento, mas o que o autor chama de uma “*descrição densa*”. Portanto, ao interpretar os fatos descritos, relacioná-los, procuro trazer suas motivações, seus objetivos, seus significados.

Ao descrever a relação das mulheres da ACTC no espaço institucional e a vida social que acontece nesses diferentes ambientes, pretende-se penetrar no mundo complexo das significações, tentando captar a realidade com seus símbolos e significados.

O prédio tem três pavimentos, no primeiro funcionam o bazar, a recepção, a sala de Serviço Social, o depósito, a cozinha, a cozinha didática⁴, o refeitório, a despensa, a lavanderia interna, a lavanderia externa e uma ampla área externa para lazer rodeada por plantas. No quintal é possível vislumbrar encontros permeados de trivialidades cotidianas e até mesmo troca de serviços, pagos, como fazer as unhas.

Na entrada do prédio, há um recuo permitindo o estacionamento de ambulâncias e carros, além de uma área coberta com um banco muito utilizado pelas hóspedes da casa. Próximo ao banco encontra-se uma escultura em pedra, que a maioria das transeuntes parece não entender do que se trata. Ao lado das duas faces da construção, há corredores com jardins, espaço muitas vezes utilizado para lazer, ou também como garagem.

É nesta ala inferior da casa que as mães costumam permanecer por mais tempo, descansando, bordando na varanda próxima ao jardim, lavando e

⁴ Local equipado com fogões, fornos e geladeira onde são ministradas aulas de culinária.

passando suas roupas ou desempenhando as tarefas domésticas que lhes são designadas⁵. A instituição não possui empregados domésticos, sendo esta uma das estratégias que, segundo a coordenadora, tenta contribuir para a formação do grupo, auxiliando na adaptação ao convívio coletivo. As atividades realizadas pelas mães, antes feitas por razões econômicas, passaram a ser assumidas como uma relação de co-responsabilidade em que as hóspedes assumem o papel de mãe-parceira na organização e nos cuidados da casa, cozinhando, limpando os cômodos e lavando as roupas. Assim, a mãe parceira, além de participar da divisão de trabalho com suas companheiras, recebe noções de higiene, limpeza e de valores nutricionais.

A cozinha possui um fogão, uma geladeira industrial e uma pia com dois tanques. Embora essa dependência não seja muito extensa, comporta aproximadamente três pessoas, número de mães que normalmente preparam as refeições para uma média de quarenta pessoas.

A cozinha, lugar da alquimia, da mistura de sabores, do encontro e da conversa, favorece a troca. O alimento pode ser visto como um código simbólico, uma vez que a memória culinária com sua variedade de aromas e cores parece resistir ao desenraizamento cultural e geográfico, pois representa a extensão de suas casas de origem. As mulheres da ACTC, vindas de diferentes regiões do país, trazem a diversidade de comidas e carregam também traços de suas identidades, visto que o alimento, considerado um elemento importante da cultura, mantém o sentimento de pertencimento do grupo. Isso se faz notar em alguns depoimentos:

“Não gosto dessa comida aqui! É muito diferente da minha terra!” (M. 32 anos, Belém – PA).

“Quando cheguei aqui pela primeira vez, não conseguia comer nada. Não tinha pimenta, o sal era pouco”. (M. 40 anos, Manaus, AM).

“Trouxe pequi da minha terra e fiz com arroz. Foi muito legal, tinha gente que nunca tinha visto essa fruta... é muito bom conhecer novos pratos”. (F. 28 anos interior de GO).

⁵ Apesar de esse trabalho ser desenvolvido sob a supervisão de uma auxiliar, conta também com a orientação de mães mais antigas, aquelas que já vieram à instituição e conhecem a rotina da casa.

A copa, agregada à cozinha, é ampla, contendo três mesas, comportando cada uma delas aproximadamente oito cadeiras. Essa parte da casa ainda conta com um lavatório e outra pia, cuja parede está decorada com pratos pintados, especialmente encomendados a um artista plástico, que retrata árvores e paisagens. A luminosidade do ambiente é garantida por amplas janelas e portas, que se abrem para o jardim e quintal.

Os horários das refeições não são rígidos, tendo em vista a rotatividade das hóspedes⁶, as idas e vindas das mães ao hospital para exames ou visitas aos filhos internados, são momentos em que se compartilham a comida, as angústias, ansiedades, medos e esperança. Nas rodas de conversa, há sempre novidades e os assuntos dizem respeito ao cotidiano da casa: quem chegou ou está indo embora, os problemas de relacionamento entre elas ou com funcionários, questões ligadas às regras de funcionamento da casa⁷. Observo que essas conversas também revelam o universo cultural dessas mulheres.

Ao lado do corredor que dá acesso à cozinha, existe uma despensa que armazena os alimentos não perecíveis, cuja distribuição para as mães é realizada pela auxiliar de serviços gerais, de acordo com a necessidade.

O bazar, aberto ao público em geral, organiza-se por segmentos: de um lado, estão dispostas peças de vestuário, calçados, brinquedos e outros itens doados. Comercializam-se também produtos institucionais: camisetas, calendários e mochilas. Na outra seção, em destaque, estão expostos os produtos artesanais confeccionados pelas mães. Elas têm por hábito circular por esse espaço em busca de mercadorias mais acessíveis⁸, mas também para lá se dirigem para receber o pagamento de seus trabalhos.

A recepção, na entrada principal da casa, ao lado do bazar, dispõe de um banheiro e uma sala com uma televisão, dois sofás e uma bancada com

⁶ Em razão do tratamento, as crianças/adolescentes necessitam ter acompanhamento médico. O que exige retorno à cidade de São Paulo. Desse modo, a casa é permanentemente ocupada.

⁷ Segundo a coordenadora, algumas dessas regras foram se estabelecendo no decorrer do tempo, mas sempre visando à convivência coletiva. Salaria ainda que a flexibilidade dessas normas depende do grupo. Entre elas as que mais se destacam são: não permissão de beber ou fumar dentro da casa, ausentar-se da instituição, deixando o filho sozinho por mais de uma hora, hospedar familiares, etc.

⁸ Produtos doados por diferentes lojas.

telefone, em que a recepcionista atende no horário comercial. Durante o dia, a televisão mantém-se desligada e o local funciona, sobretudo, como sala de espera para atendimento a visitantes, funcionários que atuam em serviços de manutenção da casa e principalmente por mães novas⁹ ou famílias residentes em São Paulo que vêm retirar vale transporte. Nos finais da tarde, é na recepção que muitas hóspedes se reúnem para bordar, conversar, assistir à televisão e acompanhar o movimento de entrada e saída. Para ver a movimentação da rua, é preciso ficar fora da casa, onde é possível fumar, observar o vaivém de pessoas. Sentar no banco externo da casa, tomar um ar, “jogar conversa fora”, enfim acompanhar a vida que acontece além daqueles limites e constituir momentos para espairecer.

No segundo piso, fica a sala de estar com televisão e vídeo. Este espaço serve como um ponto de aglutinação e é mais utilizado pelos hóspedes para assistir a programas dos canais abertos e aos vídeos disponíveis na casa¹⁰.

Neste mesmo piso, ao lado da sala de estar, localiza-se a sala de atividades das mães. Ela comporta uma mesa grande rodeada por banquetas, armários e um videogame utilizado pelas crianças e adolescentes. Há ainda um mural em que são afixados os trabalhos das mães. É neste ambiente que as mulheres se reúnem durante as aulas de bordados e de oficinas desenvolvidas pela atividade Maria Maria¹¹. Neste espaço, muitas vezes, passam para entregar ou pegar algum bordado e também para conversar, principalmente quando percebem que há movimento de pessoas.

Este andar ainda conta com diversos ambientes: sala de atividade das crianças, sala de atendimento utilizada pelas psicólogas, sala da administração, a rouparia e um dormitório para visitantes. Há ainda um terraço fechado voltado para o quintal.

Ligando os pavimentos, há um elevador, só utilizado pelos pacientes com dificuldades de locomoção, e uma escada larga, cujo movimento reflete os

⁹ Mães que vêm pela primeira vez à instituição.

¹⁰ Ao referir-me à ACTC, utilizarei o termo casa, por ser a denominação usada pela maioria das hóspedes, embora inicialmente algumas costumem utilizar o termo abrigo ou associação.

¹¹ Este item será desenvolvido nos próximos capítulos.

momentos de humor, euforia e dor. Passa-se da algazarra das crianças ao silêncio dos passos.

Do primeiro ao segundo andar, há um quadro grande que contém inúmeros corações esculpidos em pedras. A marca do coração está presente no cotidiano da casa, quer seja estampando papéis institucionais, nos desenhos e falas das mães, como também em diferentes locais da casa.

O último pavimento abriga uma saleta utilizada pela terapeuta corporal, nove dormitórios coletivos com capacidade para até seis pessoas, sanitários, fraldários e depósito de material de limpeza.

A sala onde se realiza o trabalho com o corpo é pequena e normalmente permanece fechada, pois só é utilizada uma vez por semana. Os quartos estão dispostos do mesmo lado, formando um extenso corredor, cujas paredes estão decoradas com quadros, especialmente encomendados a um artista plástico, que retratam diferentes estados brasileiros. Aparentemente essas obras não chamam muita atenção da maioria das mulheres que circulam nesse ambiente. É interessante notar a existência, nos diversos ambientes da instituição, diferentes obras de arte, como esculturas e quadros, intencionalmente colocados para permitir o contato da população atendida com outro universo.

A ACTC disponibiliza 10 quartos que comportam 56 leitos. Eles são equipados com beliches e berços, sendo este o único espaço que possui piso de madeira.

As mães e crianças, ao chegarem à instituição, recebem um kit para as necessidades básicas de higiene pessoal: escova, creme dental, xampu, um jogo de roupa de cama e toalhas e, se necessário, roupas. Cada hóspede pode usar um armário com chave, sendo de sua responsabilidade os objetos pessoais. Eventualmente, há a ocorrência de roubos, gerando conflitos em que afloram desconfianças e acusações.

Não é usual as mulheres permanecerem em seus quartos, pois preferem estar em espaços em que possam encontrar outras pessoas e onde realizam suas tarefas. Aprontam-se, passeiam pelo prédio e também vão à

entrada da casa observar o movimento da rua e fumar, o que é proibido nos recintos internos. Também ficam atentas ao movimento geral da casa que normalmente apresenta um fluxo acentuado de pessoas de fora: voluntários, visitantes e entregadores.

No entanto, observa-se que algumas mulheres permanecem mais tempo recolhidas em seus quartos, principalmente aquelas que chegaram à casa mais recentemente. Estas demoram um pouco mais a se exporem nos espaços públicos da instituição. Algumas ficam em seus quartos nos dias mais frios ou em momentos mais tensos, como o agravamento da saúde do filho ou adiamento da volta para casa.

No cotidiano da casa, há uma combinação de variados sons que vão desde os alaridos das crianças, os gritos de mães chamando a atenção dos filhos, as conversas, até as músicas que as mães ouvem normalmente no quintal.

Um dos aspectos que chama atenção na casa é a preocupação, por parte da instituição, em relação à limpeza. O que mostra e o que esconde essa preocupação? Se, por um lado, em razão da doença faz-se necessário um ambiente asséptico, por outro, esse aspecto pode revelar a busca de se lidar com a impotência diante da finitude humana. Assim, manter tudo perfeitamente limpo parece assegurar o controle sobre a vida. A organização dos espaços também é uma exigência contínua. É como se a manutenção dessa ordem pudesse de alguma maneira garantir a estruturação de uma situação de desconstrução que se evidencia.

Ao olhar para a organização espacial da ACTC, chama a atenção o significado da “casa” para as pessoas que lá transitam. Ao chegarem, algumas mães, ao se referirem à instituição, muitas vezes mencionam o termo Abrigo, mas aos poucos a palavra “casa” vai sendo incorporada pelas hóspedes e pelos funcionários. A instituição reforça essa imagem, na medida em que faz parte do seu logotipo a frase “casa do coração”. Portanto, o termo acaba sendo incorporado por todos, sendo comum ouvir “a casa está cheia”, “a casa está vazia”, “a casa está agitada” “a casa está quieta”, “a casa está triste”. Isso nos remete a pensar o poder dessa palavra que espelha sentimentos, pois na casa

pulsa a vida e a morte, a dor e a esperança. Ela emudece, é alegre, reflete os sentimentos, o estado de espírito.

O projeto de construção do prédio foi intencionalmente concebido como uma casa – símbolo do feminino, portanto como um sentido de refúgio, aconchego, seio materno, acolhimento e cuidados. O logotipo, criado especialmente para a inauguração da nova sede, reforça esse mesmo sentido, trazendo a figura de uma casa cor de rosa, representação do universo da mulher, com teto verde, várias janelas e pequenas nuvens. Essa imagem está inserida em um coração vermelho.

Esses elementos remetem-nos a Bachelard (1993:85) que diz: *“quando uma casa é feliz a fumaça brinca delicadamente acima do telhado”*. Essa mesma idéia de felicidade “casa com chaminé, saindo fumaça” está presente nos bordados. A casa da Oscar Freire é casa do sonho, exposta na maioria dos desenhos. No limite é o sentimento de onde elas gostariam de estar. Almeja-se uma casa onde se possa ser feliz, uma vez que a dor e a possibilidade da separação do filho estão latentes nesse espaço.

Segundo Halbwachs (1990:33), a comunidade afetiva é necessária para lembrar. Portanto, mesmo com tratamentos bem-sucedidos, pode se dizer que em seus sete anos de existência, a ACTC carrega, predominantemente, as marcas da dor que emerge na construção de sua memória. São memórias de perdas, de muitos desejos não alcançados e também de bem sucedidos. Esses sentimentos aparecem em relatos:

“Quando cheguei, achei a casa clara, pois aqui tem muita luz. Mas suas paredes estão contaminadas pela dor. Aqui tem muita tristeza. A dor dessas mães está nas paredes. (J.)”

“Essa casa é chique, mas tem muita tristeza”. (A)

As janelas presentes no logotipo podem significar possibilidades: do devaneio, do olhar, do sonhar, do se mostrar. No entanto, na instituição, as janelas não se abrem, não descortinam, não possuem folhas, são vidros que deslizam. Essas estão voltadas para as casas vizinhas e apenas uma delas volta-se para a rua e dela se pode ver sem ser visto.

Segundo Geertz (1998), há inúmeras possibilidades de leitura. As diferentes representações que a humanidade faz em relação à casa estão presentes nas obras de poetas, em temas musicais, nos romances, nas lembranças dos idosos.

Nesse sentido, procuro realizar a minha leitura, ciente de não esgotar as possibilidades de análise, diante da impossibilidade de apreender seu pleno significado. Assim, ao interpretar esta casa, percebe-se que ela é simbolicamente muito rica.

De qualquer modo, o que se tem é uma imagem que estrutura o ser humano, dado que se encontra no centro do mundo: a casa é “um verdadeiro cosmos” (Bachelard, 1993:24). Portanto, as mães, diante da situação desestabilizadora que vivem – provocada pelo deslocamento geográfico, pela possibilidade de perda e pelas dificuldades financeiras – encontram na casa da ACTC apoio e momentaneamente um pólo de organização do caos em que elas se encontram. Porém, esse espaço é também um espaço de perigo, gerador de muitos conflitos. Não é a sua casa, o seu lar, lugar da liberdade, ambiente privativo com objetos da sua vida, lugar de relações pessoais e íntimas e de menor distanciamento social.

Assim, algumas afirmam:

“ACTC é linda e chique, mas mesmo assim fico louca para voltar para casa. Lá tenho liberdade. Além de tudo é muita gente diferente, não é fácil conviver”.

“Minha casa é muito simples, não tem nada do que tem aqui, mas na minha casa posso levantar a hora que quero, andar como quero, fazer as coisas como quero. Aqui tem muita gente boa, mas tem pessoas muito difíceis. Às vezes sai briga... Eu não me meto”.

“Viver aqui na casa é muito difícil, é muita fofoca. A gente tem que saber entender as pessoas”.

“Bordo muito pouco aqui na casa. Não sei o que acontece. Quando estou na minha casa, com meus filhos e meu marido, tenho mais segurança. Fico mais tranquila e meu bordado rende”.

Ainda para Bachelar (1993:26), a casa é o primeiro mundo do homem. Antes de ser “atirado ao mundo”, o homem é colocado no berço da casa, sendo que todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa. Ela é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, para as lembranças e os sonhos. A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso.

É esta essência da casa que veio à tona por meio do projeto “Moradas brasileiras” que convidou as mães da ACTC a desenharem e bordarem as suas casas, ilustrações que fazem parte do calendário de 2008. Abriu-se a possibilidade de retratar a sua casa, bem como outras também marcantes em suas vidas. Entre as moradias retratadas, destaca-se um número significativo de casas do sonho, da infância, que mostram um lugar com muitas cores, sabores e que trazem momentos lúdicos e de brincadeiras em que estão presentes as árvores, lagos, bichos.

Essa idéia aparece em alguns relatos:

“Vou desenhar a casa dos meus sonhos. Ainda não tenho uma casa, mas sei que breve terei. Pequena ou grande não importa, é o meu canto. Gostaria que ela fosse assim: alegre, florida, cheia de árvores...”

“A casa da minha infância só me traz boas lembranças: as brincadeiras, subir em árvore, comer coisas gostosas, correr...”

O mesmo autor também diz: (2003:75) “a casa natal está distante e perdida, não a habitamos mais, temos certeza de que nunca mais a habitaremos (...) ela é mais do que uma lembrança, é uma casa de sonhos, a nossa casa onírica”.

Portanto, a ACTC, embora não represente a casa natal para as mulheres que nela se hospedam, nem a intimidade absoluta a que se refere Bachelard, parece concretizar para muitas delas a imagem da proteção ao abrigá-las das intempéries da cidade grande, contribuindo para sua introdução nesse novo contexto, ao amenizar suas angústias diante das possibilidades de perda. Esses sentimentos aparecem em seus relatos:

“Quando cheguei aqui estava muito confusa, mas fui bem recebida, todos me trataram bem. Me senti no céu. Aqui é tudo bonito. Tem muita coisa aqui que não tenho na minha casa”.

“Se não fosse essa casa, não sei o que faria, acho que passaria fome”. (P)

“Aqui fui muito bem acolhida. Tem as assistentes sociais que ajudam, tem as psicólogas (...). Nunca imaginei que pudesse fazer terapia”. (J)

“Quando me falaram que eu vinha para um abrigo me deu muito medo. Mas fui bem acolhida por todos. Tiveram paciência comigo”. (S)

“Fazia uma imagem bem diferente da ACTC. Achava que era um lugar feio, velho, bagunçado”. M.

Em seus depoimentos sobre a instituição, se há inicialmente o temor de ter de viver em um abrigo, que transmite imagem depreciativa, boa parte delas sente-se agradecida e quer retribuir de alguma forma o que receberam. Muitas demonstram a satisfação de serem cuidadas, vistas e ouvidas. Entretanto, apesar de a casa saciar a fome, acolher os sentimentos, auxiliar no enfrentamento da dor e parecer um espaço bem mais confortável que suas residências, todas essas mulheres anseiam fortemente pela volta a seus lares, para reatar suas vidas, suas relações, sua história.

Segundo Halbwachs (1990:143), não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. O espaço é uma realidade que dura e o passado permanece no meio material que nos cerca. Portanto, essas mulheres, ao transitarem pela ACTC, deixam suas marcas, mas, principalmente, têm suas memórias e suas vidas marcadas por esta casa.

A chegada em São Paulo

Pensar a vinda das mulheres a São Paulo significa falar em mudança, deslocamento e, conseqüentemente, afastamento do familiar, do que era próximo e conhecido, como: valores, hábitos, costumes e visão de mundo. Neste sentido, exige flexibilidade, adaptação, aquisição de novos conhecimentos e transformação.

Simmel preocupa-se com as reações do indivíduo diante do surgimento dos grandes centros urbanos. Para ele, o problema central da vida moderna era a manutenção da autonomia e existência individual em face das esmagadoras forças sociais, pois “o indivíduo se tornou mero elo em uma enorme organização de coisas e poderes” (1976:23). Ao observar aquelas milhares de pessoas que desembarcavam diariamente nas estações das cidades européias, reflete-se sobre como elas conseguiriam adaptar-se aos novos conglomerados urbanos com sua impessoalidade, sem ver extintas suas características pessoais, suas singularidades e sua afabilidade.

Esse desafio permanece para o migrante que chega à cidade de São Paulo e se depara com uma metrópole em que “O capitalismo fez a razão transformar-se em razão instrumental, pragmática, buscando eficiência e produtividade” (Veras, 2001:6). Defronta-se em um espaço em que a racionalidade se faz presente e organiza a vida em todos os seus aspectos, pois tempo é dinheiro. Segundo Simmel (1976:26), a economia do dinheiro pretendia transformar o mundo em um problema aritmético, dispor todas as partes por meio de fórmulas matemáticas “precisão que foi efetuada pela difusão universal dos relógios de bolso”.

Assim, ao analisarmos a chegada dessas mulheres, principalmente as provenientes de zona rurais e cidades pequenas, pode-se estabelecer uma correlação com os migrantes que, apesar de objetivos diferentes, também são chamados à maior metrópole brasileira, visto que esta anuncia a possibilidade de concretização de suas demandas. Para ambos, além da diversidade cultural, deve-se considerar as dificuldades diante das configurações desse novo espaço: um organismo gigantesco em que convivem vários mundos superpostos e emaranhados. Se os migrantes buscam melhores condições de vida, as mulheres almejam a cura dos seus filhos. Se elas ocupam o espaço privilegiado da cidade, eles ocupam as favelas, mas ambos passam a conviver em um novo contexto que se caracteriza pela fragmentação, pela predominância de contatos secundários sobre os primários, pela superficialidade, pelas relações sociais transitórias e pelo afrouxamento das relações coletivas entre os indivíduos.

Portanto, ao tratarmos da chegada e da permanência, mesmo que temporária, das mulheres da casa na cidade de São Paulo, deve-se considerar o afloramento dos sentimentos de medo, angústia e impotência diante dessa nova lógica da tecnologia e da racionalidade da cidade.

Marc Augé (1994), para analisar a contemporaneidade marcada pelo excesso de fatos, superabundância espacial e individualização das referências, propõe o conceito de não-lugares para designar um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade. Nesse sentido, define o lugar, como espaço antropológico, como um espaço identitário, relacional e histórico. O Não-lugar seria então um lugar que não é relacional, não é identitário e não histórico.

Pode-se dizer que as mulheres da ACTC, ao saírem de seu lugar de origem, seu lugar referencial, identitário e enfrentar uma nova situação em que se deparam com um excesso de acontecimentos que carecem de sentido, experimentam momentaneamente a vivência do não-lugar.

Alguns depoimentos demonstram essas sensações:

“Pensei que não ia conseguir andar aqui. Era tudo muito diferente. Não entendia nada. Era uma confusão”.

“Foi difícil entender como funcionava o transporte: saber que ônibus tomar. É muito duro chegar em um lugar e não conhecer ninguém. Ninguém olha pra gente”.

“No começo estranhei muito. Nada parecia com minha terra. Gente demais, barulho demais, me assustou”.

“Me sentia perdida. Tudo me assustava”

A decisão de vir a São Paulo – centro urbano que reúne os serviços de saúde com a tecnologia mais avançada do país – para a maioria dessas mulheres, nem sempre obedece a um planejamento, pois elas estão sujeitas à necessidade imediata de buscar recursos para cuidar da saúde de seus filhos. Diante da possibilidade da perda, há a necessidade de se mobilizar para enfrentar desafios reais e concretos. É preciso considerar também que, na

primeira vez em que elas saem de suas cidades, boa parte delas não tem clareza quanto ao tipo de procedimento médico que será adotado, nem quanto ao tempo de permanência fora de suas casas para o tratamento.

Anterior à chegada, o primeiro desafio, para boa parte delas, é o custeio da viagem, a qual só é possível com a ajuda financeira¹¹ para as passagens da criança e acompanhante. Por isso, muitas delas enfrentam inúmeros desafios e utilizam diferentes estratégias para chegar a São Paulo. Alguns depoimentos mostram as dificuldades:

“Quando soube que a cura do meu filho dependia de ir a São Paulo, fui atrás das pessoas ricas da cidade e não tive vergonha, pedi mesmo. Graças à ajuda de muita gente consegui vir pra cá..”.

“Na primeira vez que vim a São Paulo ninguém na minha cidade sabia o que era TFD e por isso fui atrás dos políticos para conseguir dinheiro para a passagem.”.

Além desse obstáculo, elas têm ainda de se confrontar com uma angustiante realidade: experimenta temores e fantasias de deixar o familiar e deparar-se com novos lugares, diferentes pessoas e novas situações. Algumas relatam que, ao lado de muitas incertezas, as sensações da primeira viagem de avião constituem-se também em uma experiência atemorizante, que se junta às apreensões e alterações emocionais desse momento em suas vidas. Entretanto, esses desafios são marcados pela esperança da cura.

“Nunca tinha andado de avião. Vim rezando. Só fiz isso pelo meu filho. Na viagem inteira só pensava nele”. (Maria)

Em seus depoimentos em relação à cidade de São Paulo, algumas dessas mulheres manifestam seus receios e estranhezas. Apesar de viverem em cidades pequenas e jamais terem se afastado de seus locais de origem, já ouviram falar dessa metrópole, principalmente por meio das informações veiculadas pela mídia. Pelos relatos, a imagem concebida a distância, que parece predominar, é a da violência, excessivamente tematizada no cotidiano

¹² Verba do TFD é fornecida pela Secretaria de Saúde para tratamento fora do domicílio. Esta verba destina-se para passagens, mas dependendo do município subsidia também a estadia.

dos meios de comunicação. Essas mulheres também verbalizam outros medos: a conturbação das ruas, o excesso de pessoas, o volume do tráfego, a dimensão espacial:

“A primeira vez que vim a São Paulo tive muito medo, não saía da casa. Achava que iam pegar minha bolsa”.

“Pela televisão a gente só fica sabendo das desgraças da cidade. A gente pensa que aqui só tem violência”.

“Quando cheguei pela primeira tudo me assustava: muita gente, muito carro, muito movimento...”

Para elas, São Paulo é um lugar dominado pelo acúmulo de edificações, um cenário asfixiante: sem árvores, sem flores, sem pássaros. Por isso admiram-se ao ouvir o som de passarinhos e ao visualizar os jardins que enfeitam as ruas que fazem parte de seus trajetos. Como a casa e o hospital estão inseridos na região nobre da cidade, muitas dessas mulheres, a não ser aquelas que têm parentes em outros bairros, acabam não visualizando os contrastes exacerbados do centro e da periferia. Sobre essa imagem uma delas comenta:

“A gente pensa que aqui não tem árvore, flores (...). Para mim, aqui era uma selva de pedra. Quase não acreditei quando vi passarinho aqui”.

O contato inicial com a metrópole faz-se logo no primeiro dia, quando chegam ao aeroporto ou à rodoviária e é vivido de forma tensa por algumas delas, que, ao se depararem com uma nova e complexa organização espacial, enfrentam dificuldades de mover-se em um local desconhecido. Passam, então, a ocupar um novo lugar, o de estrangeiro. Parece que todos esses sujeitos de uma maneira ou de outra são vistos e sentem-se como estrangeiros, pelo sotaque, pela maneira de vestir, pelo comportamento. Os relatos mostram essas sensações:

“Na primeira vez que vim a São Paulo, me senti uma mendiga da roça, as pessoas todas eram engravatadas”.

“A minha primeira vez em São Paulo foi muito complicado. Não conhecia nada. Foi muito sofrido. Achava difícil. Me assustei com tanta coisa diferente”.

Simmel (1976:15) diz a pontualidade, a calculabilidade, exatidão, são introduzidas à força na vida pela complexidade e extensão da existência metropolitana”. Assim, em relação ao funcionamento da cidade, algumas mães relatam a admiração pela regulação dos fluxos dos indivíduos cujos movimentos e percursos são permanentemente ordenados no cotidiano da cidade: nas faixas de pedestres, nos terminais de ônibus, nas entradas e saídas das portarias dos prédios, na entrada, saída e funcionamento do hospital e das filas nos pontos de ônibus.

Dentre as mudanças, o clima, ao causar uma sensação de desconforto, é também um elemento que vem se somar às outras variáveis no processo de adaptação à cidade, pois parte delas vem de lugares com temperaturas mais quentes. Além de nem sempre possuírem roupas adequadas, sentem-se incomodadas com essa nova situação. Uma mãe nordestina diz:

“O frio foi uma das coisas que eu estranhei muito em São Paulo. Acho esquisito ter que pôr tanta roupa. Fica difícil para a gente se movimentar”.

Outra mãe que mora na beira do rio Amazonas diz:

“Sinto saudade da minha terra. Lá não preciso colocar tanta roupa. Posso andar descalça, livre pela praia”.

O tempo não flui de forma uniforme para os diferentes grupos sociais de diferentes regiões brasileiras. Segundo Veras (2001:10), o repertório cultural (prático-inerte) que cada migrante traz é diferente do outro e daquele do ambiente urbano local. “A temporalidade que acompanha o migrante se contrapõe à temporalidade que o lugar novo quer introjetar nesse sujeito. Instala-se, assim, um choque, um conflito nas orientações, o que obriga esse morador a buscar novas interpretações”.

Portanto a percepção do tempo que rege as ações, como as rotinas diárias e que fornece referências, também muda, pois é percebido pelas mulheres da casa de uma forma diferente. Passam a conviver e a se orientar em um tempo mais acelerado, dado pelo ritmo da metrópole, ou seja, um tempo produtivo, gerador de valor, disciplinado e ordenado.

Na cidade, que se apresenta repleta de signos, essas mulheres passam também a conviver num meio marcado pela sobreposição de informações, imagens e os mais variados estímulos visuais. Deve-se levar em conta que desvelar e lidar com esses códigos é uma tarefa difícil, principalmente para aquelas com reduzida escolaridade.

A exposição à moderna tecnologia médico-hospitalar, nos primeiros contatos com o INCOR – Instituto do coração –, proporciona a estas mulheres uma nova dimensão do desconhecido, que aos poucos vai sendo decifrado e compreendido. Além de lidarem com a angústia gerada pela doença do filho e com a burocracia que envolve órgãos de saúde, necessitam orientar-se também nessa nova configuração espacial: amplidão do prédio, grande quantidade de salas, corredores extensos e intensa circulação de pessoas. A locomoção por elevadores é, para algumas, mais uma das novidades que se agregam às demais situações vividas.

A cidade de São Paulo, para essas mães, torna-se paradoxal, pois é, a um só tempo, atemorizante pelo impacto provocado pelos seus excessos e fonte possibilitadora da realização do desejo maior; a cura do filho. O momento seguinte pressupõe a sua inserção nesta nova ordem social, exigindo um processo de reconstrução não apenas de seu cotidiano, mas também de sua constituição, de sua subjetividade.

Após o temor inicial, a relação que elas estabelecem com a cidade vai acontecendo aos poucos, por intermédio de algumas companheiras, que, por já terem se estruturado no novo ambiente, passam-lhes códigos de comportamento, informações, valores. Além disso, auxiliam-nas em idas ao hospital e na utilização do comércio nos arredores. A inserção ainda ocorre por meio do convívio com outras pessoas que frequentam o hospital e também com os funcionários da instituição. É pela interação e troca de informações que

elas vão se orientando sobre o uso dos meios de transporte, o funcionamento do comércio e a utilização de outros recursos dos quais necessitam.

A aproximação com a cidade também acontece nos fins de semana, por meio das atividades de lazer propiciadas a elas e a seus filhos. São idas a parques, teatros, cinemas e museus. Percebe-se, também, que boa parte delas tem pouco acesso a esse tipo de lazer e, no decorrer de suas idas e vindas a São Paulo, algumas têm mostrado interesse em conhecer outros locais, principalmente aqueles destinados a adultos: teatros, musicais, shows. Nota-se que, quanto mais elevada a escolaridade, maior parece ser o envolvimento dessas pessoas em eventos culturais. Algumas, talvez por falta de vivência numa cultura urbana letrada, interessam-se menos por esses tipos de atividades.

Mesmo temendo a violência, andar pelas ruas, conhecer suas formas e contornos, sentir sua inquietude, observar sua diversidade, parece ser uma maneira de estas mulheres se inserirem nesse novo mundo.

Observa-se que as mulheres da ACTC, curiosas e querendo desvendar as novidades do entorno, passeiam pelo mundo das calçadas e vitrines, extasiadas pelo novo. Entre idas e vindas ao hospital, boa parte delas exploram as redondezas, vão descobrindo as lojas, os bares, a vizinhança, as bancas de revistas, as feiras de rua, a rede bancária e aos poucos vão se incorporando ao dia-a-dia da metrópole e movimentando-se com maior autonomia.

Entretanto, apesar da instituição estar localizada a uma quadra de um dos pontos mais famosos da cidade paulista, que reúne em seus poucos quarteirões o comércio de produtos de luxo – representação da riqueza e ostentação – esse não é o local onde a maioria das mulheres costuma circular. Esse percurso não faz parte de suas escolhas, não tem significado para elas.

É a rua 25 de Março, lugar de maior concentração de comércio popular, o local com o qual elas mais se identificam, sendo este o espaço em que costumam passear e fazer compras. É comum realizarem esse percurso em grupo, com o intuito, não só de ver as novidades, adquirir objetos de consumo principalmente para os filhos, mas também para comprar presentes,

lembranças para seus familiares. É com alegria que gastam o dinheiro que economizaram do recebimento dos bordados do artesanato Maria Maria. Aprendendo essa nova lógica da possibilidade de renda, algumas mulheres adquirem produtos que serão comercializados em suas cidades, e isso passa a fazer parte de suas vidas, pois o dinheiro obtido é fundamental para incrementar o orçamento doméstico.

Em razão do tempo de permanência em São Paulo, bem como as constantes viagens de retorno ao hospital, muitas mulheres estão adaptadas ao novo ambiente urbano e aos recursos da cidade e por isso já se apropriam desse novo contexto e conseguem desvendá-lo com mais tranquilidade, agindo de maneira autônoma. Há casos em que a necessidade de um tempo maior de permanência para o tratamento da doença do filho e as maiores possibilidades de emprego parecem ter sido responsáveis pela fixação de algumas famílias na cidade.

Segundo Veras (2001:10), “a cidade é o lugar em que os homens se movem mais, e a co-presença lhes ensina a diferença. Quanto maior a cidade, maior o movimento e mais intensa a co-presença, e aí maior oportunidade de aprendizado”.

Assim os depoimentos de algumas mulheres demonstram os aprendizados nessa nova relação com a cidade:

“Foi difícil as primeiras vezes que vim a São Paulo, chorei muito, mas minha vida mudou. Além de salvar a vida do meu filho, aprendi muita coisa. Hoje ando bastante pela cidade”. (Moradora de Teresina – PI)

“A primeira vez foi duro, achei que não ia conseguir. Quando lembro da angústia do meu filho doente e ainda ter tanta coisa diferente: o jeito das pessoas falarem, aquele monte de gente. Mas agora acho que foi muito bom. Meu filho está bem eu aprendi muito. Sou outra pessoa. Não acreditava que poderia andar sozinha pela cidade”. (Moradora de Vitória – ES)

“Quando cheguei aqui pela primeira vez tive muito medo. Nossa era tudo novidade. Agora ando na Vinte e Cinco de Março e levo produtos

para vender na minha terra. Agora agradeço a São Paulo pelo meu filho sarar e por melhorar minha vida”. (Moradora do interior do Pará)

“No início, detestei. Estranhei tudo. Era muita confusão. Mas agora adoro São Paulo porque tem muita coisa boa: Vinte cinco de Março, barzinhos, lugares bonitos pra gente passear. Aprendi muita coisa aqui”. (Moradora do interior de Goiás)

Ao viver uma experiência de transitoriedade na cidade de São Paulo que agrega espaços heterogêneos e possibilita novas experiências, as mães da ACTC vivem um tempo de novas aprendizagens. Esta situação vai exigir dessas pessoas a coordenação de dois movimentos, o de incorporar o novo e o de preservar o antigo, levando-as a desenvolver recursos para enfrentar os desafios presentes. Essas mudanças desorganizadoras exigem movimento de reorganização, de exercício da capacidade de elaboração e busca de recursos de enfrentamento, o que levará à aquisição de maior autonomia, marcando, de maneira profunda, a subjetividade dessas pessoas.

Perfil das mulheres

As mulheres compartilham, na ACTC, as suas diferenças culturais, os hábitos alimentares, as maneiras pessoais de educar os filhos, as formas de se relacionar com o outro, o modo de cuidar do corpo, as maneiras de enxergar o mundo e se colocar nele. Nesse novo viver cotidiano em que há ressignificações de suas práticas, constroem novas redes e nelas tecem coletivamente uma nova experiência de vida.

Em relação ao perfil socioeconômico, a instituição não possui dados precisos, mas informa que a renda familiar de 70% do público é de aproximadamente dois salários mínimos. É importante destacar que a maioria precisa de auxílio financeiro para chegar à instituição. Boa parte dessas mulheres não possui renda própria e mesmo aquelas que estão empregadas acabam, na maioria das vezes, abandonando ou perdendo o emprego, pois têm de se afastar da terra natal, por tempo indeterminado, para cuidar da saúde do filho.

Quanto à escolaridade, uma parte considerável dessas mulheres permaneceu pouco tempo na escola, principalmente aquelas com mais de 40 anos, havendo ainda nesse grupo mulheres analfabetas. Entre as mais jovens, percebe-se que nos últimos anos houve um avanço em seus graus de escolaridade, uma vez que a grande maioria conseguiu completar o ensino fundamental, nem sempre completou o ensino Médio. Em decorrência disso, permanece reduzido o índice das que conseguiram concluir o Ensino Superior. Nos últimos anos, houve mudanças no perfil das mães no que se refere à escolaridade. As mães atendidas a partir de 2006, além de serem mais jovens, têm um nível maior de escolaridade e muitas continuam estudando, inclusive cursando universidade.

Esses dados refletem a situação da mulher brasileira de baixa renda, pois apesar de enormes avanços, segundo Venturini (2004:164), nacionalmente, dois terços das mulheres não passaram do Ensino Fundamental, e apenas 7% das brasileiras chegaram ao Ensino Superior:

Observa-se também que algumas delas se sustentam ou contribuem para a renda familiar por meio de trabalhos artesanais, como bordados, pinturas em tecidos, bonecas, crochê e tricô. Muitas delas trabalham como empregadas domésticas, outras atuam como merendeiras, faxineiras e inspetoras de alunos no serviço público. São poucas as que desempenham outras atividades e normalmente é na área de educação, como professoras primárias. Outras ajudam os companheiros na manutenção de pequenos comércios. Normalmente apenas as que desempenham atividades no serviço público conseguem, com a doença do filho, permanecer no seu emprego, pois podem solicitar licenças.

Por outro lado, as mulheres que exercem outras funções, como professoras, por exemplo, sentem-se orgulhosas ao comentarem sobre suas profissões e muitas vezes fazem questão, principalmente quando são novatas na instituição, de deixar claro que estudaram, deixando transparecer a intenção de colocar-se numa posição mais valorizada que as demais.

Cabe ressaltar que boa parte delas, em razão das idas e vindas a São Paulo, perdem seus empregos e para sobreviverem acabam, muitas vezes,

assumindo trabalhos temporários e bicos, em grande parte sem vínculo empregatício. Assim, o grande interesse dessas mulheres em participar do artesanato Maria Maria está ligado à possibilidade de esta atividade garantir uma fonte de renda, uma vez que algumas conseguem manter um ganho em torno de um salário mínimo, bem como participação no mercado de trabalho.

Para Venturini e Recamán (2004:17), outra evidência da desigualdade que expõe as fortes diferenças sociais entre as brasileiras é observado no acesso ao computador e à internet, visto que a maioria nunca tinha entrado em contato com um computador. Na verdade, isso comprova que, aliado à baixa escolaridade, é visível o pouco acesso a bens culturais e novas tecnologias entre boa parte do público atendido pela casa, notadamente aquelas que vivem em cidades pequenas ou mesmo em zonas rurais. No entanto, observa-se que cada vez mais um número maior de mães tem conseguido acessar Internet, tanto que, no horário de almoço da recepcionista, elas podem utilizar o terminal da recepção. O maior acesso a essa tecnologia tem possibilitado a comunicação entre elas. Mesmo que algumas delas não lidem com esse instrumento no seu cotidiano, seus filhos o fazem.

Portanto, ao analisarmos o perfil das hóspedes da casa, percebe-se que, para a maioria, em razão das demandas trazidas pela situação vivida, ser mulher envolve, sobretudo, o papel referente à maternidade, mesmo diante dos avanços relativos ao papel da mulher na sociedade atual.

É importante destacar que essas mulheres, mesmo absorvidas pelo exercício da função materna, ao se deslocarem para a cidade de São Paulo, acabam de alguma forma se inserindo em outros espaços, na medida em que vivenciam novas situações, estando, portanto, expostas a novas relações sociais. Diante disso, muitas vencem o medo de viajar de avião, outras de ter de lidar com a burocracia dos hospitais e mesmo de tomar decisões, muitas vezes na ausência do marido.

Sociabilidade entre as mulheres

Ao chegarem à ACTC, as mães que, pela primeira vez, lá se hospedam são recebidas pela assistente social, responsável por tirar dúvidas, fornecer as primeiras informações e proceder sobre os encaminhamentos: preenchimento do cadastro, explicações sobre as regras e rotinas de funcionamento da casa. Este é um momento delicado, tanto pelo agravamento da doença do filho, pela desorganização interna causada pela cidade, como pela necessidade de permanência neste novo espaço.

A seguir, essa profissional, procurando criar um clima de acolhimento e descontração, percorre as principais dependências do prédio, mostra as dependências da casa e apresenta, à nova hóspede, os funcionários, voluntários e outras mães presentes. Ao chegar à sala onde se desenvolvem as atividades do artesanato Maria Maria, além de tomar conhecimento sobre esse trabalho, a mãe é convidada a participar das aulas. Nesse primeiro momento, a maioria delas parece atordoada, poucas são as que, mesmo que atraídas pelo mural dos bordados, se interessam imediatamente por esse tipo de atividade.

Este ritual de recepção é percebido pela maioria delas como um momento de acolhimento que proporciona alívio diante da sensação de desorientação e dos sentimentos de tristeza, angústia e esperança que as move na busca da cura do filho doente. É comum mencionarem a chegada na casa como um momento marcante:

“Quando cheguei só chorava, não sabia o que ia acontecer com meu filho. Não podia voltar para casa. Me senti tão bem quando a assistente social me recebeu com tanto carinho e paciência e me explicou tudo com calma. Quando me mostrou a casa, as pessoas me receberam bem, mas eu quase não conseguia prestar atenção em nada. Era tudo meio confuso”..

“Ainda bem que tinha a assistente social (...). Ela me recebeu muito bem.. Foi um alívio falar com ela.. Parecia que Deus me guiava”.

Além do novo contexto sociocultural, elas também têm de conviver com a saudade que as acompanha. Assim, a casa simboliza o ponto de apoio na cidade, ajudando-as principalmente a entender as novidades da cidade, do hospital e do tratamento do filho.

Para amenizar a dor da separação dos familiares, dos amigos, da casa, da cidade, a distância geográfica é rompida por telefonemas, pois, devido às dificuldades econômicas, na maioria dos casos, as visitas dos parentes mais próximos costumam acontecer no período de cirurgias ou em outras situações que envolvem risco de vida. A palavra saudade, presente em boa parte dos depoimentos dessas mulheres, parece expressar esses sentimentos da ausência e da falta do conhecido e do vivido.

Segundo Lourenço (1999:32), “na verdade, não temos saudades, é ela que nos tem, que faz de nós seu objeto. Imersos nela tornamo-nos outros. Todo nosso ser ancorado no presente fica de súbito, ausente. Sentimo-nos como um rio que deixa de correr e reflui para a nascente (...)”. Assim, as mulheres da ACTC, no diálogo com o tempo, afastam-se do presente e ao retornar aos lugares, às pessoas, aos objetos são tomadas pelas emoções do experienciado.

Ainda segundo esse autor, “com a saudade, não recuperamos apenas o passado como paraíso, inventamo-lo” (1992:14). Neste processo de voltar ao que já passou, essas mulheres podem entrar em contato com a idealização de seu passado. Assim, na distância oculta-se uma avaliação mais “concreta” dos fatos vividos, ou seja, suspira-se de saudade em relação a um tempo no qual a vida era mais fácil de ser vivida.

Aos poucos as mulheres da ACTC vão se ajustando às novas situações, como a convivência íntima em um mesmo quarto com outras mulheres e crianças com comportamentos diferentes, contato com outros tipos de alimentação, vivência de uma situação coletiva com obrigações e regras. Essas novas relações demandam esforço e flexibilidade e fazem parte do processo de adaptação a este novo contexto cultural, ao novo tempo. Percebe-se que, aos poucos, as novas hóspedes vão se adaptando a novos papéis e

estreitando vínculos com os funcionários, com os voluntários e com os educadores.

Sabe-se que o tempo é diferente para homens e mulheres. O tempo feminino está regido ao movimento da casa, dos filhos, dos cuidados, dos afetos, dos acolhimentos, ou seja, do interior. No entanto, com a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, suas vidas passam também a ser regidas pelo relógio da fábrica, do escritório, bem como com os cuidados com a casa e com os filhos.

As hóspedes vivem o tempo feminino da ACTC e dos cuidados com o filho. É um outro tempo marcado pelo movimento da casa e pela espera. Vive-se um tempo da expectativa, um tempo que não passa, em que se perde a noção do correr dos dias. Sobre esse assunto Halbwachs (1990:92) diz:

Existem horas mortas, dias vazios, enquanto que em outros momentos, quer seja porque os acontecimentos se precipitam, seja porque nossa reflexão se acelera, ou porque nos encontrávamos em um estado de exaltação e de efervescência afetiva, temos a impressão de ter em algumas horas ou dias, vivido anos.

A ordenação do tempo que conduz as rotinas do novo espaço, por excelência do feminino, estabelece horários para levantar, arrumar o quarto, fazer o almoço, receber e entregar os bordados, participar das atividades oferecidas para mães e filhos, ir ao hospital, fazer exames, etc. Os dias da semana são marcados por diferenças, pois, nos sábados e domingos, as hóspedes e seus filhos têm passeios programados. Nesses dois dias não há nenhum funcionário na casa, mas apenas uma mãe responsável, portanto o tempo é apenas delas e dos filhos, sem interferências.

A rotina da casa assegura a continuidade tranquila do tempo. No entanto, percebe-se uma linha tênue que separa a aparente calma das tempestades. Uma cirurgia malsucedida, a chegada de uma criança em situação de risco, a morte de uma criança, uma mãe que se exaspera diante das perspectivas de vida do filho, podem alterar a qualquer momento o cotidiano da casa.

O tempo na instituição também é permeado por datas comemorativas, períodos de festas, uma constante na casa: festa junina, festa da primavera, festas de aniversários. Todos esses eventos contam com o entusiasmo, cooperação e participação ativa da maioria das mães que atuam na preparação, fazendo enfeites, arrumando a casa e elaborando a comida.

Durkheim (1989:452), em sua obra clássica sobre a vida religiosa, aponta que toda festa, mesmo puramente laica em suas origens, tem certas características de cerimônia religiosa, pois, em todos os casos, ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência. Portanto, nestas ocasiões, a casa ilumina-se diante do anúncio da possibilidade da trégua das agruras que essas mulheres vivem. Assim, libera-se o riso, os gestos, as emoções e as falas. Sendo as festas momentos de manifestação das identidades, na ACTC, as mulheres que possuem como núcleo comum a doença do filho, identificam-se nessas situações.

Outro aspecto que congrega a comunidade, nestes momentos festivos, é a distribuição da comida, pois, além do saciar-se, no final das festas, as mulheres levam em suas bolsas, para seus quartos, um pouco desse alimento, denunciando as impossibilidades de usufruir no cotidiano das comidas que se transforma em uma verdadeira iguaria. Por meio desses rituais, cria-se a oportunidade de romper com o ritmo do cotidiano, subvertendo a espera da casa, quebrando a monotonia imposta pela longa espera.

Percebe-se a existência de inúmeras situações de conflito, comum a grupos, porém acirradas por compartilharem um cotidiano permeado por diferenças culturais e pelo momento tenso que se vive. Freud (1997), em *Mal-estar na civilização*, afirma que os homens aspiram à felicidade, embora tudo pareça se opor a tal pretensão, já que a infelicidade seja mais frequente devido à decadência e dissolução do nosso corpo, à hostilidade do mundo exterior e principalmente à insatisfação decorrente do relacionamento com os outros. Intrínsecos à existência humana, a dificuldade de uma convivência mais tranquila, segundo os depoimentos de algumas mães, deve-se a fofocas,

roubos, desobediência a regras, a maneira diferente de educar os filhos e ao temperamento e incompreensão de algumas companheiras.

Uma mulher comenta:

“Para se conviver bem aqui, o melhor é permanecer calada e fazer “vistas grossas”, principalmente em relação ao comportamento de algumas companheiras”.

Uma outra diz:

“Fiquei com medo de vir pra cá, pois, no hospital, uma outra mãe me disse que nesta casa o mais difícil era a convivência com as mães, elas eram terríveis. Muita mulher, muita fofoca (...)”.

“Eu sempre gostei de ficar no meu canto. Fui criada no meio do mato. Foi difícil me adaptar com tanta gente diferente. Aqui aprendi a conviver”.

“Tem gente que me recebe bem quando chego, mas tem outras pessoas que implicam com a gente (...)”.

Uma das reclamações da maioria delas, normalmente geradora de desavenças entre elas, refere-se às tarefas que cada uma deve desempenhar. Assim elas comentam:

“Eu sempre cumpro minha obrigação, mas tem gente que não. Encosta serviço. Não acho justo”.

Eu nem ligo de fazer a tarefa dos outros. Aqui tem gente de tudo quanto é tipo (...) paciência (...)”.

É interessante notar o quanto cada hóspede vai assumindo determinado papel na relação com as outras companheiras e também criando uma imagem do grupo. Muitas vezes algumas mulheres têm receio de outras pela imagem que lhes é passada. Em alguns casos, esses mal-entendidos se resolvem. O roubo, considerado por elas como imperdoável, quando é concretizado pleiteiam a expulsão da acusada.

Na relação entre as crianças, costumam ocorrer conflitos decorrentes de suas atitudes. Algumas mães referem-se à educação dada como fator gerador de comportamentos inadequados. Nesse sentido é comum desavenças e algumas comentam:

“Tem gente que não sabe educar. Quando ele crescer vai bater na mãe”.

“Se precisar eu bato no meu filho. Não quero que ele seja mal educado como vejo alguns por aqui”.

Além disso, uma questão que está se colocando e que vem mudando a configuração da população da instituição é o fato de os pacientes estarem tornando-se adolescentes. Isso tem exigido reorganização, quer seja para acomodação, como também no oferecimento de atividades pertinentes a essa idade. Assim, convivem no mesmo espaço crianças e adolescentes, o que concorre para a instabilidade nas relações do grupo.

Apesar de haver unanimidade em relação às dificuldades no campo das relações sociais, observa-se que cada uma delas desenvolve estratégias de enfrentamento em vista da nova realidade em que se valorizam as amizades, estabelecidas por afinidades pessoais relacionadas à cumplicidade e confiança.

No tocante à manutenção desses novos vínculos, poucas parecem levá-los além do espaço institucional, pois essas relações, normalmente afetadas pela distância, parecem, em boa parte dos casos, serem transitórias. Percebe-se que, ao chegarem a suas casas, algumas, ao entrar em contato com a instituição, sempre procuram informações sobre as famílias que conheceram, perguntam quem fez cirurgia, se estão bem, se vão fazer transplante, etc. Nos últimos tempos o maior acesso ao telefone e à internet tem facilitado o contato.

Como a população atendida pela casa é rotativa, logo as oscilações na formação dos grupos vão se refletir na dinâmica da casa, pois, dependendo da composição do agrupamento, sentimentos como ciúme, raiva, inveja emergem com maior ou menor intensidade, levando muitas vezes a acusações e conflitos

que necessitam da intermediação dos profissionais da instituição. Se necessário, a coordenadora faz uma reunião, abrindo espaço de discussão em relação à questão geradora do atrito. Por outro lado, com a mesma intensidade em que afloram as divergências, também se manifestam sentimentos de compaixão e cooperação. Observa-se a circulação de um sentimento de solidariedade entre elas. Ao se darem conta de que alguma companheira não está bem, muitas vezes criam diferentes estratégias para ajudar, seja conversando, auxiliando em uma tarefa ou mesmo cuidando da criança.

Em um espaço em que caminham juntos conflitos e solidariedade, as mulheres da ACTC vão construindo vínculos afetivos, estabelecendo rede de sociabilidade em que se busca ser aceito. Em seus depoimentos, boa parte delas aponta a convivência coletiva como um dos maiores desafios, mas também a consideram como uma fonte de aprendizado, em que se reconhecem as dificuldades de aceitar o diferente, bem como uma oportunidade de exercitar a tolerância. É assim que vai sendo tecida a trama do cotidiano: a vida do dia-a-dia, a troca de informações, a cumplicidade e os inevitáveis conflitos. Assim, em um cotidiano recheado com equilíbrios, muitas vezes instáveis e frágeis, que regem as relações, esses sujeitos compartilham principalmente a dor diante da possibilidade da perda do filho.

O sentimento de pertença está relacionado à aproximação e à ligação com o local de origem, sendo uma idéia de enraizamento, em que o indivíduo constrói e é construído. As mulheres da casa, ao saírem de seus locais de origem, deixam para trás sua terra natal, sua casa, seus vizinhos, suas festas, sua forma de viver, sua religião. Portanto, observa-se a fragilidade do sentimento de pertença das mães que chegam pela primeira vez na casa. No entanto, a acolhida e apoio dos profissionais e mães antigas aos novos membros minimizam a delicadeza e a dificuldade desse momento.

Estar nessa instituição e ser reconhecida como “mãe da ACTC” parece assegurar ao grupo de mulheres nesse novo contexto cultural, o sentimento de “pertencimento” que supera suas diferenças unindo-as em torno da mesma luta: a vida de seus filhos.

Para uma população que momentaneamente está distante de suas raízes, pertencer a um lugar significa dispor de uma referência concreta estável. Fazer parte dessa instituição e poder ser reconhecida como “mãe de uma criança cardíaca”, cuja inserção vai lhe atribuir novos papéis sociais, possibilitará que essas mulheres construam um novo lugar de pertencimento.

Capítulo 2

TRAÇOS E TRAMAS DE VELHAS HISTÓRIAS

Maria Maria

Ao investigar e penetrar no mundo complexo dos significados contidos no cotidiano das mulheres que participaram da construção da atividade Maria Maria, ao coletar dados, traduzir comportamentos e relatar acontecimentos públicos veiculados – busca-se captar os símbolos com seus respectivos significados.

Geertz, comenta que a cultura tem uma linguagem simbólica e pública, podendo esta última ser reconhecida pelas pessoas que dela participam, pois, fazem parte dos diferentes acontecimentos que ocorrem em sua sociedade. Ao fazer parte de algumas das ocorrências, o indivíduo descobre seu temperamento e de sua sociedade também. O autor comenta que “a cultura de um povo é um conjunto de textos, eles mesmos conjuntos, que o antropólogo tenta ler sobre os ombros daqueles a quem eles pertencem” (1989:212).

Desse modo, acostumada a outras leituras e na tentativa de diagnosticar a possibilidade de desenvolver um projeto educacional, ao iniciar, em 2001, meu trabalho na ACTC, deparei-me com outros textos e na busca de desvendar as tramas, matizes, cores e entrelinhas desse novo tecido, como Teseu, guiei-me pelos fios tênues daqueles contatos iniciais.

Na busca de verificar a possibilidade de implantação de atividades ligadas à escrita e leitura, observei que a rotatividade das hóspedes, a rotina do trabalho doméstico a ser realizada por elas na instituição, a pouca

disponibilidade interna em razão da doença do filho e o incipiente contato com a escrita, interferiam no desenvolvimento dessa proposta. Era notório o pouco envolvimento das mulheres da ACTC com a biblioteca da instituição. Nesse sentido há que se considerar que, além do acervo inadequado, a baixa escolaridade e o reduzido acesso a livros inviabilizavam uma maior vinculação com a leitura.

Em relação à questão da leitura, Martins (1999) aponta que este conceito é muito amplo e complexo, pois envolve uma série de práticas e experiências. Segundo essa autora, faz-se necessário considerar diversos aspectos, tais como idade do leitor, suas necessidades de leitura, seus gestos, sua habilidade, maneira de ler, instrumentos, apropriação e processos de interpretação, enfim ler é considerar aquilo que envolve o mundo do leitor.

Deve-se considerar ainda que uma biblioteca não pode ser apenas um depósito de livros e que estes sozinhos não formam leitores. Para manter a interlocução com o leitor, é necessária uma intermediação que lhes dê significado.

Aos poucos, desvendando quem eram aquelas mulheres, de onde vinham, o que faziam, o que sabiam, o que gostavam, o que sentiam, como estavam se integrando na cidade, fomos nos aproximando e no vaivém de nossas conversas, juntando e entrelaçando diferentes fios, iniciou-se a “tecetura” da uma outra história.

Em um clima impregnado por um misto de curiosidade, receio, desconfiança, quietude e expectativa, os livros e as histórias constituíram-se como um dos recursos para intermediar a nossa relação. Por meio da leitura de contos passei a destacar personagens das lendas brasileiras, temas que passaram a despertar o interesse do grupo, aproximando crianças e mulheres para ouvir e também contar histórias, rotina que passou a marcar os nossos encontros.

Nesse contexto, ao compartilhar essas histórias, possibilitando essa vivência e dando voz a esses narradores, criou-se um espaço de reconhecimento dessas mulheres como sujeito. Algumas comentaram:

“Nossa, nunca imaginei que essas histórias que ouvi da minha mãe pudessem estar em um livro”.

“Você gosta desse tipo de história? Pensei que você iria achar bobagem, coisa de gente do interior!”.

Redescobrimo a importância dessas narrativas na constituição da sua própria história, esses momentos foram revividos e cenas mnemônicas foram trazidas à tona. Segundo Benjamin (1994:205), “os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir”. Desse modo, compartilhando saberes, emoções, medos e crenças, crianças e mães, em alguns casos, davam detalhes sobre como haviam ocorrido esses acontecimentos e algumas confirmavam a veracidade dessas situações que, segundo elas, poderia ser comprovada pela presença do próprio narrador ou por alguém conhecido ou bem próximo dele, que vivenciou essa experiência. Uma delas diz:

“A história do lobisomem que te contei é de verdade, não é inventada como a dos outros livros, minha avó conhecia a família dele, ela contava tudo em detalhes”.

Para Benjamin (1994:200), a natureza da verdadeira narrativa:

“tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou norma de vida de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos”.

A ação de narrar tem sempre um ensinamento, ou seja, um aprendizado enraizado em forma de normas de conduta. Toda uma cultura pode ser transmitida através desta iniciativa oral, que contribui para desvelar um tecido social elaborado a várias mãos em que diversos sujeitos se encontram para se constituírem em humanidade.

Dessa forma, a sala e a cozinha converteram-se em espaços de narrar, e enquanto a voz dava vida a personagens, mãos acostumadas a empunhar a vassoura, a enxada, a limpar a casa, a lavar a roupa, a cuidar dos filhos, a

rogar a Deus pelos seus, também se ocupavam com delicadeza de linhas e agulhas. Tricotando, crochetoando e alinhavando, as mulheres transformavam, com seu poder criativo, a realidade.

Segundo Benjamin (1994:220), “a alma, o olho, a mão estão assim inscritos no mesmo campo (...)”. “Pois a narração em seu aspecto sensível, não é de modo algum produto exclusivo da voz. Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente com seus gestos apreendidos na experiência do trabalho, que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito” (1994: 221). Por isso, ao trazer à tona suas histórias, as mulheres da ACTC vivenciam como os antigos narradores a experiência integradora da alma, da voz e do gesto.

Nesse processo, mesmo com receio e dificuldade de se expor diante dessa nova realidade e ao grupo, ao contarem suas histórias, tornou-se possível haver a interlocução no grupo¹. Segundo Lacan (1996:213), “uma fala somente é fala na medida em que alguém nela crê”. Ao ter a fala acolhida, o sujeito é reconhecido. O pensamento é autorizado e validado, ao entrar em sintonia com o outro.

Além de criar espaço para as narrativas do grupo, paralelamente, foram realizadas outras atividades: trabalho com mapa, estudo sobre a cidade de São Paulo, leitura e discussão de artigos de jornal, exibição de documentários, abordagem de datas comemorativas e de outros assuntos de interesse do grupo.

Dentre os recursos disponíveis, o Atlas foi um dos mais utilizados em nossos encontros, pois, ao recorrer aos mapas, um dos objetivos era fazer que essas mulheres não perdessem suas referências e, assim, procurando valorizar o seu local de origem, desenvolveram-se atividades que deram possibilidade de essas pessoas se reconhecerem como pertencentes a esse lugar, não esquecendo suas raízes.

Promoveram-se ações direcionadas à localização das cidades e estados em que viviam em uma cópia do mapa do Brasil em que cada uma, ao

¹ Assim, fruto da construção coletiva de mães da ACTC, foi publicado o livro *De boca em boca: histórias de todos os cantos do Brasil*, que, além de conceder a autoria a essas mulheres, revelam a multiplicidade cultural de nosso povo.

chegar na casa, localizava o seu estado pintando-o e colocando o seu nome. Ao trabalharmos com mapas, conversávamos sobre as características da sua cidade e estado: história, música, comida, flora, fauna, curiosidades gerais.

Neste sentido, a atividade Maria Maria, nome que designa o artesanato, agregando também o projeto com o bordado, foi se constituindo na perspectiva de uma ação cultural, definida por Teixeira Coelho (2001:8), como “o desejo de fazer da arte e da cultura instrumentos deliberados de mudança do homem e do mundo”, pois, ao fornecer recursos para o desenvolvimento e avanço da produção cultural, propiciou-se a oportunidade das pessoas serem sujeitos da própria cultura e não meros espectadores.

Como forma de inserção das mães da ACTC na cidade de São Paulo, buscou-se, ao apresentar essa nova realidade, ajudá-las a entender esse novo contexto, mostrando outros caminhos, não só aqueles que se inscrevem entre a casa e o hospital, mas outros também. Além disso, conhecer a produção de outras culturas para se entender a diversidade de valores, relacionando informações novas às antigas.

Partindo do conhecimento prévio que tinham dessa metrópole, e diante do desejo de compreender esse novo lugar, procurou-se ampliar as informações sobre aspectos físicos, sociais e culturais desse novo espaço. Ao trabalhar esse conteúdo, buscou-se proporcionar o acesso aos diferentes tipos de materiais e, por isso, foram utilizados ilustrações, reportagens de jornais e revistas e livros.

Entre outras atividades desenvolvidas, cabe destacar a criação de um jornal caseiro denominado “Notícias das mães”, cujo objetivo era coletar e organizar informações fornecidas por elas sobre suas cidades, seus costumes, suas crenças, sua culinária, suas histórias, transformando os fatos eleitos em reportagens.

Além de instrumentalizá-las em relação ao conteúdo de um jornal, através desse veículo cultural, promove-se a socialização de informações, valoriza-se a escrita e cria-se também a possibilidade de autoria. Essa

proposta permitiu que essas mulheres fossem vistas, ouvidas, uma vez que, segundo Perrot (2007:16):

“Escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que estavam confinadas. As mulheres ficaram muito tempo fora da história, como se destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo ou pelo menos fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal”.

Assim, frutos de uma vivência histórico-social marcada por relações patriarcais, que irão refletir na construção do feminino, ao serem ouvidas e olhadas se surpreendem e comentam:

“Você quer ouvir minha história? Por quê? Engraçado, alguém se interessar em me ouvir...”

“Minha vida é só tristeza (...). Acho estranho alguém querer saber de mim...”

“Vai colocar minha história no jornal? Minha vida não tem nada de diferente. Será que alguém vai se interessar?”

“Estou me sentindo importante em ter minha história no jornal”.

As falas anteriores apontam para como as próprias mulheres apagam suas histórias, pois as julgam sem interesse. Segundo Perrot (2007:17), “afinal elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito”.

Ao contar suas histórias de vida, cada participante narradora compartilha experiências trazendo diferentes formas de ser, pensar e conhecer. Ao recordar e relembrar, ressignificam no presente o que passou. Segundo Ítalo Calvino (2005:24), “a memória é a experiência que é a memória mais a ferida que ela lhe deixou, mais a mudança que produziu em você e que o transformou”. Ao olhar para trás, o narrador vê a pessoa que ele foi e não é mais, a pessoa que ele é agora, a pessoa que ao se ouvir ressignificará o vivido.

Em determinado momento, o narrar e o bordar entrelaçaram-se e o bordado se constituiu em peça fundamental no desenvolvimento da Atividade Maria Maria. Novos desafios se colocaram em relação à criação dos temas a serem bordados. Desse modo, pesquisaram-se em livros que retratavam a arte brasileira, procurando resgatar elementos que representassem a cultura de origem desse grupo de mulheres, como suas festas, seus cenários e seus personagens mais significativos, reproduzindo no tecido suas saudades, suas referências, suas identidades.

Nesse contexto, fui percebendo que, mesmo com a variedade de estratégias de desenho individual e coletivo, as mulheres da ACTC sentiam-se expostas, uma vez que havia a expectativa de um trabalho perfeito, em que a expressão artística deveria ser uma representação fidedigna do tema. Algumas falas ilustram esses sentimentos:

“Não sei desenhar, peça para a minha filha, ela sabe!”

“Tenho vergonha porque meu desenho não é bonito como o do livro”

“Meu desenho é malfeito. Eu queria desenhar bem, mas não tenho dom para isso”.

Por outro lado, quando havia alguma hóspede que tinha um maior domínio dessa técnica, as outras se sentiam inibidas e muitas vezes iam embora, desculpando-se.

Procurando trazer novos elementos para se discutir essa concepção de arte, passamos a explorar, nas nossas rodas de conversas, artistas, como Tarsila do Amaral, que trouxe o conceito de brasilidade, usou as cores caipiras e utilizou-se de temas do nosso cotidiano, da cultura brasileira. Ao lidar com essa artista, que ousou desafiar os padrões vigentes, que coloca elementos mais próximos da realidade das mulheres da ACTC, tornou-se um pouco mais viável trabalhar com as possibilidades de simbolização do real. Segundo Barbosa (1988-18), “através da apreciação e da decodificação de trabalhos artísticos, desenvolvemos fluência, flexibilidade, elaboração e originalidade – os processos básicos da criatividade”. Algumas falas ilustram esse processo:

“Essa Tarsila faz uns bichos esquisitos, mas eu gosto”.

“Nossa, ela faz umas casinhas parecidas com o lugar que eu moro”.

“Os desenhos dela são simples. Dá pra gente entender”.

“Os desenhos dela são coloridos, alegres... deixam a gente feliz”.

Assim, da união de diversas mãos e panos, o artesanato Maria Maria foi tomando uma nova forma e revelando um lugar de identidade e de pertencimento, em que cada uma delas acabou construindo com seus bordados um “texto seu” em que aparece sua cultura, suas emoções e suas novas descobertas. Pode-se dizer que se caminhou para ação social, pois, segundo Teixeira Coelho (2001:33), para que isso aconteça é necessário “usar o modo imperativo da arte – livre, libertário, questionador, que carrega em si o espírito da utopia – para revitalizar laços comunitários corroídos e interiores dilacerados por um cotidiano fragmentado”.

Esse processo possibilitou que essas mulheres, por meio da troca coletiva, do diálogo estabelecido entre as gerações, buscassem referências e vivenciassem a experiência no sentido literal. Segundo Benjamin (1994:119), “ficamos pobres, abandonamos as peças do patrimônio humano para receber a moeda miúda do atual”. Para ele, surge uma nova forma de miséria com o desenvolvimento das técnicas modernas. Perante a impossibilidade da experiência tradicional, a Erfahrung, há o aparecimento da Erlebnis, a vivência do indivíduo solitário. O declínio da experiência provém da perda de uma tradição compartilhada por uma comunidade humana; tradição retomada e transformada, em cada geração, na continuidade de uma palavra transmitida de pai para filho.

Dando continuidade às atividades artesanais, como as personagens ficcionais ou as personagens reais que, desde os tempos mais remotos, produzem textos e tramas, as mulheres da ACTC, com as mãos calejadas e ágeis, e com os olhos cansados que teimam em achar o buraco da agulha, enquanto emendam carreiras, dão laçadas, fazem nós, matizam, preenchem

espaços vazios, falam. E a conversa, entremeada de risos, vai longe e, a cada novo ponto, emerge uma nova narrativa².

Entre os projetos da atividade Maria Maria, dando continuidade à proposta de que esse grupo de mulheres reconheça e perceba-se com possibilidades de aprender e de criar, passaram a ser oferecidos, semanalmente, diferentes tipos de oficinas artesanais³. Percebe-se, nesses momentos, que, além de querer aprender novas técnicas e usufruir da interação com o grupo, em muitos casos, há o desejo de produzir e se apropriar dos objetos confeccionados, ou seja, participa-se muitas vezes com a possibilidade de se poder levar algo, uma vez que se possui tão pouco. Nas falas de algumas delas, além da importância desse tipo de atividade como possibilidade de perceber a capacidade de criação, nota-se que esses objetos, quando vão para suas casas, passam também a ser uma referência da sua estadia na instituição:

“Foi nas aulas de artesanato que aprendi que não é preciso pintar com molde. Com o tempo eu mesma consegui desenhar muita coisa”.

“Hoje me sinto meio artista. Sempre gostei e participei de todas as oficinas e foi assim que eu consegui aprender muita coisa e fui percebendo que podia criar e desenhar”.

“Gosto de fazer todas as oficinas. Levo tudo que faço para minha casa. Coloquei na minha sala aquele quadro que fiz aqui. É lindo! Quando olho, me lembro daqui e dos momentos que vivi aqui”.

“Gosto muito das oficinas porque me fazem relaxar. É uma forma de esquecer”.

² Em 2005, publicamos o livro *Linhas do coração* que retrata as muitas histórias de tradição oral brasileira. Além disso, coletamos e confeccionamos artesanalmente os livros: *Dicas de cozinha*, *Festa Junina na ACTC* e mais três livros apenas com imagem direcionado às crianças.

³ O objetivo das oficinas não tem como finalidade a profissionalização, mas, ao proporcionar o contato com diferentes técnicas artesanais, favorece o desenvolvimento da criação. A programação das oficinas leva em conta as reivindicações das mães e procura trazer propostas que ofereçam novas experiências ao grupo.

Esse fazer artístico, que permite a expressão de emoções, também é marcado pelo momento psíquico em que cada um se encontra e um relato é revelador:

“A primeira pintura que fiz só tinha cinza porque é assim que estou me sentindo, pois hoje tive a notícia que minha filha tem poucas chances de vida. (...) Mas vejam o quadrinho que fiz para minha filha, como está todo colorido”.

Em 2004, em decorrência da visibilidade proporcionada pelo trabalho artesanal⁴ realizado nas colchas da instituição⁵, surgiu um volume significativo de encomendas de toalhas de mesa, seguindo os padrões anteriores já desenvolvidos. Esse trabalho vai mudar o rumo da história das mulheres na ACTC. Paralelamente às narrativas, percebe-se, então, a vocação desse grupo de mulheres para esse tipo de labor, que se mostra na criatividade e na beleza dos trabalhos, abrindo a possibilidade de remuneração e, com isso, na busca de aprimoramento técnico, enfatiza-se o processo de ensino-aprendizagem.

No desenvolvimento dessa proposta, estiveram presentes diferentes situações de aprendizagem. Os espaços institucionais converteram-se em lugares de “ensinar e aprender”, em recinto que possibilita viajar a um lugar novo de experiência, em ambiente de trocas em que se exercitou, nessa busca de superação, a solidariedade, a cooperação. Esse contexto é identificado por Alves (1998:63), como o da prática pedagógica cotidiana, no qual aprendemos e ensinamos criando conhecimentos no dia-a-dia no contato com os outros. Todos os dias alguém aprende e alguém ensina, ou melhor, todos aprendem e todos ensinam, cotidianamente, alguma coisa, de alguma maneira, ao mesmo tempo. Nesse sentido, os comentários abaixo mostram esse processo. Assim as mulheres comentam:

“Aprendi a bordar na ACTC e gostei principalmente porque as aulas têm muita troca, a gente ensina, mas aprende muito”.

⁴ Com a criação coletiva do grupo foram sendo desenvolvidos temas que caracterizam o artesanato Maria Maria, criando uma identidade, a partir da qual muitas encomendas são feitas, sem que se perca a natureza do trabalho criativo.

⁵ Para a inauguração da nova sede da instituição, em 2002, todas as mães bordaram as colchas das camas da nova casa.

“É muito bom ver uma pessoa fazer o que você ensinou. Além disso, as professoras valorizam os nossos trabalhos. Isso faz a gente ter valor”.

“Nunca pensei que pudesse ensinar, ser professora”.

“Achei que não seria capaz. O mais importante é que descobri que tenho talento”.

“É muito bom saber que estamos aprendendo”.

“Estou orgulhosa de mim. Uma mulher que passou pela minha casa, viu a toalha que eu estava bordando, fez elogios e queria até comprar”.

Com base nessa experiência, a atividade Maria Maria⁶, cuja concepção inicial era apenas educacional, em razão da adesão das mães, trilhou um novo caminho. Estabeleceu-se um novo formato, com algumas adequações: reorganizou-se o bazar, anteriormente composto de peças de brechó, que passou a receber cada vez mais produtos feitos pelas mães; definiram-se os tipos de produtos a serem feitos e neste caso privilegiaram-se artigos femininos como bolsas, *nécessaires* e roupas de cama, mesa e banho; sistematizou-se o sistema de entrega e devolução dos bordados e terceirizou-se a confecção dos produtos, que inicialmente era feita pela professora de bordado.

Essas novas medidas exigiram algumas mudanças na organização institucional e no perfil dos profissionais. Contratou-se mais uma funcionária, pois o número de mães bordadeiras passou de aproximadamente quinze para cem em determinados momentos. A remuneração trouxe mudanças significativas no cotidiano da casa: os bordados invadiram todos os espaços e outras tarefas e atividades oferecidas muitas vezes, eram relegadas a segundo plano.

Merece menção, nesse processo, a mudança de postura dessas mulheres, que entre outras aprendizagens, passaram a reivindicar aumentos nos valores pagos aos bordados e fornecimento de um maior número de peças, havendo, inclusive, um questionamento também sobre as avaliações

⁶ Quando vão para suas casas as bordadeiras levam tecidos para confeccionarem.

em relação ao seu trabalho. Para responder a essas reivindicações, a instituição precisou reorganizar-se, definir regras, procurar e afinar posturas.

O processo de ensino-aprendizagem marca as relações do artesanato Maria Maria, pois há um clima de troca e cooperação. Porém, também circula no grupo sentimentos de inveja, ciúmes, competição quando há menções de elogios ou críticas em relação aos bordados.

Ao perceber que boa parte dessas mulheres deixava a feminilidade esquecida, uma vez que nesses momentos de suas vidas havia uma intensificação do papel materno, optou-se por trabalhar alguns aspectos voltados à discussão da questão da mulher. Implantou-se o Projeto Mulher⁷, que tem o objetivo de oferecer oportunidades de resgate da própria história de vida, estimulando o compartilhar com outras mulheres, de criar condições para uma melhor auto-percepção física e de oportunizar a ampliação de repertório verbal sobre si e sobre seus projetos.

Susan Bordo (1997:19) aponta que o corpo não é apenas um texto da cultura, mas também, como sustentam o antropólogo Bourdier e o filósofo Michel Foucault, entre outros, um lugar prático direto de controle social. Por isso, ao olharmos as mulheres da ACTC, sua maneira de sentar à mesa, de andar, de comer, de se cuidar e outros comportamentos normativos, percebe-se que seus corpos trazem marcas culturais, além daquelas deixadas pelo momento vivido.

Segundo Mary Del Priore (2004:78), no período colonial brasileiro, a filosofia cristã e o saber médico, uniam forças na luta para a constituição de um Estado centralizado, baseado na privatização do eu e na apropriação privada dos meios de produção. Assim, tanto o médico, cuidador dos corpos, quanto o padre, cuidador das almas, tinham acesso ao corpo feminino. Os médicos, em sua grande maioria, alheios às descobertas científicas que começavam a se delinear no restante da Europa, a partir do século XVII, viam o corpo feminino apenas como procriador, influenciados pelo pensamento aristotélico, que

⁷ Esse projeto acontece quinzenalmente, faz parte da atividade Maria Maria e passa a ser desenvolvido dentro das oficinas artesanais. Neste caso muda-se o foco, pois antes da atividade artesanal é oferecido um aquecimento corporal e os objetos a serem confeccionados são direcionados aos temas a serem trabalhados.

considerava o útero feminino como mero recipiente em que o homem fertiliza dando vida e alma.

A valorização do útero como órgão reprodutor levava a uma maior consideração da sexualidade feminina, não no sentido de sua realização e sim no de sua disciplina. Por isso, o controle do corpo era do pai e do marido, que consideravam a concepção e a gravidez como remédios para todos os males sociais.

No Brasil do século XIX, Priore (2005:208) comenta ainda que a mulher tinha de ser naturalmente frágil, agradável, boa mãe, pois as que tivessem comportamento diferente seriam consideradas antinaturais. Acreditava-se que o instinto materno anulava o instinto sexual, por isso aquela que sentisse prazer sexual seria considerada anormal, ou seja, a prostituta, a louca, a histérica. As mulheres da sociedade conheciam pouco seu próprio corpo, pois este era coberto, protegido por laços, nós e botões. No entanto, entre as mulheres de classe baixa a questão da sexualidade era vivida com mais liberdade.

Historicamente percebe-se a disciplina e a normalização do corpo da mulher, sendo que no mundo contemporâneo faz-se presente a procura por um ideal de feminilidade, por uma busca infinita do corpo belo e doce. Os corpos femininos tornam-se o que Foucault (1977) denominou de *corpos dóceis*: aqueles cujas forças e energias estão habituadas ao controle externo, a sujeição, à transformação e ao aperfeiçoamento. Assim, o corpo toma a frente da cena, constituindo-se como fonte de sofrimento, de frustração e de insatisfação. Assiste-se à sua completa submissão.

Ao discutir essa questão Bordieu (2005:83) aponta que “a dominação masculina, que constitui as mulheres como objeto simbólico, cujo ser é um ser percebido tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica”. Isso aparece claramente na fala de uma das mães:

“Tenho um pouco de vergonha do meu corpo, sou meio gordinha, acho que nada fica bem em mim. Sou tímida e me sinto mal quando olham pra mim. Morro de vergonha. Muitas vezes quando me olham penso que é porque me acham feia, desengonçada”.

Assim, dependentes do olhar do outro para se constituírem, o depoimento anterior parece expressar como as mulheres estão continuamente orientadas em sua prática pela avaliação do outro, ou seja, existem pelo e para o olhar do outro, como objetos disponíveis.

As oficinas com temas ligados ao feminino, cujo aquecimento parte de uma abordagem corporal, contribuem para sua melhor compreensão tanto no sentido físico quanto emocional, uma vez que todo movimento humano é carregado de expressividade. Ao trabalhar a feminilidade, considerando os reflexos das emoções no corpo, o projeto Mulher optou por criar um espaço em que essas mulheres pudessem se manifestar em relação a seus desejos e sexualidade. Segundo Perrot (2008)⁸, as mulheres carregam nos silêncios dos seus corpos as grandes diferenças étnicas, culturais, religiosas, os tabus que a sociedade não expõe, mas que influenciam e determinam o rumo de suas vidas. Falamos daquele corpo exibido, objeto de observação e desejo, mas ele próprio se cala, pois as mulheres não devem falar. O pudor, que prende seus membros e fecha suas bocas, é a marca desta feminilidade.

Assim, durante as atividades corporais desenvolvidas⁹, por meio de jogos teatrais, atividades cooperativas e danças, vêm à tona, em alguns momentos, questões que denunciam o pouco conhecimento e cuidados com relação ao próprio corpo. No entanto, esse mesmo corpo esquecido reflete e expressa suas dores. Em seus depoimentos aparecem esses sintomas:

“Depois que fiz relaxamento, me sinto muito melhor. Não sei porque, mas meu corpo dói muito”.

“Adorei relaxar, meu corpo está bem melhor. Tenho muitas dores e às vezes nem sei onde elas se localizam”.

⁸ Entrevista de Perrot retirado do site <http://www.ufmg.br/boletim/bol1279/pag4.html> dezembro, 2008.

⁹ Por isso, no início das oficinas, prioriza-se na casa, um local restrito, diferenciado e mais acolhedor para que as participantes possam se sentir à vontade em suas colocações.

“Acho que toda a tensão que estou passando fica no meu corpo. Esses exercícios ajudam muito. Me sinto melhor”.

“Seria bom se tivéssemos essas atividades todos os dias .Nunca paro para pensar no corpo”.

“Com todos esses problemas, a gente às vezes esquece que tem corpo”.

Busca-se com essas oficinas confeccionar produtos que tragam elementos do imaginário feminino, uma vez que, anteriormente, imbuídas de seu papel materno, costumavam nas aulas de artesanato criar objetos que remetiam ao desejo dos filhos. A mudança de enfoque, autorizando-as a pensar em si promove uma transformação no resultado final do trabalho. Alguns depoimentos mostram a necessidade de que haja momentos em que se possa estar e tocar em outros aspectos da feminilidade:

“É muito bom ficar aqui, conversar sobre outras coisas que acontecem com as mulheres, dá um tempo em tudo”.

“É gostoso falar sobre nós mulheres, estou aprendendo muito, tinha coisa que eu não sabia”.

“Gosto de pensar um pouco em mim. Esqueço um pouco da mãe vinte quatro horas que sou”.

Promover atividades corporais tem se mostrado eficiente na preparação para o trabalho artesanal, uma vez que o grupo interage com mais liberdade, favorecendo a fluidez da criação.

Trabalhar durante as oficinas com histórias e com obras de arte¹⁰ que retratam as mulheres sob diversas perspectivas tem possibilitado discussões acerca de concepções sobre o belo, sobre a idealização do amor, sobre a sexualidade e as diferentes representações do corpo feminino. Neste sentido, para compreendermos tais representações, fez-se necessário buscar, na

¹⁰ Após essas oficinas as participantes passam a criar nas bolsas estampas que trazem imagens femininas recriadas mediante a observação das obras de artistas consagrados.

história, o imaginário da mulher que se construiu em sua relação com o homem.

Alguns comentários apontam para tais aspectos:

“Nossa que mulher gorda e esquisita que Di Cavalcanti fez”.

“Que roupa linda, mas é tão fechada. Que seriedade que essa mulher tem”.

“As mulheres de antigamente tinham roupas lindas, mas não podiam fazer o que nós fazemos agora”

O livro, presente desde meu primeiro contato com as mulheres, continua a mediar nossa relação durante as oficinas artesanais e nas aulas de desenho. Assim, dando continuidade à abordagem do feminino, encaminhei para cerca de 80 bordadeiras, via correio, o livro *A moça Tecelã*, de Marina Colasanti, texto que, além de explorar as marcas da feminilidade, fala também de um fazer acontecer pelas mãos. Sugeri que o lessem e escrevessem suas impressões, buscando a relação do texto com suas histórias e solicitei também que fizessem uma releitura das ilustrações por meio do bordado. O resultado foi surpreendente tanto do ponto de vista estético quanto dos comentários sobre o texto.

Parece que é disso que nos fala Machado (2004:15) ao comentar sobre o poder das histórias sobre os leitores:

“Somos nós os protagonistas, é a nossa própria história que nos contamos enquanto vivemos o relato exemplar. Enquanto estamos dentro do conto, experimentamos a certeza de que valores humanos fundamentais como a dignidade, a beleza, o amor e a possibilidade simbólica de nos tornarmos reis permanecem vivos dentro de nós”.

A história das mulheres da ACTC e a criação dos livros iniciaram em 2001 e foi percorrendo diferentes caminhos com inúmeros atalhos, sem, no entanto, perder a sua essência. O terreno foi preparado para a implantação significativa da biblioteca, com a participação das mães colaborando na definição do acervo, no final de 2008. O livro nunca saiu de cena, estando

presente em nossos diferentes encontros, pois como afirma Queiroz apud Prado e Córdini (1999):

“A leitura guarda espaço para o leitor imaginar sua própria humanidade e apropriar-se de sua fragilidade, com seus sonhos, seus devaneios e sua experiência. A leitura acorda no sujeito dizeres insuspeitados enquanto redimensiona seus entendimentos”.

Por outro lado, aprender a bordar para a grande maioria delas tem a ver com a busca por uma participação cidadã, uma vez que a renda que recebem ajudam a que se coloquem no mundo de uma outra forma, sendo que esse efeito aparece em seus depoimentos:

“Bordar é muito bom, além de desestressar me ajuda financeiramente”.

“Aprendi a bordar, gosto e com o dinheiro que recebo ajuda a minha família”.

“Se não fosse o bordado, não sei como faria aqui, pois meu filho sempre quer uma coisa diferente”.

“Agora me sinto importante porque também tenho voz em casa porque posso ajudar nas despesas”.

“Como dinheiro do artesanato compro coisas para mim e para meus filhos. Antes não dava para fazer isso”.

“Meu marido está desempregado, eu faço as despesas com o dinheiro do bordado”.

Desse modo, a remuneração dos bordados possibilitou a essas mulheres um maior poder de compra e de inserção social, o que parece ter levado, em alguns casos, à afirmação da autoridade no espaço doméstico com aumento da presença nas decisões do lar.

Assim, além do impacto econômico, a atividade Maria Maria, ao ouvir, valorizar e registrar as narrativas dessas mulheres, promove o resgate cultural e possibilita-lhes a expressão desses conhecimentos por meio dos desenhos e bordados, além de possibilitar que elas se descubram autoras.

O acesso a diferentes informações, a pluralidade de atividades artísticas em um espaço interativo e a oportunidade para colocações pessoais e grupais ampliam o olhar, possibilitando novas percepções sobre a realidade e questionamentos das rotinas institucionais, de seus direitos e deveres como cidadãos.

Bordando histórias

A história do tecer/costurar está ligada à história da humanidade, pois estas atividades se constituem em antigas formas de trabalho humano. Não se sabe exatamente quando surgiram as primeiras tramas feitas pelos homens, mas, desde a época das cavernas, já se anunciava a intenção de construir roupas como forma de proteção. Alguns estudos apontam que foi no período Neolítico, quando o homem passa a viver em grupo, que ele, além de produzir objetos de cerâmica, começou a tecer a lã dos animais e algumas fibras vegetais.

Os primeiros tecidos foram produzidos nas antigas civilizações e presume-se que técnicas rudimentares de costuras devem ter surgido logo após a descoberta da agulha, feita inicialmente de ossos. O desenvolvimento das habilidades para enfeitar os tecidos seguiu conforme a necessidade, inspiração e desejo de representação de cada povo, que passa a introduzir cor e alegria em objetos de uso diário.

Os Antigos hebreus também usavam bordados, cuja invenção atribuem a Noemia, filha de Noé e em diversas passagens da bíblia há referências à arte de bordar. Nos monumentos da Grécia antiga aparecem figuras vestidas com túnicas bordadas e Homero fala dos bordados de Helena e Andrômaca, nos quais essas princesas documentaram episódios da guerra de Tróia. Na idade Média manteve-se esse costume de bordar cenas históricas¹¹, e nesta época as abadias e os mosteiros eram verdadeiras oficinas

¹¹ A rainha Matilde, mulher do rei Guilherme, o Conquistador, com suas damas, bordou a célebre tapeçaria que se conserva em Bayeux, na França, com cenas da invasão da Inglaterra pelos Normandos em 1066.

de artesanato e a maioria do bordado secular era de natureza militar e heráldica.

No século XVI, o bordado deixou de ser exclusivo da nobreza, após a ascensão das classes mercantis que se expandiram pela Europa e passou a ser elemento decorativo de interiores, em tapeçarias, tapetes, cortinas, revestimento de móveis, etc.

A história das mulheres e os bordados caminham de mãos dadas na história da humanidade, pois desde cedo aquelas lidam com agulhas, linhas em cujo movimento brotam finos labores os trabalhos de costura, bordados, rendas, crochês, tricô, frivolité, o macramé. Os bordados trazem as marcas de mulheres em diferentes espaços-tempo, alinhavadas por um tempo feminino, bordado com gestos, realçado com amor, saudade, solidão, dor.

No Brasil, atravessando a nossa história, a arte do bordado, herança da colonização portuguesa, enriquecida por imigrantes que aqui aportaram, essa técnica apreendida de mães, avós, bisavós e outros antepassados faz parte da memória feminina. Segundo Perrot (2005:39), “é ao mundo calado e permitido das coisas que as mulheres confiam sua memória”, são as roupas brancas e os pequenos objetos, bibelôs, lenços pequenas peças da lembrança feminina.

As caixinhas de costura, pequenos tesouros, passadas de mães para filha trazem as marcas das mulheres e compõem uma memória do privado, voltada para a família e para o íntimo, espaço do privado, posição a que são relegadas. Na repetição de gestos antigos as peças do enxoval, legado de conhecimento, preparadas com cuidado e carinho e ornamentado com diferentes matizes, constitui uma longa história de desejos e sonhos ligando mãe e filha.

O tema foi abordado por Araújo (2004:50) que, ao tratar da sexualidade feminina na colônia, discute a questão da educação da mulher voltada para o “adestramento da sexualidade” e para a aprendizagem dos afazeres domésticos. Segundo este autor, “os programas de estudos destinados às meninas eram bem diferentes dos dirigidos aos meninos, e mesmo nas

matérias comuns, ministradas separadamente, o aprendizado delas limitava-se ao mínimo, de forma ligeira, leve”. Entretanto, nessa época, mesmo as mulheres de famílias abastadas dedicavam-se ao serviço doméstico, seja de bordar, fiar e tecer. De fato, o discurso moralista da época moderna recomendava o trabalho manual às mulheres, como forma de afastar pensamentos pecaminosos que só o ócio poderia desenvolver.

Mary Del Priore (2000:28), ao analisar a implantação da tradição patriarcal portuguesa em nosso país, comenta que “no período colonial na família senhorial as mulheres pouco saíam de suas casas, empregando seu tempo em bordados e costuras, ou no preparo de doces, bolos e frutas em conservas”.

A educação letrada na América portuguesa era ministrada às mulheres em geral, nos conventos. Nestes estabelecimentos, além dos saberes religiosos, elas aprendiam também a ler, escrever, contar e alguns trabalhos manuais. O aprendizado desses saberes era destinado tanto às recolhidas que iriam seguir uma vida religiosa, quanto àquelas que estavam ali para se prepararem para o casamento.

A partir de 1808, com a presença da Corte no Rio de Janeiro e a influência dos estrangeiros, começam algumas mudanças significativas na educação da menina. Dentre estas, cabe destacar a presença de preceptoras católicas e professores particulares que se deslocavam até os sítios ou chácaras para ensinar as crianças de ambos os sexos. Em relação aos colégios no centro da cidade, destinada à educação das meninas, existiam, no início do século XIX, alguns que ensinavam a coser e a bordar, outros ensinavam a ler e escrever.

Ao estudar as mulheres do século XIX no sertão nordestino, Falci (2004:249) constata “as mulheres de classe mais abastada não tinham muitas atividades fora do lar. Eram treinadas para desempenhar o papel de mãe e as chamadas prendas domésticas, orientar os filhos, fazer ou mandar fazer a cozinha, costurar e bordar”. No entanto, as mulheres menos afortunadas, viúvas ou de uma elite empobrecida, faziam doces, bordados a crivo para

sustentar suas famílias, ou seja, todas as mulheres pobres sempre trabalharam fora.

Louro (2004:446) mostra que as últimas décadas do século XIX, que apontam para a necessidade de educação para a mulher, vinculando-se à modernização da sociedade, fazia parte da educação das moças dos grupos sociais privilegiados o ensino da leitura escrita, noções básicas de matemática e trabalhos com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, etc. É nesse período que se criam as escolas normais, o magistério, que passa a ser visto como uma extensão da maternidade. Sendo considerada uma educadora por natureza, a mulher poderia exercer a profissão de professora, orientando os alunos como se fossem seus próprios filhos. Nesses cursos se conheciam as diferentes técnicas ligadas ao trabalho manual como bordado e outros ofícios com linha e agulha.

No final do século XIX, a mulher pobre diferente da mulher de elite, mesmo cercada por uma moralidade oficial que condenava alguns tipos de ocupações, para sobreviver, passava a trabalhar na fábrica ou continuava a exercer tarefas caseiras tradicionais, lavadeiras, passadeiras, engomadeiras, consideradas femininas como lavar, passar, engomar, bordar, cozinhar.

Neste contexto, a linguagem do bordado no Brasil recebeu infinitas adaptações e suas técnicas têm sido repassadas, adequadas e reinterpretadas. Essa arte que fornece um vocabulário internacional, ao atravessar fronteiras temporais traz a história das mulheres, seus gestos, seus silêncios, seus segredos, seus sonhos, seus desejos.

Observei que as mulheres da ACTC, acostumadas aos trabalhos manuais, enquanto esperavam pela cura do filho, tricotavam, cerziam, costuravam, etc. Assim, observando esses movimentos, lembrando a história familiar do grupo marcada por linhas e agulhas e, inspirando-me no filme “Colchas de retalhos”, que metaforicamente nos induz a tentar encaixar o retalho de nossas próprias vidas na colcha, experimentamos técnicas de bordados, *patchwork*, fuxico. Emendando panos, ensaiando pontos, juntando fios, tamanhos e cores, criando formas e contornos, eu e as mães da ACTC

fomos nos reconstruindo, recriando nossa própria história, ao criar um novo tecido, uma nova trama.

O bordado foi, então, recriado, retomando a memória familiar e pesquisando pontos. Colocando todos os seus sentimentos e emoções, já que aproximava-se do dia das mães, estreitando laços de amizade, as mães produziram o primeiro trabalho coletivo, uma toalha de mesa, expressivo trabalho, fruto da partilha do conhecimento e habilidades do grupo.

Essa vivência possibilitou que, em 2003, para a inauguração da nova sede, as mulheres da ACTC abraçassem com carinho a proposta de bordarem as colchas da casa, que também teve a participação da comunidade ACTC, funcionários e voluntários.

Nessa época, a maioria das mulheres que bordavam, utilizava apenas o ponto cruz, que se caracteriza por temas rígidos com desenhos preconcebidos, impedindo a liberdade de criação.

Ao acreditar no poder de criatividade das pessoas e sua individualidade, e na possibilidade se expressar, construímos um espaço em que se fez presente a ousadia de experimentar novos traços, novos contornos, novos signos. Ao mergulhar neste processo, foi preciso também desatar nós com o desenhar.

O bordado tradicionalmente vem acompanhado de riscos padronizados, papéis de seda e carbono que trazem motivos antigos que decoravam jogos de cama e mesa. Em determinado momento as mulheres da ACTC tomam em suas mãos a definição dos riscos, por isso o processo de construção dos bordados, carregado de memórias, subverteu essa ordem na medida em que elas criaram outros motivos, com os quais puderam inventar um passado, lugares de consolo e aconchego, que poderiam ser os seus e outros de seus sonhos. Assim, por meio da escolha das cores e de pequenos gestos criaram ingênuos desenhos de casinhas, árvores e flores e sobrepondo pontos, foram compondo paisagens brasileiras em vias de desaparecimento, pois em suas narrativas, destaca-se paisagens que teimam em sobreviver.

Um dos temas eleitos que também estampa a maior parte dos produtos artesanais da ACTC é a árvore, um dos símbolos mais ricos e mais generalizados de todos os tempos e civilizações. Símbolo de verticalidade estabelecendo a comunicação entre o mundo subterrâneo, a superfície da terra e o céu; símbolo da vida; símbolo da transformação e evolução por seus ciclos anuais, morte e regeneração. Dessa profunda ligação com a natureza, ao criar árvores floridas ou cobertas de frutos, busca-se a vida para se contrapor à morte que espreita cada canto da casa. Percebe-se que há a necessidade de trazer o colorido para os bordados.

Para Bachelar (2003:230), “acreditamos justamente que há objetos que têm forças de integração, objetos que nos servem para integrar imagens. A árvore é um objeto integrante. A raiz é uma árvore subterrânea, invertida“. Para muitos sonhadores, a raiz é um eixo de profundidade, ela nos remete a um passado longínquo, um passado de nossa raça.

As mulheres da ACTC, vivendo a problemática dos filhos, podendo perdê-lo, sentem-se sem referência: ao sair de seu lugar de origem, desenraizam-se, lançam-se a um espaço de tempo indefinido e assustador pela obscuridade que encerra. A árvore significa para elas a possibilidade de inserção, de vida fluindo das raízes às folhas e frutificando-se.

Outro tema muito lembrado nos bordados é o coração. É claro que, na situação em que essas mulheres se encontram, este órgão passa a ser um signo focado, o que foi observado no início do trabalho, quando esse tema era intensamente trazido para os bordados. À medida que foi possível que essas mulheres trouxessem outros elementos de seu universo cultural, estes passaram a compor também os bordados.

O tecer flui na casa¹², porém essa disponibilidade também está condicionada à situação em que o(a) filho(a) se encontra naquele momento. Por isso, nem todas se dispõem a aprender e isso se expressa em seus comentários:

¹² Ao chegarem, as mulheres ficam sabendo pela assistente social da atividade Maria Maria e boa parte, mesmo por curiosidade, acaba por aderir, pelo menos inicialmente ao trabalho artesanal.

“Não gosto de bordar, me dá aflição!”

“Trabalhos manuais não me agradam, principalmente nesse momento”

“Já comecei, mas achei difícil, não é o que quero”.

“Agora não estou bem, quem sabe depois que meu filho voltar do hospital”.

Há também aquelas que começam, mas não conseguem levar o aprendizado adiante, quer seja porque permanecem pouco na casa, quer pela falta de disponibilidade interior para iniciar uma nova aprendizagem, uma vez que a arte de bordar exige atenção, concentração, movimentos delicados das mãos, leveza e contato com o mundo interior para criar.

Por outro lado, a maioria se dispõe a aprender e continua a bordar, fazendo desse ato um momento de fortalecimento. Ao conduzir o sobe e desce da agulha que abre caminho para a construção de belas imagens, as mulheres da ACTC encontram um espaço de expressão. Por isso o bordado para muitas delas assume uma função terapêutica, de evasão, de esquecimento, de elaboração. Algumas frases ilustram essas sensações:

“O bordado me acalma. Me sinto bem”.

“Quando estou bordando esqueço dos problemas”.

“Se não tivesse o bordado, não sei o que faria... enlouqueceria”.

“O bordado é uma terapia me ajuda a viver”.

“É bom bordar a gente aprende, conversa e distrai”.

“No momento que estou bordando, não penso coisa ruim”.

“O bordado não deixa a gente esquecer o nosso problema, mas tira a atenção, para não ficarmos pensando apenas na consulta, na ida ao hospital”.

“Bordar me acalma, deixo de pensar nos problemas”.

“O bordado tira minha tensão, é uma terapia. É melhor do que ficar pensando besteira”.

Na narrativa mitológica, o mito de Cronos historicamente tem sido associado a uma dimensão da temporalidade humana. Já o termo *Kairós* refere-se tanto a uma personagem da mitologia, quanto a uma antiga noção grega para referir-se a um aspecto qualitativo do tempo. A palavra *Kairós*, em grego, significa o momento certo. Sua correspondente em latim, *momentum*, refere-se ao instante, ocasião ou movimento que deixa uma impressão forte e única para toda a vida.

Nesse sentido, como Penélope, as mulheres da ACTC esperam e esse tempo não é o cronológico, ele demora a passar, ele parece parar, é de uma outra ordem. Elas são tomadas pelo tempo do outro, o tempo do filho. Enquanto esperam, puxando pelo fio da vida, levam para os tecidos o desejo da cura, os sonhos de um mundo farto de cores e beleza. Por isso, ao bordar entra-se em um tempo de *Kairós*, um instante único, pois é preciso escolher as cores, os pontos, a composição, além de exigir contato consigo mesma e deixar fluir a criatividade. Algumas falas demonstram isso:

“Bordar é bom para passar o tempo... Tudo demora”.

“Ficar esperando dá uma angústia, parece que o tempo parou, o bordado ajuda”.

O tema a ser bordado, bem como o ponto e os tecidos a serem usados são fatores que interferem na disponibilidade em abraçar essa prática. A pouca liberdade de criação e a rigidez na composição que alguns temas propõem, passando a sensação de aprisionamento, são fatores que desmotivam a confecção dos bordados. Alguns comentários ilustram esses sentimentos:

“Só consigo bordar o que acho bonito, não vou bordar esse tecido porque acho feio”.

“Para meu bordado ficar bonito eu preciso gostar do desenho”.

“Preencher esse quadrado com ponto corrente me dá agonia, me sinto presa”.

“Preciso de liberdade para criar meu bordado, se for uma coisa reta sempre com o mesmo ponto, não agüento”.

“Além das linhas retas, esse vaivém, ter que parar e recomeçar as linhas está muito difícil”.

Por esse último relato pode-se inferir que neste momento em que a vida do filho está por um fio, torna-se doloroso interromper a continuidade de uma linha.

Entre as inúmeras representações de bordar está o fio como elemento principal desse ato, que tem uma grande importância e pode ser representado com diversos significados: “O simbolismo do fio é essencialmente o agente que liga todos os estados da existência entre si, e ao seu Princípio. Esse simbolismo também diz que o fio, com efeito, liga este mundo e o mundo e todos os seres” (Chevalier e Cheerbrant, 2003:431).

O fio simboliza a ligação entre coisas, função que pode ser verificada na literatura, em *O apólogo*, de Machado de Assis, por meio do diálogo entre a agulha e o fio.

O fio representado na mitologia grega pelas Parcas refere-se ao princípio do sopro da vida e da morte. Elas produziam, escolhiam, enrolavam e cortavam o fio que dava vida e a morte dos homens.

Bordar significa, por meio de fios conduzidos por uma agulha, fazer uma intervenção em um tecido, produzindo uma imagem. No bordado o fio faz a ligação entre os contornos do desenho, configurando nova vida à fazenda. Enquanto se deparam com a possibilidade de perder o filho, as mães da ACTC fazem dos fios dos bordados um recurso para sustentarem suas emoções.

Jung (2002:93) se interessa pelos símbolos que são produções espontâneas da psique individual. Além dos símbolos presentes em sonhos ou fantasias do indivíduo, há ainda os símbolos coletivos importantes, que são geralmente imagens religiosas, a cruz, a roda da vida budista, etc. Essas manifestações simbólicas chamadas de arquétipos, segundo esse autor, se repetem em qualquer lugar do mundo, mesmo onde não é possível explicar sua transmissão. Eles são fenômenos inconscientes e por isso esses temas idênticos aparecem nos contos, nos mitos, nos ritos, nas religiões, nas artes de diferentes lugares e épocas.

Os trabalhos ligados à tessitura podem ser encontrados em diferentes culturas, cada uma com suas especificidades e parecem estar sempre ligadas à atividade feminina, ou ao arquétipo feminino, pois todas as histórias têm como personagem principal uma mulher.

Encontramos, nas mitologias, deusas que trazem nas mãos fusos, rocas, teares e linhas. Na mitologia grega Ariadne, que com o fio de seu novelo consegue salvar seu amado Teseu das garras do Minotauro; Penélope, que tecia e destecia seu tapete à espera pela volta do marido; e Aracne uma jovem tecelã, famosa na arte de fiar e tecer a lã que, por vaidade, foi vingada pela deusa Atena, a deusa tecelã, defensora das costureiras e tecelãs.

As mulheres da ACTC esperam, como fazia Penélope, contra toda a dor da separação, bordando o manto de Ulisses, inventam neste momento uma nova esperança de vida; tecem não uma mortalha, mas o tecido de si mesma, o seu eu, inscrito no mundo, reivindicador da própria existência.

Há também histórias nacionais que trazem esse tema como “A moça tecelã”, de Marina Colasanti, ou a música de domínio popular “Mulher Rendeira” e do nosso folclore “A velha a fiar”.

Os contos de fadas que, segundo Jung, são formas simbólicas pelas quais a psique arquétipo se manifesta, trazem também inúmeras personagens femininas que tecem: A Bela adormecida, Os doze cisnes selvagens, As fiandeiras e Mamãe neve.

A simbologia da história dos doze cisnes vai ao encontro da história de uma mãe da ACTC que estava com a filha de 8 anos na UTI à espera de um coração. Em *Os doze cisnes*, a protagonista tem os dedos feridos, pois precisa tecer túnicas com folhas de urtiga para quebrar o encanto de seus irmãos. Essa mãe, enquanto bordava a encomenda de um lençol de bebê com delicados e pequenos ipês rosa com rococó, comentou:

“Estou quebrando as agulhas, minhas mãos estão feridas, não sei o que está acontecendo comigo, quero fazer esse bordado bem bonito, estou tentando, mas está difícil tenho que parar toda hora., mas ainda acredito que minha filha vai salvar, acredito em milagres”.

Para treinar as hóspedes que vêm pela primeira vez na instituição ou reciclar aquelas que demoram em voltar a São Paulo e para que possam acompanhar o processo de evolução dos bordados, criou-se a cartilha do bordado. Este instrumento passou a ser utilizado para aprender, conhecer, treinar e criar uma nossa tessitura. Dessa forma, sem perder a criatividade, ao completar todos os pontos da cartilha, cada mãe está alfabetizada nos bordados, pronta para combinar pontos e assim fazer destes uma narrativa sua, ou seja, tornar-se, de certa forma, autora. Não há regras para esses textos e como o poeta cria imagens, sons, metáforas elas transformam tecidos em linguagem.

Outro aspecto que merece destaque são algumas falas muito comuns entre as mulheres que chegam a São Paulo, ou seja, há uma certa crença em relação às dificuldades de aprendizagem. Assim, muitas delas comentam “não tenho o dom para aprender isso”, expressão que parece traduzir a impossibilidade de mudar, sendo esta faculdade algo dado, não passível de ser conquistado. A exigência na qualidade dos bordados leva muitas delas a se esforçarem nesse processo de aquisição de novos conhecimentos, o que tem contribuído para criar um espaço de não vitimização. Portanto, mesmo vivendo um momento de dor, é possível mudar essa perspectiva, pois, por meio delas, conseguem imprimir novos sentidos em suas vidas, tendo oportunidade de aprimorar habilidades pessoais no relacionamento interpessoal e de crescimento profissional. Como a Moça tecelã que destece o marido que a oprimia, muitas dessas mulheres, com os bordados, passaram a urdir uma nova história:

“Hoje sou uma outra pessoa. Além de aprender coisas novas, consegui ser mais independente”.

“O bordado me ajudou a achar que eu posso, eu consigo”.

“O começo foi duro, me senti desafiada pela professora, mas não desisti. Foi muito bom”.

“No começo eu queria participar do bordado, mas tinha medo: medo de errar, de não conseguir. Muitos medos! Vendo outras pessoas errando e aprendendo eu resolvi experimentar e não parei mais!”.

“Quero aprender cada vez mais, sinto que sou capaz. Fico feliz quando sou conhecida como bordadeira da ACTC”.

O bordado cria para esse grupo de mulheres, de certa forma, uma identidade, o ser reconhecido profissionalmente, recebendo inclusive um diploma¹³, o que as leva a outros patamares de conquista pessoal e profissional. Algumas delas têm conseguido trabalho como bordadeiras nos locais onde vivem e, nos últimos anos, faz parte do quadro de bordadeiras da ACTC mães que mesmo depois da morte dos filhos, mantém vínculo com a casa e continuam a bordar.

“Aprendi a bordar na ACTC, gosto de desafios, por isso fiz belos trabalhos. Aprendi muitas coisas. Meu filho era meu companheiro na hora de bordar, ele escolhia as cores. Hoje continuo bordando, sinto muita falta dele. Às vezes tenho que tomar remédio para aguentar, pois preciso lutar, tenho outra filha”.

Tendo em vista a evolução da qualidade dos trabalhos e o reconhecimento dos resultados obtidos pelo artesanato Maria Maria, surge o projeto “Bordando Arte” que reuniu 33¹⁴ mães bordadeiras e 58 artistas contemporâneos¹⁵, que se dispuseram a produzir uma obra de arte original projetada para esta finalidade para que fossem bordadas. Há que se destacar que os bordados fazem parte da arte brasileira, uma vez que Leonilson e Arthur Bispo do Rosário, segundo Moacir dos Anjos (2008)¹⁶, introduziram o bordado no cânone da produção artística brasileira “questionando divisões estanques entre meios de expressão populares e aqueles consagrados como próprios da arte culta”. É dessa relação entre a arte contemporânea e bordadeiras que, segundo o autor se legitimam um protagonista e não somente uma técnica, até então quase invisível aos olhos do público.

Nesse movimento, panos e linhas viajam pelo Brasil afora, o espaço institucional altera sua rotina e, no vaivém de artistas, foi se tramando mais um capítulo nas histórias dos bordados da ACTC. Assim, trabalhando juntos,

¹³ Receber o diploma passou a ser um dado significativo para esse grupo de mulheres, firmando a identidade de bordadeira.

¹⁴ Apesar de contarmos atualmente com aproximadamente 80 bordadeiras, em razão da exigência técnica e pelo fato de alguns trabalhos necessitarem de contato pessoal para explicações, nem todas as mães puderam participar.

¹⁵ Os artistas fizeram dois desenhos, ficando com um deles e o outro foi leiloado. A exposição e o leilão foram realizados em novembro de 2008.

¹⁶ Catálogo da exposição “Bordando Arte” realizada na Pinacoteca em 2008.

discutindo efeitos, pontos, combinação de cores, trocando habilidades e conhecimentos, ensinando e aprendendo, bordadeiras e artistas, nesta rica experiência, compuseram belíssimas imagens. Esses trabalhos foram expostos na Pinacoteca e leiloados, sendo a renda revertida inteiramente para ACTC, que construirá uma nova sede para abrigar mães e seus filhos adolescentes.

Esse evento, que traz o reconhecimento público do trabalho das mulheres da ACTC, foi uma produção exigente que, ao agregar novos conhecimentos, levou esse grupo de mulheres a serem desafiadas em relação à qualidade técnica, colocando-as em contato com novos suportes e assim tramando sobre diferentes tipos de tecidos, náilon, pergaminho e papel. A natureza do trabalho que exigiu uma esmerada qualidade técnica, nem sempre possível de ser atendida levou a conflitos e tensão nas relações. A criação da artista Lia Mena Barreto, trazendo uma árvore em que os frutos seriam cabeças de crianças dependuradas, suscitou angústia na bordadeira que não conseguiu finalizá-lo, pois sua filha vivia uma situação dramática, cuja vida estava “pendurada por um fio”. Essas e outras situações naturalmente exigiram intervenções que ultrapassavam as questões estéticas.

Por outro lado, essa proposta possibilitou o encontro dessas mulheres, que vindas das mais diferentes regiões do país, puderam também se reconhecer como autoras e, ao visitarem a exposição e entrarem em contato com os artistas, puderam usufruir desse momento ímpar em suas vidas. Suas falas expressam as emoções desse momento:

“Nossa, pensei que o meu artista fosse todo chique. Fiquei surpresa ele é muito simples, estava de roupa comum”.

“Nunca imaginei que esse lugar fosse tão bonito. E pensar que meu trabalho está aqui. Quanta emoção”.

“Meu Deus, quanta alegria de poder encontrar as outras mães num momento tão alegre. Deveríamos ter esses encontros mais vezes”.

“Acho tão engraçado: estava perto do meu bordado e uma mulher disse para eu não pôr a mão, pois era uma obra de arte. E pensar que eu andei com esse pano pra tudo quanto é lado”.

“Me sinto tão importante, valeu o esforço para fazer o trabalho que não foi fácil, mas aprendi muito, aperfeiçoei meus pontos”.

“O bordado mudou minha vida. O bordando arte foi muito bom, porque, além de ter bordado para um artista importante e me sentir importante, consegui com o dinheiro arrumar minha casa e ainda fui convidada para dar aulas em um curso. Nem acredito que hoje sou professora”.

Com os bordados, as mães da ACTC podem encontrar as condições necessárias para viver e acompanhar o trajeto doloroso de seus filhos. Bordando, elas puderam se sentir úteis e, ao serem acolhidas e apoiadas, tiveram condições de pensar sobre esse momento de outra forma, desenvolvendo recursos para levar adiante essa situação.

Segundo Leopold Nosec¹⁷:

“O pensar nasce dos sonhos e da vida imaginativa e isto necessita de aconchego e tempo. Sabemos que os sonhos trafegam em espaço duplo: tem uma face oculta, dita inconsciente e uma aparente, que é consciente. O bordado tem uma característica particular: trafega em frente e verso, é um desenhar que também tem uma face oculta e uma face visível. Imita, portanto, a natureza dos sonhos. Parece permitir o espaço em que, acordadas, as mães podem realizar esse processo tão necessário de pensar e elaborar o que é necessário para o trajeto de vida naquele momento”.

Assim, as mulheres da ACTC matizando, criando volumes e novas texturas e preenchendo espaços, vão compondo um tempo em que é possível lidar com a angústia, com a espera, organizando os pensamentos e trazendo seus sonhos acerca de um mundo sem dor. Enfim, na arquitetura do bordado, essas mulheres vão dando um passo a mais na construção de sua identidade. É nesse sentido que a análise das suas lembranças ganha sentido, uma vez que memória e identidade encontram-se imbricadas.

¹⁷ Catálogo da exposição “Bordando Arte” realizada na Pinacoteca em 2008.

Capítulo 3

MEMÓRIA, VIDA E MORTE

Memória e identidade das mulheres da ACTC

As experiências femininas, inscritas no passado e rememoradas no presente, indicam o lugar social onde as mulheres se situam e problematizam o mundo. Enquanto guardiãs das memórias, elas possuem um papel relevante no registro, conservação e transmissão das histórias individuais, do grupo familiar ou de outros grupos sociais.

Perrot (1989) ainda considera que o feminismo teve um papel importante ao levantar questionamentos sobre a vida obscura das mulheres. Com o intuito de torná-las visíveis, foi necessário acumular dados, instituir lugares da memória e, na falta de testemunhos escritos, a oralidade constituiu-se como ferramenta importante nesse processo.

Na concepção teórica de Halwachs (1990), a memória é uma reconstrução do passado; nunca é do indivíduo sozinho, mas dele inserido num contexto social. Portanto, para o autor, a memória é sempre uma construção coletiva.

Bosi (1994:384) mostra que a função da lembrança é conservar o passado na forma que é mais apropriada a ele, portanto só permanece o que significa. A memória é condicionada pelos papéis sociais, pelo lugar que cada um ocupa e pelas diferentes trajetórias percorridas.

As mulheres têm uma contribuição específica na construção social, que é marcada pelas diferenças de gênero. Elas constroem relações com a vida e

reinterpretam o passado de forma diferente dos homens, pois suas inserções social e cultural levam-nas a exercer práticas sociais distintas. Essas diferenças, vivências no processo da vida, são constituídas mediante determinadas configurações sociais e culturais.

Nessa perspectiva, ao dar voz às mulheres da ACTC, vindas dos mais diversos estados brasileiros, torna-se possível trabalhar essa memória diferenciada, trazendo novas informações sobre aspectos pouco conhecidos do passado recente, com base no que foi vivido cotidianamente. A recordação está sempre situada em um contexto e, assim, pode-se dizer que a memória não se esgota na esfera individual, ela sempre é coletiva, marcada pelas relações sociais do grupo a que se pertence. As mulheres da ACTC trazem suas memórias familiares e afetivas associadas ao ciclo familiar, são construções do feminino marcadas pelo lugar social.

Segundo Halbwachs (1990:62):

“Desde que a criança ultrapasse a etapa da vida puramente sensitiva, desde que ela se interessasse pela significação das imagens e dos quadros que percebe, podemos dizer que ela pensa em comum com os outros, e que seu pensamento se divide entre o conjunto das impressões todas pessoais e diversas correntes de pensamento coletivo”.

Ao relembrar esta fase de suas vidas, as mulheres da ACTC estão trazendo o passado coletivo vivido. Nas lembranças da infância, para boa parte das entrevistadas, moradoras de cidades interioranas, são trazidas brincadeiras que permitiram um maior contato com a natureza e com o próprio corpo. Percebe-se também que havia a possibilidade de criação de seus próprios brinquedos com materiais disponíveis no meio ambiente. A boneca, de palha ou de pano, seja feita manualmente ou industrializada, é o brinquedo mencionado por todas elas, quando oferecido às meninas, de certa forma, iniciava-as no aprendizado prático das tarefas que deveriam assumir quando adultas, marcando assim seu futuro papel de mãe.

Alguns depoimentos mostram vivências, nas quais, por meio de jogos e brincadeiras, a criança manifesta suas emoções, estabelecendo ligações sociais, descobrindo sua capacidade de imaginar e criar:

“Os meus brinquedos eram feitos pela gente mesmo: para fazer a peteca pegava pena da galinha, palha de milho. Fazíamos também balanço com cordas. Isso foi muito bom na minha infância”. C.L. 47 anos.

“Vivi na fazenda, tinha liberdade para subir em árvore... Uma das brincadeiras da minha infância que lembro era catar tanajura, fritar e dar para as pessoas”. E.G. 46 anos.

“Passei a infância no sítio e tínhamos liberdade para brincar, subir em árvore, tomar banho de rio”. O.N. 32 anos.

“Lembro-me de uma infância feliz: subindo em árvore, brincando de boneca e ouvindo muita história”. D.P. 28 anos.

“Gostava de brincar de carrinho, mas minha mãe insistia para que eu brincasse de boneca”. T.B. 42 anos.

Benjamin (2002:92), ao falar dos objetos prediletos da criança no brincar aponta: “A madeira, os ossos, os tecidos, a argila, são os materiais mais importantes nesses microcosmos, e todos eles foram utilizados em épocas patriarcais, nas quais o brinquedo ainda era um segmento do processo produtivo, conjugando pais e filhos”. Para esse autor, com o desenvolvimento do processo de industrialização, o brinquedo começou a emancipar-se e se esquivou ao controle da família, tornando-se cada vez mais estranho não só às crianças, como também aos pais, marcando o distanciamento familiar.

Segundo Altman (2004:253), no fim do século XIX, surgem pequenas indústrias no Brasil e o objeto-brinquedo-mercadoria passa a fazer parte do universo infantil. A memória do brincar, hoje, encontra-se apagada pelo excesso de estímulos oferecidos incessantemente, em um ritmo veloz e instantâneo. Dentro da lógica do consumo, os brinquedos, como outros objetos, têm suas propriedades exaltadas para dali a alguns dias serem substituídos por

novas versões. Assim, a crescente massificação, própria da contemporaneidade, acaba por inscrever o brinquedo em uma dimensão de consumo, transformando-o em um objeto desejado. A aquisição aparece como forma de valorização social: ter um brinquedo “valorizado” passa a ser garantia de *status* e prestígio. Diante do apelo contemporâneo na busca incansável da satisfação via consumo, o sujeito, no caso a criança, é marcado pelo consumir, em que é valorizada a condição de ter e não de ser.

As mulheres da ACTC, inseridas nesse contexto, no encontro entre passado e presente, fazem aflorar a mescla de seus desejos e anseios e, ao relembrem o tempo lúdico das brincadeiras, sentem também a insatisfação e até mesmo a dor de não ter tido acesso a brinquedos e a outros bens de consumo. Em seus depoimentos transparece ainda o seu desejo sendo projetado nos filhos, possibilitando-lhes o acesso a bens que elas não puderam usufruir em sua infância. E, por isso, comentam:

“Eu não tive brinquedo, hoje me sacrifico, mas procuro dar tudo que meus filhos querem. Eles não andam de qualquer jeito não. Eles têm roupa de marca”. E.G. 46 anos.

“Naquela época a gente não podia ter brinquedo como hoje, era só boneca feita na roça”. E.T. 53 anos.

“Fazíamos boneca de pano e também brincávamos de panelinha, fazendo comidinha. A gente passava dificuldade. Nunca tive brinquedo comprado”. C.T. 44 anos.

“Quero para minha filha o que não tive: quarto bonito e muitos brinquedos.” D.P. 28 anos.

A Pesquisadora italiana Elena Gianni Belotti (1975:9) contribui para a reflexão de Scott, ao trazer um estudo sobre as relações de gênero na infância, pois em seus relatos observa e analisa o comportamento que os adultos vão estabelecendo com as crianças nas diversas idades, o tipo de exigências que lhes são feitas, as expectativas que as envolvem ligadas ao fato de pertencer a um sexo e não ao outro. Ao buscar conhecer as causas sociais, bem como culturais das diferenças entre os sexos afirma:

”Descobriremos a sua gênese em pequenos gestos cotidianos que já são tão corriqueiros que chegam a passar-nos despercebidos; em reações automáticas, cujas origens e objetivos nos escapam e que repetimos sem ter consciência do seu significado, porque os interiorizamos no processo educacional. São preconceitos que não resistem à razão nem aos novos tempos, mas que continuamos a considerar como verdades intocáveis, nos costumes e nas regras inflexíveis”.

Ao analisarmos as lembranças das mulheres da ACTC, principalmente das mais velhas, percebe-se claramente as marcas de uma educação em que os papéis femininos vão se delineando desde a infância, visto que em seus depoimentos sempre aparece a inserção, desde muito cedo, no espaço doméstico, ajudando a mãe ou assumindo algumas tarefas da casa.

“Na minha infância não tive muita liberdade, meus avós eram muito rígidos. Só podíamos brincar com as primas e o meu irmão era único menino que participava das nossas brincadeiras. Naquela época as crianças tinham algumas obrigações. Lembro-me de levar comida na roça e de lavar minha roupa. Recordo-me também de ter que tirar água do poço e por isso minhas mãos ficavam marcadas de tanto esfregar na corda”. C.L. 47 anos.

“Desde muito pequena, trabalho ajudando minha mãe a cuidar da casa e também na roça. Infância sofrida. Não tinha muita liberdade, mas tinha muita obrigação”. C.T. 44 anos.

“Sempre ajudei minha mãe em casa. Todos tínhamos que ajudar”. V.P. 34 anos.

“Trabalhei desde pequena e não sobrava muito tempo para brincar. Costumava levantar quatro horas da manhã para juntar vacas para tirar leite, depois ia para a cozinha fazer almoço. Eu cheguei a cozinhar para 10 peões. Depois do almoço lavava a roupa e ia cuidar da limpeza da casa. Quando chegava o final da tarde, já era hora de fazer a janta. Só nos domingos íamos à casa dos vizinhos e então podíamos brincar.

Eram brincadeiras de meninas, não podíamos brincar com os meninos". E.T. 53 anos.

"Brinquei muito, mas quando precisava, ajudava meu pai a encaixotar frutas". S.T. 28 anos.

É notório em alguns depoimentos como a questão moral permeia a conduta de brincadeiras entre meninos e meninas, mostrando a vigilância constante sobre as filhas, sendo estas educadas com conselhos e prescrições de comportamento. A educação das meninas era marcada pela preocupação em cercear o corpo e as manifestações dos sentimentos e afetos, por meio de um rígido controle social. Por outro lado, entre as mulheres mais jovens, a questão do trabalho em casa e o controle comportamental não são enfatizados, uma vez que parecem ser mais poupadas do que a geração anterior. A questão do controle dos pais aparece na fala de S. mais jovem, filha de japonês, que parece ter recebido uma educação mais rígida. Neste caso, percebe-se que a memória teceu relações diretas com o período vivido e também com o pertencimento a diferentes etnias.

Para Pollac (1992:203), "a memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória". Isso foi o que aconteceu durante a entrevista com O., que pouco conseguiu falar de sua infância e adolescência, cuja memória teimava em voltar ao presente, uma vez que esta mulher estava invadida por sentimentos de esperança, alegria e ansiedade, pois seu filho depois de longa espera, conseguira há pouco tempo ser transplantado.

O castigo físico, segundo Priore (2004:97), permeava o cotidiano colonial, herança dos padres jesuítas, que repudiava o mimo. Segundo José Anchieta, "o amor do pai devia inspirar-se naquele divino no qual Deus ensinava que amar é castigar e dar trabalhos na vida". Persiste na nossa cultura este tipo de pedagogia especialmente entre os estratos médios baixos, sendo que alguns ditados populares e expressões como "é de pequeno que se torce o pepino" e "criança só aprende com palmadas" reforçam a idéia de que para se educar a punição é necessária.

Nos depoimentos das mulheres mais velhas, os castigos fazem parte de uma memória que marca e condena essas atitudes, cujo modelo não pretende ver repetido na educação dos filhos. Relembrem também as relações mais formais com suas mães, que não se abriam com as filhas e não lhes transmitiam saberes relativos ao funcionamento do corpo, às mudanças na adolescência e à sexualidade feminina.

Algumas lembranças ilustram essas posturas:

“Naquela época a gente apanhava muito. Uma coisa que me marcou foi aos dez anos, não sei como e descobri que papai Noel não existia. Conte para o meu irmão mais novo, levei um tapa na cara de minha mãe. Pra que isso! Minha mãe não conversava com a gente, só o necessário. Meus pais eram secos, não eram carinhosos. Descobri sozinha sobre a menstruação. Eu era curiosa, gostava de ouvir as conversas dos outros, assim eu descobria muita coisa”. E.T. 53 anos.

“Minha mãe nunca me falou da menstruação. Soube pelas minhas irmãs mais velhas. Não se conversava sobre isso. As pessoas antigas eram muito sérias. Apanhei muito. A gente tinha tarefa e senão fizesse, apanhava muito”. C.T. 44 anos.

“Menina tomar banho com menino não podia. Falar vagina era um escândalo. Mãe muito rigorosa na forma de educar. Não deixava namorar, apanhei muito, mesmo minha mãe não demonstrando muita afetividade e sendo muito rigorosa, nos educou muito bem, pois todos nós temos boa índole”. E.G. 46 anos.

“Minha mãe não era carinhosa. Tinha muito filho. Não conversava com a gente sobre coisas de mulher”. E.B. 50 anos.

Entre as mães mais jovens, essa questão não aparece com tanta ênfase, sendo que os depoimentos da maioria sugerem um diálogo entre mãe e filha, mesmo que ainda incipiente.

Priore (2004:102), em *Magia e Medicina na Colônia*, estuda o conhecimento medicinal sobre a saúde feminina, revelando o uso de livros de

preceitos médicos que relatavam uma visão misógina do corpo da mulher de forte influência religiosa, relacionando a menstruação com o pecado original. O “sangue secreto” da menstruação inspirou teses, cuidados e superstições. A regularidade menstrual era considerada responsável pelo equilíbrio físico da mulher, caso contrário poderia levá-la a histeria ou ninfomania.

O tempo da menstruação era um tempo perigoso, pois a mulher tinha que se afastar de tudo que era produzido, pois os alimentos e até mesmo a colheita podiam ser estragados. Dessa forma, perpetuava-se a crença de que o corpo feminino era um espaço de disputas entre Deus e o Diabo. A ciência médica ratificava o pensamento mágico sobre os poderes do corpo da mulher. Segundo Araújo (2004:73), a religião era a condutora dos comportamentos sociais, principalmente do feminino, assim a mulher podia ser mãe, irmã, filha religiosa, mas de modo algum amante.

Historicamente, foi negado e dificultado às mulheres, em especial às das camadas populares, o acesso à educação. Logo a questão da baixa escolaridade das mulheres brasileiras acompanha as mulheres da ACTC e, em suas memórias sobre esse tema, percebe-se a mobilização de sentimentos que vão do constrangimento, caso narrado por uma delas que até os 16 anos era analfabeta, ao sofrimento por desejos não concluídos, uma vez que seus sonhos foram ceifados pela necessidade de trabalhar para se manterem ou ajudarem suas famílias. Essas situações colaboram para a construção de uma identidade negativa, pois, segundo Pollac (1992:204):

“Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”.

Segundo Perrot (2007:91), “o saber é contrário à feminilidade. Como é sagrado, o saber é apanágio de Deus e do homem, seu representante sobre a terra. É por isso que Eva cometeu o pecado supremo. Ela, mulher, queria saber: sucumbiu à tentação do diabo e foi punida”. A autora também aponta que a reforma protestante contribuiu para desenvolver a instrução entre as

meninas, uma vez que havia obrigação de ler a bíblia. Tal situação foi diferente no Brasil, país católico fruto da colonização portuguesa, que teve nos jesuítas e nas freiras os primeiros educadores. Por volta de 1827, segundo Louro (2004:444), “os legisladores brasileiros estabeleceram escolas de primeiras letras em todas as cidades mais populosas do Brasil, mas a realidade não mostrava essa imposição legal. Fundadas por congregações religiosas havia escolas para meninos e meninas, que além de ler, escrever e contar ensinavam a doutrina cristã. Nessa época os meninos aprendiam geometria e as meninas, bordados e costuras”.

Segundo o autor, a escola também constrói novas relações, produz identidades de classe, de raça, de gênero, fixa comportamentos, posturas, jeitos de ser e de pensar, reconstrói a cultura, os valores, reproduz ou transforma hierarquias; e se constrói, ao mesmo tempo, de forma dinâmica no tempo e no espaço.

As formas da educação eram perpassadas pelas divisões de classe, etnia, raça e gênero. Para as moças de classe mais abastada, o ensino da leitura, escrita e noções de matemática era complementado por aulas de piano e francês, geralmente ministrado em suas residências. Pretendia-se tornar a mulher uma companhia agradável para o marido e que o representasse bem na sociedade. Havia uma preocupação com a formação moral da mulher, uma vez que seu destino era o domínio doméstico, que deveria exercer, com bons princípios, as funções de esposa e mãe. Porém, de um modo geral, segundo Louro (2004:445), “as meninas das camadas populares estavam, desde muito cedo, envolvidas nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado dos irmãos menores, e estas atribuições tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada da época”. Observa-se que a vida das mulheres da ACTC traz as marcas dessa última realidade social.

Segundo Priore (2004:11), o trabalho infantil, como forma de complementação salarial para famílias pobres, sempre foi priorizado em detrimento da escola. No que se refere às meninas, o trabalho também é uma constante. Como no período Colonial, estas acompanhavam suas mães no campo e na lavoura, teciam algodão e se iniciavam no trabalho doméstico. As

dicotomias dessa sociedade, dividida entre senhores e escravos, brancos e negros, ricos e pobres, ocasionaram grandes distorções que se fizeram e se fazem repercutir de variadas formas em nossos dias.

Sabe-se que as crianças trabalhadoras têm menor oportunidade de frequentar escola regularmente. Mesmo quando são capazes de frequentá-la, para muitas, não sobra tempo para estudar, aumentando a repetência e a desistência. Nesta perspectiva, ao optar-se pela sobrevivência imediata, percebeu-se pelas narrativas dessas mulheres, que a baixa escolaridade, teve o efeito de limitar as oportunidades de emprego, levando a funções que não exigem qualificação e que oferecem baixa remuneração, perpetuando o ciclo de pobreza.

Como veremos nos depoimentos a seguir, as poucas oportunidades de acesso à escola deixaram marcas profundas no futuro das mulheres mais velhas da ACTC, trabalhando desde crianças em condições muitas vezes adversas ou afastadas por outros motivos, como a idéia de que seria desnecessário a mulher estudar.

“Minha mãe teve 9 filhos, punha a gente na escola, mas na época da colheita tirava para ajudar com o trabalho na roça. Vivía de roça em roça, foi lá que peguei doença de chagas, pois as casas onde a gente ficava eram muito ruins. Também trabalhei de bóia-fria cortando cana. Consegui estudar, fazer supletivo só agora. .Quase desisti porque o meu filho estava doente, mas as pessoas me incentivaram e com muito sacrifícios consegui terminar. Já fiz de tudo. Meu último emprego foi como doméstica”. E.B. 50 anos.

O depoimento anterior nos leva a concordar com Perrot (2007:111) quando diz que a vida das camponesas era regada pela família e pelos ritmos do campo. Numa rígida divisão de papéis, tarefas e espaços, é comum entre as famílias pobres criança trabalhar nas lavouras domésticas e durante o período da colheita abandonarem a escola, o que nos faz ter uma leitura diferenciada dos dados que se apresentam, através dos órgãos oficiais responsáveis pelas estatísticas escolares. A criança matriculada não necessariamente representa a permanência e a frequência plena na escola.

Os depoimentos a seguir traduzem a relação patriarcal em que está nas mãos dos homens a decisão do futuro das mulheres, pois o seu destino estava traçado, transferindo-se a submissão ao pai para a do marido. Observa-se aqui a imagem construída que se perpetuava da mulher como um ser frágil, que necessitava de proteção e controle.

E. T., tinha familiares imigrantes pomeranos¹ de religião luterana e não permitiram que ela estudasse. No movimento de rememoração, este é um acontecimento que essa narradora, emocionada, mostra sinais de indignação pelo analfabetismo. Lembrar o que se deveria esquecer, provoca emoção, convertida em choro. Por outro lado, fala com orgulho de ter conseguido estudar e de os filhos realizarem o que ela não conseguiu. Assim esta mulher diz:

“Sonhava em estudar e ser professora, mas não queria brigar com minha mãe. Queria estudar, mas não tinha escola na fazenda. Queria ir para a cidade estudar, mas minha mãe não deixou. Meus dois irmãos foram estudar na cidade. Até os 16 anos era analfabeta. Pensando bem, nessa época nada foi bom! Quando os dois filhos cresceram um pouco mais, pude voltar a estudar, era meu sonho. Voltei a estudar com 30 anos. Meu marido me apoiava e me pedia para estudar. Meus filhos fazem faculdade eu me sinto feliz”. E.T. 53 anos.

A citação descrita anteriormente repete-se na narrativa da outra mãe.

“Quando estudava era ótima aluna, mas diziam que apenas os homens tinham que estudar um pouco mais. Eu adorava estudar e os professores gostavam muito de mim e durante as provas me colocavam na frente, separada do resto da turma. Meu sonho era continuar os estudos, infelizmente só pude cursar até a 7ª série, parei de ir à escola com 13 anos. Meu avô não permitiu que eu continuasse, pois, a oitava série era à noite. Ele dizia “se quiser terminar o estudo só se o marido deixar”, mas não consegui. Eu falava para meu avô: se eu

¹ Em 1859 chegaram ao Espírito Santo os primeiros imigrantes pomeranos. Enquanto em outros estados brasileiros os pomeranos eram minoria entre os colonos alemães, no Espírito Santo aconteceu o contrário. Em maior número, os pomeranos acabaram influenciando os outros grupos germânicos. Uma das consequências foi a língua.

pudesse estudar, não me casaria. Hoje, não tenho vontade de voltar a estudar, a idade já passou". C.L. 47 anos.

Pertencentes às camadas menos favorecidas da população, além da questão moral já citada, a problemática financeira constituiu-se, para muitas dessas mulheres, em obstáculos para o desenvolvimento da sua escolaridade, conforme se observa nos depoimentos:

"Ajudava em casa, mas trabalhei muito na roça. Não tinha emprego, sonhava em estudar, ser aeromoça. Entrava e saía da escola, naquela época a gente não tinha dinheiro para comprar caderno..Terminei a 4ª série com 14 anos". C.T. 44 anos.

Outra disse:

"Apesar de meu pai até ganhar mais ou menos, gastava tudo com mulherada, nossa vida não era fácil, pois éramos uma família grande. Comi muito fubá suado, abafonado, que era mais barato. Estudei até a 8ª série, depois comecei a namorar, engravidei, tive que trabalhar e não consegui continuar. Eu era muito boa em matemática! Queria ser aeromoça". E.G. 46 anos.

Segundo Bosi (1994: 443), "entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante". No depoimento a seguir, percebe-se a dificuldade econômica como um dos motivos que parece ter relação direta com a desestruturação familiar entre os mais pobres constituindo-se como mais um elemento desfavorável para o desenvolvimento da escolaridade.

"Infelizmente minha mãe faleceu quando eu tinha 16 anos. Com sua morte meu pai, ao se ver sozinho, dividiu os filhos com a família. Eu vim morar com ele e minha madrasta em Piracicaba. Depois de um certo tempo eles voltaram para o nordeste e cada um de nós teve que se virar. Assim, para me manter trabalhei de doméstica, babá e atendente em uma lanchonete. Quando me casei minha vida mudou, sendo que só assim consegui terminar o colegial". D.P. 28 anos.

É possível notar pelos depoimentos que as mulheres mais velhas, na maioria dos casos, não tiveram acesso à escola e quando o tiveram não conseguiram concluí-la. O acolhimento da mulher, de forma maciça, pelo sistema educacional somente se iniciou a partir de 1940. Assim, os índices de alfabetização feminina sofrem o impacto da idade, ou seja, as mulheres inscritas nos grupos etários mais velhos apresentam maiores taxas de analfabetismo. Segundo Rosemberg (2001:515-539), especialmente, na população feminina das camadas mais pobres, com mais de 40 anos, encontraremos os maiores índices de analfabetismo, em comparação com o sexo masculino.

Por outro lado, as mulheres mais jovens da ACTC, provavelmente em razão de políticas públicas nos últimos anos, aliada às lutas pela emancipação feminina, mesmo driblando algumas dificuldades, puderam concluir o ensino médio. No entanto, mesmo assim algumas não conseguiram avançar em relação a novas conquistas profissionais, uma vez que suas atividades giram em torno de empregos domésticos. Durante seus depoimentos, percebe-se que muitas delas sentem-se envergonhadas de declararem trabalhar como doméstica. Segundo Rago (2004:589), no imaginário das elites no início do século XX, o trabalho braçal, antes realizado em sua maior parte pelos escravos, era associado “à incapacidade pessoal para desenvolver qualquer habilidade intelectual ou artística e à degeneração moral”.

Essa ideia ainda perpassa as práticas de todos os estratos sociais, o que leva essas mulheres na maioria dos casos a construírem uma identidade que parece refletir uma imagem negativa de si mesmas. Alguns depoimentos retratam essas experiências:

Eu trabalhava de dia, estudava à noite. Não tenho vergonha de dizer Trabalhei como doméstica, pois foi o emprego que consegui. Queria fazer faculdade ainda é o meu sonho. O.N. 32 anos.

“Quando vim para São Paulo, tive que trabalhar como doméstica, não tinha outro jeito, mas quando casei não precisei mais”. V.P. 34 anos.

“Como não tinha como pagar lugar para morar, passei a trabalhar como doméstica em uma casa em troca de moradia e comida. Para ter algum dinheiro fazia bicos em festas infantis à noite nos fins de semana. Por conta disso, a família onde eu morava, achou que eu estava me prostituindo. Tive que dar o telefone do meu trabalho para que eles pudessem tirar informações sobre o que eu fazia á noite. Sofri muito, me senti humilhada”. D.P. 28 anos.

No depoimento acima, além da dificuldade de continuar os estudos, esta jovem teve de se submeter a um trabalho sem remuneração, prática muito comum, fruto de nossa herança cultural, pois até há bem pouco tempo costumava-se “adotar” meninas em troca do trabalho doméstico. Além disso, percebe-se a vigilância e julgamento moral em relação às mulheres pobres que trabalham fora. A esse respeito, Fonseca (2004:516) ressalta que o inevitável trabalho exercido pela mulher pobre no início do século XX², que vivia cercada por uma moralidade oficial completamente desligada da realidade, colocava-a em uma encruzilhada, pois, ao tentar escapar da miséria, corria o risco de ser acusada de “mulher pública”. Portanto, não tendo boa reputação, estava sujeita inclusive ao assédio sexual. Assim, essa imagem veiculada em relação à mulher pobre e trabalhadora, mesmo distante quase um século, volta a se repetir com a jovem D. P. no depoimento anterior.

Percebe-se, no entanto, que a situação das mulheres mais jovens da ACTC, diferentemente de suas mães, parece concretizar a maior possibilidade de acesso à escola.

Uma mulher diz:

“Fiz até o segundo ano técnico, casei e engravidei, parei de estudar. Fui para o Japão trabalhar na fábrica com meu marido”. S.T. 28 anos.

Outra mulher informa:

“Sempre tive o apoio de meus pais e por isso consegui fazer curso técnico de enfermagem, que me possibilitou trabalhar nessa área, que trabalhei até pouco tempo atrás”. S.L. 32 anos.

² A autora analisa a situação da mulher pobre no Rio Grande do Sul.

Como demonstrou Áries (1981), a moderna noção de família e o sentimento de infância surgem a partir do século XVIII e, com a delimitação entre a infância e a vida adulta, vai se efetuando a constituição de um período intermediário, de passagem entre ambas, o que se verifica de forma mais acentuada no século XIX. Calligaris (2000) parte da idéia central de que a adolescência, enquanto um período de moratória na qual uma pessoa fisicamente adulta é impedida, um tanto artificialmente, de entrar na sociedade dos adultos, é, sobretudo, uma criação social relativamente recente. É um mito, inventado no começo do século XX, que vingou principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, sendo uma das formações culturais mais poderosas da nossa época.

Atualmente, a adolescência se caracteriza como uma fase que ocorre entre a infância e a idade adulta, na qual há muitas transformações tanto físicas como psicológicas. Contudo, ao se tratar desse tema no Brasil, faz-se necessário considerar que este possui diferentes configurações, pois depende da classe social, da raça e do gênero. Nas classes mais privilegiadas, é entendida como um período de experimentação sem grandes consequências, econômicas e sociais; o adolescente não assume responsabilidades, pois se dedica apenas aos estudos, sendo essa a sua via de acesso ao mundo adulto. Por outro lado, nas classes mais baixas, não há a possibilidade de se dedicar somente aos estudos, tornando a adolescência simplesmente um período que antecederá a constituição da própria família

Nessa perspectiva, é interessante observar que, ao serem indagadas sobre os projetos da adolescência, período que acalentaram sonhos das mulheres da ACTC, principalmente as da geração mais antiga, elas foram unânimes, conforme depoimentos a seguir, em depositar na escola seus desejos de mudança, na medida em que, ao cumprir o ciclo escolar, é vislumbrada a possibilidade de inaugurar um novo destino diferente de suas mães. Assim elas comentam:

“Eu só queria estudar, queria ser bancária”. C.L. 47 anos.

“Querida fazer faculdade. Meu sonho era ser aeromoça”. C.T. 44 anos.

“Meu sonho era estudar e ter uma profissão, poder trabalhar, ser independente”. E.B. 50 anos.

Fica evidente nos depoimentos das mulheres mais velhas, os cuidados e o controle que os pais exerciam em relação às filhas que não deveriam sair desacompanhadas, sendo proibidas as convivências fora do lar e a aproximação do sexo oposto deveria ser resguardada sob o teto familiar.

Segundo Perrot (1998:8), "o lugar das mulheres no espaço público sempre foi problemático, pelo menos no mundo ocidental". A esse respeito temos o depoimento de E.B, que, ao expressar o desejo de ir à cidade para estudar, ouve da mãe a frase: "Mulher que vai para a cidade vira puta". Aqui a cidade parece simbolizar o espaço do desvio e das tentações. Assim, ao sair do espaço doméstico, ao expor-se em um outro contexto, vislumbra-se ameaça à imagem da mulher que pode ser comprometida, inviabilizando, muitas vezes, a continuidade daquilo que é pressuposto pela família, ou seja, cumprir o que lhe é destinado o casamento.

Assim, as lembranças dessas mulheres estão ligadas a sua localização na família e na sociedade. Perrot (2005:39) aponta o que "cabe ao menos para as mulheres de outrora e para o que resta do passado das mulheres de hoje é uma memória do privado". Logo, suas lembranças são do íntimo, do familiar.

As advertências da avó de C. L. quando diz "só vai estudar se o marido deixar" e "moça que ri demais é moça da vida, não arruma nem casamento" concretizam a importância do discurso das figuras femininas responsáveis pela educação da próxima geração, que reafirmam no cotidiano os valores da sociedade patriarcal, reproduzindo modelos culturais de masculinidade e feminilidade que constituem a identidade de gênero. A forte herança patriarcal do Brasil colônia ainda ecoa. Segundo Perrot (2007:136), a mulher é uma rebelde em potencial, uma chama dançante, que é preciso capturar, impedir de escapar. Confinadas, precisam ser protegidas da sua sedução.

Nesse sentido, Bernardo (2003:30) diz: "as mulheres do mundo ocidental recebem desde a infância os princípios que devem orientar seu comportamento, é claro que essas normas, muitas vezes são ressignificadas, mesmo porque um dos pressupostos de qualquer cultura é a sua dinâmica".

Priore (2000:21) aponta o discurso moralizador sobre os corpos que se instala durante a colonização, aliando o desejo do sistema mercantil de povoar a nova terra e de cristianização da Igreja Católica. Assim, objetivando fazer do eixo irradiador da moral cristã, passa como valor o sexo apenas dentro do casamento.

Nos anos 50, as condições de vida nas cidades se modificaram, diminuiu a distância entre homens e mulheres, mas a distinção entre os papéis sexuais continuou. Segundo Bassanezi (2004:608), apesar de o Brasil ter acompanhado a tendência da modernização internacional, após a 2ª guerra, também influenciado pela campanha estrangeira, passaram a pregar a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais da sociedade. Assim, a maternidade e a vida doméstica seriam as marcas da feminilidade. Em meados do século XX, apesar de todos os avanços, o melhor lugar para a mulher ainda era o lar.

Carla Bassanezi³, por sua vez, comenta que a revista *O Cruzeiro*, em sua seção feminina, recomendava às moças que se mantivessem virgens até o altar, para que não estragassem a felicidade do casal. Apesar de todas as mudanças comportamentais, os casamentos ainda aconteciam de acordo com a opinião da família, isto é, a paixão ainda deveria estar submetida à razão. À mulher estava reservado o maior quinhão de responsabilidade com a felicidade no lar. Ela deveria estar à disposição de seu marido e da família a qualquer momento. Deveria ser prendada, recatada, mas, ao mesmo tempo, esmerada em sua aparência, para que o homem não se sentisse atraído pelas mulheres da rua.

Entre os anos 1960 e 1970 promoveu-se a chamada “revolução sexual”, com conquistas até então nunca vistas, devido inclusive à descoberta da pílula anticoncepcional, dando maior liberdade sexual à mulher, uma vez que o sexo não passava mais a ser visto apenas como procriação. Segundo Priore (2005:311), “se por um lado ainda se valorizava a virgindade, o amor-paixão e o prazer sexual passaram a ser cada vez mais valorizados, a modernização da família e da moral se irradia até a base da sociedade” . O

³ Estudou as relações entre homens e mulheres em revistas femininas dos anos 50

diálogo passou a modelar as relações e as uniões tenderam a ser mais simétricas. Os anos 1980 chegaram trazendo a *aids* como outra forma de controle da sexualidade, já que a Igreja já havia perdido em parte espaço de coerção.

No entanto, apesar das conquistas das mulheres na segunda metade do século XX, vivendo em realidades sociais bastante diferentes, as brasileiras, assim como as mães da ACTC, herdeiras de diversos recursos simbólicos e materiais, recebem influência de diferentes visões de mundo e da ideologia dominante.

Assim, adolescentes no início dos anos 80, algumas mulheres da ACTC, em plenos anos de maior liberdade, retomam suas angústias diante da discriminação da família, ao terem ousado fugir do comportamento esperado das mulheres .

Por outro lado, para Bosi (2003:56), “se a memória é não passividade, mas forma organizadora, é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação, porque são o mapa afetivo de sua experiência e da experiência de seu grupo”. Isso foi o que aconteceu com T. B. (43 anos), ao falar da gravidez precoce na adolescência e E. G (46 anos), ao enfatizar seu desejo de liberdade, pois durante suas narrativas esses acontecimentos iam e vinham do presente ao passado. Ela comenta:

“Meu sonho era ser livre, mas me apaixonei fiquei grávida e tudo mudou, tinha 16 anos e não queria casar. Na minha família foi horrível. Minha mãe não aceitava, não podia sentar à mesa com minha família, comia o que sobrava. Quando meu filho nasceu, ela não queria vê-lo, sofri muito, sempre gostei do sexo, por esse lado eu sempre curti o sexo, uma coisa boa, tive outros filhos com pais diferentes, nunca quis me casar. Tive muitos homens, mas eles me traíram, é muito difícil suportar isso”. E.G. 46 anos.

Segundo Perrot (2007:64), o sexo das mulheres deve ser protegido, fechado possuído. Daí a importância atribuída ao sexo e à virgindade. Parece ser essa questão que E. G., aprisionada na sua condição de mulher

contemporânea, entre soluços, denuncia com força, ao repetir várias vezes, o seu sonho de liberdade. No entanto, na sua tentativa de fugir do curso de seu destino, ao vivenciar mais livremente sua sexualidade, parece carregar um fardo, que se exprime na dor imposta por esse desafio. A rejeição e a violência com que a mãe lida com sua gravidez imprevista, reproduzindo a moral violenta e impeditiva em relação às mulheres a marca profundamente. Ao fugir da sexualidade consentida pelo casamento, E.G., mesmo suportando as dores inerentes a essa desobediência, ousa ao tentar construir uma história que questiona a subordinação feminina.

A questão da traição aparentemente faz parte da história de algumas mulheres, que parecem perder suas referências que, muitas vezes, estão depositadas no outro. Condiionadas pela educação para servir e agradar ao outro, elas comentam:

“A traição é a pior coisa do mundo. Fui traída muitas vezes, a gente se sente um lixo de pessoa como se não tivesse nada de bom, é uma dor muito grande quando o outro faz isso com a gente”. E.G. 46 anos.

“Quando descobri que meu marido tinha outra, meu mundo caiu, perdi o chão. Não sabia o que seria da minha vida”. V.P. 34 anos.

Por outro lado, no depoimento abaixo, TB pertencente à classe média-baixa, ao engravidar de um homem casado, sofre a discriminação do seu grupo social e no movimento da memória de ir e vir do presente ao passado, confessa ter se arrependido de suas atitudes, pois verá todos os seus planos e sonhos desmoronarem:

“Com a gravidez, minhas amigas não podiam andar comigo. Ele era casado, queria que eu abortasse. Todos que falaram de mim, pagaram. Minha família me culpa até hoje. Fiquei falada, tivemos que mudar de bairro, me arrependo. Perdi minha adolescência. Eu era romântica, queria ser mimada”. T.B. 42 anos.

No entanto, E. B., oriunda das camadas mais pobres da população, que também passa a viver com um homem casado, com melhores condições

financeiras, não sofreu nenhuma sanção por parte de sua família como aponta seu depoimento abaixo:

“Quando conheci meu marido atual, ele era casado. Se engraçou comigo, engravidei. Meu pai não se importou porque ele tinha boa situação financeira, era administrador de fazenda. Ele montou casa, tive um filho e uma filha”.

Segundo Saffioti (2004:54) “A violência contra mulheres sempre existiu no Brasil”. Dados históricos sobre o Brasil, na época colonial, revelam que as agressões físicas e psicológicas contra as mulheres fazem parte de nossas raízes culturais, trazidas pelos colonizadores europeus e reforçadas no século passado pelas ideias do positivismo de Auguste Comte, para o qual a mulher deveria ser submissa, altruísta, desprovida de desejo sexual. Suas funções seriam de servir a seus maridos e filhos, dedicando-se exclusivamente às tarefas domésticas. Venturi e Recaman, ao comentar pesquisa (2004:24)⁴, apontam que outras facetas do padrão machista que caracterizam as relações de gênero se expressam na violência conjugal contra as mulheres, sendo que cerca de uma em cada cinco brasileiras declara espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por algum homem.

Nesse contexto, T. B. e E. B., as duas mulheres que passaram a viver com homens casados, em seus depoimentos, apontam a desconfiança que seus companheiros têm em relação à paternidade, sendo essa dúvida uma ameaça que paira na relação. Essas mulheres sentem-se desrespeitadas, configurando-se como uma forma de violência a que estão sujeitas. Sendo a identidade uma construção, pode-se considerar que esse tipo de violência, somado a outras dificuldades, colabora para a aquisição de uma imagem identitária não favorável de si mesmas. Assim, são vítimas da violência física e psíquica, sendo esta última impingida por meio de ofensas em relação à sua conduta moral, conforme depoimentos abaixo:

⁴ Pesquisa nacional realizada em 2004 pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo que investigou “a mulher brasileira nos espaços público e privado”.

“Desconfia que a filha não é dele sempre me acusa, não gosta de minha filha mais velha, quer que ela saia de casa, diz que não é dele. Isso me dó. Ele não gosta dela. Já propôs fazer DNA. Mandou minha filha para fora de casa. Não aceito isso. Meu marido comprou apartamento em que moro e colocou no nome da mulher dele. Eu brigo com ele, não fico quieta, mas não saio da minha casa, tenho meus filhos e principalmente o menor que é doente. Da última vez que estive na ACTC, ele andou com mulher e me passou doença. Uma vez estava bêbado e chegou a me bater. Ele sempre arruma outras mulheres e eu com 4 filhos como fazer!!! Sou dependente. Quando tentava sair do casamento engravidava”. T.B. 42 anos.

“Meu primeiro marido me batia porque tinha ciúmes, larguei dele, não agüentei. Meu atual marido é muito desconfiado, não sei se porque ele era casado quando a gente se conheceu e eu logo engravidei do meu filho mais velho. Ele montou casa. Ele sempre me jogou na cara que o meu filho não é filho dele. Ele desconfia de mim. Me sinto humilhada. Quando ficava com raiva pedia para fazer DNA”. E.B. 50 anos.

O avanço da ciência com a possibilidade de exames de DNA, provavelmente, com o tempo transforme essa situação de submissão feminina. Nesse sentido, segundo Priore (2005:265), no início do século XX, enquanto a infidelidade masculina era considerada um problema de foro íntimo, não manchando a reputação das esposas traídas, a infidelidade feminina poderia significar escândalo social e estava associada ao crime. No caso do adultério feminino, apesar da mulher e a família estarem associadas ao espaço privado, a infidelidade feminina era uma questão social e pública, podendo inclusive os maridos lavar sua honra.

Interessante observar a frase “montou casa”, expressão comum no interior do Brasil para designar a situação da amante, quando esta era escolhida, sendo “merecedora dessa deferência”, que mostra também que ela se tornava exclusiva desse homem, ou seja, sua “amasiada”.

Segundo Priore (2005:107), o amor cantado em prosa e verso vindo com os primeiros colonizadores ficava muito distante do dia-a-dia. Com a

presença forte da igreja católica o que vieram para cá foram práticas patriarcais e machistas que trouxeram em seu bojo a mentalidade de uma desigualdade profunda entre os sexos, em que se estabelecia ao homem a vida da rua e às mulheres a vida em casa, na privacidade. Essa concepção de união entre homens e mulheres levou à coexistência de dois tipos de conduta sexual: uma conjugal, com objetivo de procriação e outra extraconjugal, caracterizada pela paixão amorosa e prazer. Um bom casamento era pensado de forma racional, ou seja, levando em conta os bens. Assim, consideradas como um ser inferior, as mulheres eram tratadas duramente e por isso amá-las, apenas fora do casamento. As coisas só começam a mudar, mesmo de forma lenta no século XIX. Segundo essa autora, esse quadro mudava entre os mais pobres, pois carinho e amor são aspectos relevantes nos casamentos de pobres e libertos. Além disso, boa parte da população vivia em concubinato.

Ao analisarmos os relacionamentos e as escolhas dos parceiros e a opção pelo casamento das mulheres da ACTC , observa-se que entre as mais velhas, nem sempre havia liberdade para namorar, casar parecia ser mais um destino do que uma escolha, conforme se observa nos depoimentos abaixo:

“Eu nem pensava em casar, queria estudar, mas não deixaram. Então conheci um rapaz e casei. Não podia namorar muito e era com quem o meu avô queria”. C.L. 47 anos.

A outra comenta:

“A sorte é que eu gostava do meu marido, que também era pomerano como eu, pois eu só podia casar com alguém da minha comunidade”. E.T. 53 anos.

“Nem sei bem porque casei, naquela época, não sei direito, mas parece que chegava uma idade a gente tinha que casar”. E.B. 50 anos.

O questionamento do papel da mulher na família, no trabalho e na sociedade trouxe mudanças significativas nos padrões culturais e sociais entre homens e mulheres. As relações de poder dentro das famílias brasileiras, perpassadas por classe social, gerações e raça estão gerando novos modelos de vida familiar baseados em valores menos hierárquicos, mais igualitários.

Assim, entre as mulheres mais jovens da ACTC, as relações de gênero se estabelecem em patamares menos machistas e sofrem algumas alterações, logo, apesar de algumas delas ainda viverem sob controle paterno, exercem sua sexualidade mais livremente, escolhem seus companheiros, têm filhos de pais diferentes e não carregam culpa. No entanto, numa sociedade em que uma relação estável continua sendo uma garantia contra a insegurança material, na negociação conjugal, estas mulheres acabam sendo refém da sua situação financeira, uma vez que devido à doença do filho, boa parte delas acabam perdendo seus empregos, tornando-se mais dependentes. Os relatos a seguir apontam para essa questão:

“Meu pai era meio severo, implicava com meus namoros, queria que eu casasse logo. Namorei bastante. Vivi com um rapaz, tivemos um filho, mas não deu certo. Conheci o pai do meu outro filho e estamos juntos até hoje, mas nossa vida mudou desde que meu filho ficou doente, não pude mais trabalhar. Gostaria de voltar a estudar. Dependo do meu marido”. O.N. 32 anos.

“Fui para o Japão com meu marido para juntarmos dinheiro, trabalhei muito, mas com a doença nosso filho, voltamos. Perdemos o que economizamos. Estou em São Paulo há quatro meses, não sei como será minha vida agora”. S.T. 28 anos.

“Sempre trabalhei. Sou técnica de enfermagem. Não pensava em casar, mas conheci meu atual companheiro, passamos a viver juntos. Quando optei por ter filhos, a escolha foi minha e se meu companheiro não quisesse, eu conseguiria assumir meu filho sozinha”. S.L. 32 anos.

“Foi muito bom quando conheci meu marido, pois estava sozinha morando na casa dos outros. Quando casei fiquei muito feliz” V.P. 34 anos.

A questão da geração é abordada por Motta (2002:37) que destaca: “A idade, bem reconhece a Antropologia, é um componente bio-sócio-cultural estruturador na organização das sociedades, inclusive com definição simbólica forte que as impele ou lhes imprime continuidade social: ambas as esferas

realizadoras ou participantes das relações de poder na sociedade”. Sob esse enfoque, é possível perceber narrativas da geração mais velha de mulheres da ACTC, o controle paternal de gênero que se apresenta com muita força, quer dificultando a escolaridade ou impingindo diferentes regras de coerção, impedindo que suas filhas saíssem de casa ou namorassem mais livremente.

Por outro lado, os depoimentos a seguir mostram que, mesmo que ainda sujeitas à submissão masculina, essas mulheres em razão da situação de desemprego do cônjuge e das dificuldades econômicas vêm ocupando outros espaços de trabalho, mesmo que na informalidade, e construindo cada vez mais novas relações conjugais:

“Quando casei, minha mãe me disse ‘obedeça seu marido’. Esse foi o conselho dela. No começo ele não queria que eu trabalhasse, mas de uns tempos para cá as coisas mudaram. Ele não se importa mais que eu trabalhe. Ele ficou desempregado, eu mantive a casa. A gora nós dividimos tudo em casa. Nossa vida hoje é diferente. Nós dois resolvemos tudo juntos agora. C.T. 44 anos.

“Meu marido não queria, não queria que eu estudasse e não me deixou trabalhar por um bom tempo. A nossa situação financeira está difícil, por isso agora ele nem liga mais, o problema é que por eu ter pouco estudo fica difícil trabalhar. Mas estou fazendo curso de costura , pois pretendo trabalhar em uma fábrica”. C.L. 47 anos.

Sobre a questão dos poderes femininos, Perrot aponta que apesar da dominação masculina, a atuação feminina não deixa de se fazer sentir, através de complexos contra-poderes: poder maternal, poder social, poder sobre outras mulheres e “compensações” no jogo da sedução e do reinado feminino.

Chartier apud Soihet (1977:71) destaca na dominação masculina o peso do aspecto simbólico, que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação. Utiliza-se do conceito de Chartier sobre a violência simbólica que ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal.

Chartier ainda alerta que uma tal incorporação da dominação não exclui a presença de variações e manipulações, por parte dos dominados. Esse autor salienta que a aceitação pelas mulheres de determinados cânones não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação. Definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina contra o seu próprio dominador.

Nesse sentido, apesar de exercer seus contra-poderes, as mulheres da ACTC principalmente as mais velhas, em razão das diferentes representações do feminino, trazem marcas de uma submissão que se reflete na sua identidade que parece carregar a imagem negativa de si mesma. Suas lembranças sugerem a dificuldade feminina de existir de outro modo, a não ser educadas para satisfazer o outro, não concretizam seus sonhos, uma vez que não é o seu desejo, é o do outro que existe para ser satisfeito.

Nesse aspecto, os textos escritos pelas mulheres da ACTC sobre o conto “A moça Tecelã”, que retrata a submissão feminina diante do desejo do outro, mostram uma identificação com a personagem que reage mudando seu destino.

Assim como a moça tecelã, algumas vislumbram, em seus depoimentos, a possibilidade de reagir e redefinir novos caminhos, pois todas apoiaram a atitude da jovem que conseguiu se libertar do marido e construir uma nova história. Alguns depoimentos expressam suas opiniões:

“A parte que mais gostei é quando ela retoma a razão, ela recupera o direito de criar sua própria história. Acho que temos de tirar de nossa vida tudo que atrapalha e que nos traz sofrimento”.

“Lembrei da minha história, porque estou sofrendo por causa do meu marido. Mas eu não vou fazer como a moça tecelã, quero lutar por ele, eu o amo”.

“Depois de muitas decepções, como A moça tecelã, o sonho de ter marido foi desmanchado para encontrar tempo para cuidar da minha filha”.

“Nós mulheres, muitas vezes tecemos nossas vidas de um jeito que fica difícil desmanchar. Ao ler essa história me senti como se fosse a moça tecelã”.

“Esta história se parece com a minha, com a diferença de que tem suas partes boas que é meu filho”.

Segundo Hall (2000:109), as identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Ainda segundo esse autor (2002:9), “um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX”. Fragmentam-se as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Por isso, nossas identidades pessoais estão mudando, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Assim, o sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa, ela está em transformação. O depoimento de uma mãe parece concretizar esse pressuposto:

“Quando nós vamos para São Paulo com o filho para tratar no INCOR, é como se a gente tivesse fazendo uma identidade nova”. E.G. 46 anos.

Nesta vinda, essas mulheres, ao trazerem memórias familiares e afetivas, carregam também as marcas das relações assimétricas construídas em seu cotidiano, algumas vezes com conotações de violência física e psicológica, sendo tal aspecto percebido mais intensamente entre as mulheres mais velhas. Há que se considerar também que apesar da prevalência do domínio masculino, essas mulheres também detêm algum tipo de poder.

Ao chegarem na cidade de São Paulo, ao compartilharem um espaço feminino de dor e esperança, de diversidade cultural, são solicitadas a ocupar outro lugar que exigirá novas relações com o mundo e consigo: acabam por vivenciar situações que certamente contribuirão para composição de uma nova identidade, já que esta é uma construção sócio-histórica, constantemente transformada na interação com o outro.

Maternidade

A humanidade busca nos mitos, além das explicações para os fenômenos naturais, encontrar o seu lugar entre os demais seres. Nas sociedades tribais, os homens se movem dentro de um mundo animado por forças que ele precisa agradar para que a terra continue a frutificar ou até mesmo para que a caça seja abundante. Muitas vezes tais ocorrências são explicadas pelos mitos, pois, além de tranquilizar diante de um mundo assustador, o mito fixa modelos exemplares das funções e atividades humanas.

Esta relação com o mundo tende a materializar-se na forma de deuses que explicam os fenômenos naturais, a vida após a morte, os ciclos da natureza, os fatos da cultura. Outrossim, o culto às mais diversas divindades femininas parece relacionar a capacidade de fecundidade e criação do universo à mulher, que é reverenciada, uma vez que do seu ventre surgem os seres humanos. A mulher é também vinculada à Terra, pois ambas têm a capacidade de gerar frutos. Uma crença bastante difundida e recorrente é a da Deusa-Mãe, Terra-Mãe, sendo seus atributos vinculados à fecundidade e fertilidade.

Na mitologia grega, Démeter, a deusa da fertilidade, provedora e nutridora apresenta características ligadas à maternidade ao cuidar com desvelo de sua filha Perséfone. Quando esta é raptada para o reino subterrâneo de Hades, Démeter desespera-se, saindo desarvoradamente Terra afora sem comer e nem descansar. Neste mito, quando mãe e filha estão juntas, primavera e verão, a natureza é exuberante. Esse mito desnuda a

relação mãe e filha que deveria ocorrer no antigo mundo grego, berço da civilização ocidental.

No desenvolvimento da história da humanidade em diferentes sociedades surgirão outras deusas, representando a maternidade como a possibilidade de geração e manutenção da vida na terra, permitindo a continuidade da espécie.

No Cristianismo encontram-se dois mitos para representar o universo feminino: Eva e Maria. Eva, criada a partir da costela de Adão, desobediente e responsável pelo pecado se transformou no símbolo do mal. Já, a Virgem Maria é a idealização da feminilidade, pessoa de absoluta pureza sobre a qual não há sombra de pecado. Sua primeira associação foi com o filho, que foi sacrificado. Maria teve como função procriar e transmitir o cristianismo, um dos herdeiros do mundo grego. Essas imagens duais da mulher projetadas pelo Cristianismo deixaram marcas na construção da identidade e representação feminina no mundo ocidental, que se refletirão nas práticas sociais da maternidade e nas relações de gênero.

Na nossa sociedade, outras noções sobre a maternidade podem ser apreendidas por meio de expressões populares como “ser mãe é padecer no paraíso”, “Mãe é mãe”, “Deus não pode estar em todos os lugares e por isso fez as *mães*”, “Coração de mãe sempre cabe mais um” que colocam a mãe como fonte de sacrifício, proteção, abnegação e dedicação incondicional.

A maternidade também é um tema sagrado em boa parte da poesia brasileira, conforme podemos verificar nos trechos, a seguir, aparece a imagem da mãe que protege, ama o filho incondicionalmente, e não deveria morrer.

Quando a vida está

Mais dura, mais vida

Ninguém como minha mãe

Pra aguentar a gente

(*Mário de Andrade, 1988*)

Por que Deus permite que as mães vão se embora!

Mãe não tem limite,

É tempo sem hora,

Luz que não apaga.

(Carlos Drummond de Andrade, 1979)

Segundo Orlandi (2001), a linguagem é uma prática não no sentido de efetuar atos, mas porque pratica sentidos, intervem no real.

Naturalmente inserida no ciclo de vida das mulheres, a maternidade provoca repercussões profundas em suas vidas, visto que contém uma dimensão simbólica, ideológica, emocional, política e econômica da sociedade em que se vive. Para Perrot (2007:68), “a maternidade é uma realidade multiforme”.

Assim, a forma como a maternidade é vivenciada sofre variações em razão das exigências e dos valores que predominam em uma determinada sociedade, em um dado momento histórico. Portanto a maneira de se exercer a maternidade é uma expressão da cultura e engloba um sistema de valores relacionados com o que significa ser mulher e com o papel ocupado pelo filho na díade.

Marcada pelas desigualdades sociais, raciais, étnicas e pelas relações de gênero, a vivência da maternidade, como fenômeno social, não atinge da mesma forma todas as mulheres. Ao analisar as práticas relacionadas à maternidade e aos cuidados maternos, faz-se necessário associar essa construção social às mudanças pelas quais a família tem passado no mundo ocidental nos últimos tempos.

Badinter (1985), ao recuperar a condição de maternagem na França, situação comum à Europa até meados do século XVIII, identificou a desvalorização dada à maternidade, desde a Antiguidade até a Idade Média, relacionada à ênfase no poder paterno. Os poderes do chefe, o pai, eram

superiores à mulher e à criança, sendo essa diferença compreendida como inerente à natureza humana, dando-lhe uma autoridade natural sobre a esposa e os filhos.

A família sofreu transformações desde o século XVIII, Áries (1981) afirma que até 1760, a infância sofreu mudanças significativas inclusive para que o sentimento em relação às crianças realmente se arraigasse. Segundo esse autor, a criança pequena não era levada em conta, em parte pela fragilidade física, que tornava sua sobrevivência pouco provável nas condições da época. A princípio a criança não contava na família e, quando reconhecida, era simplesmente um estorvo.

Badinter (1985:87), contudo, analisando as justificativas de que a elevada mortalidade infantil no período não permitiria à mulher apegar-se a uma criatura com tão poucas possibilidades de sobrevivência, afirma: “não é porque as crianças morriam como moscas que as mães se interessavam pouco por elas. Mas é em grande parte porque elas não se interessavam que as crianças morriam em tão grande número”.

Ainda segundo a autora, é sobretudo no século XVIII que os filhos das classes burguesas e aristocráticas vivem muito pouco tempo na casa paterna. Após o nascimento, eram colocados na casa de uma ama e quando retornavam iam para o internato. No entanto, tanto o filho do comerciante ou do artesão, como o do aristocrata eram vítimas da falta de cuidado e no geral aconteceria “um verdadeiro abandono moral e afetivo” (Idem:119).

Assim, os estudos de Badinter sugerem que a exaltação ao amor materno é relativamente recente na história da civilização ocidental, sendo que esse vínculo, considerado tradicionalmente como instintivo, nada mais é do que um mito construído socialmente, mediante discursos filosófico, médico e político do século XVIII.

O mito do amor materno instintivo, fruto de uma tendência inata, de acordo com Badinter, seria consequência de mais de um comportamento social adequado às diferentes épocas e costumes do que decorrência natural de determinismos biológicos. Nem todas as mães teriam um impulso irresistível

para cuidar de sua prole, negando assim a ideia universal do amor irrestrito e absoluto. A autora também chama atenção, ao abordar a questão da mulher-mãe, “em vez de instinto, não seria melhor falar de uma fabulosa pressão social para que a mulher só se possa realizar na maternidade?” (1985:355).

Chodorow (1990:17) também considera o fato de que essa dedicação da mulher ao papel materno deve-se muito mais “a uma transposição social e cultural das suas capacidades de dar à luz e amamentar”.

Após 1760, Bandinter aponta o surgimento de inúmeras publicações que passaram a exaltar com um novo valor o “amor materno”, ao mesmo tempo natural e social, incentivando a mulher a assumir diretamente os cuidados com a prole. A mesma autora argumenta (1985:146): “deslocando-se insensivelmente da autoridade para o amor, o foco ideológico ilumina cada vez mais a mãe, em detrimento do pai, que entrará progressivamente na obscuridade”. Assiste-se cada vez mais a entrada em cena do “amor materno”, pois a nova ordem econômica com a ascensão da burguesia, enquanto classe social, coloca como imperativo, entre outros, a sobrevivência das crianças.

Mas foram as mulheres de classe média que mais se interessaram por essa nova função, pois viram nela a oportunidade de uma promoção e de uma emancipação. Já detinham o poder sobre os bens materiais da família e a isso acrescentava-se o poder sobre os filhos. Nesse sentido, Bandinter (1985:222) coloca “responsável pela casa, por seus bens e suas almas, a mãe é sagrada ‘a rainha do lar’”. No entanto, as classes menos favorecidas serão as últimas atingidas por essa mudança.

Dessa forma, a mesma autora, em defesa da criança, aponta que dois diferentes discursos juntaram-se para modificar a atitude da mulher perante os filhos: um discurso econômico, apoiado numa nova ciência, a demografia, que demonstrava a importância da população para um país e alertava quanto aos perigos de um suposto declínio populacional em toda a Europa e uma nova filosofia – o liberalismo – que se aliava ao discurso econômico, favorecendo o desenvolvimento dos ideais de liberdade, igualdade e felicidade individual. Para convencerem as mães a retomarem tarefas esquecidas, os discursos da felicidade e igualdade argumentavam: “sede boas mães, e sereis felizes e

respeitadas. Tornai-vos indispensáveis na família, e obtereis o direito da cidadania” (1985:147).

Agora, a mulher não é mais identificada à Eva, criatura de Deus que cede às tentações dando origem ao pecado e sim a Maria que se transforma numa pessoa doce, sensata, modesta, meiga, ponderada, voltada para o lar. No campo das relações sociais, assistiu-se, a partir de então, ao desenvolvimento da noção de vida privada, tornando-se o lar um espaço de aconchego. A expressão popular “Dar a luz” reflete essa nova visão da maternidade dotada de algo divino.

A partir desse período e, principalmente no século XIX, vai se firmando uma nova imagem da relação da mulher com a maternidade, segundo a qual a criança passa a ser objeto privilegiado da atenção materna. Ampliam-se as responsabilidades maternas e a crescente valorização da mulher-mãe com poderes e domínio no espaço doméstico. Badinter(1985:9) a esse respeito diz: “continua difícil questionar o amor materno, e a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada a Maria, símbolo do indefectível amor oferecido oblativo”.

Na Europa se assistia, no século XVIII, a modificações na estrutura familiar que acompanhou a constituição dos Estados modernos. No Brasil o mesmo processo se seguiu à passagem do território da condição de colônia à nação. Segundo Algranti (1997:84), nos primeiros séculos da colonização brasileira, a compreensão da nossa organização familiar passa pela influência de alguns dos componentes que marcaram a formação da nossa sociedade: distância da metrópole, que separava membros de uma mesma família, a expansão do território, precariedade de recursos, falta de mulheres brancas e a presença da escravidão negra e indígena. Assim, segundo esse autor:

“Tantas foram as formas que a família colonial assumiu, que a historiografia recente tem explorado em detalhe suas origens e o caráter das uniões, enfatizando-lhe a multiplicidade e especificidade em função das características regionais da colonização e da estratificação social dos indivíduos”. (Algranti, 1997:87)

Venâncio (2004:217), ao abordar a maternidade no Brasil, aponta que, no período colonial, dependendo de suas condições, muitas mulheres tiveram, em algumas situações, que abandonar seus filhos. No campo isso não era comum, pois acabavam sendo adotados como filhos de criação ou agregados às famílias, diferente da cidade onde bebês eram deixados em calçadas e até mesmo nas praias. Os motivos dessa atitude revelam a condição feminina desse período, uma vez que as crianças eram abandonadas, porque suas mães morriam ou eram escravas fígidas. Finalmente as mulheres brancas também o faziam por questões morais ou de miséria. O autor também comenta que “para as mulheres pobres das cidades e vilas brasileiras, enjeitar o filho consistia, na maioria das vezes, numa forma de protegê-lo”.

Nessa perspectiva a criação da roda-dos-Expostos, nas Santas Casas de Misericórdia, especialmente no Rio de Janeiro e em Salvador, acabaram por legitimar a prática das famílias mais pobres abandonar as crianças.

Ao analisar a questão da natalidade no Brasil colônia, Priore (2000:90) aponta que a necessidade de exploração e ocupação do nosso território para atender as demandas da metrópole, aliado ao incentivo da igreja católica, estimulando a procriação e condenando qualquer forma de prazer, nem sempre conseguia seu intuito, uma vez que boa parte das mulheres livres, oprimidas por excesso de trabalho, via os filhos como sobrecargas. Assim, a maioria das famílias, sobretudo a das classes subalternas eram compostas em grande parte de mães sós, logo a opção para tais mulheres muitas vezes era a contracepção, o aborto ou o infanticídio.

E desta época a lenda denominada A porca-dos-sete-leitões que, segundo Câmara Cascudo, seria uma “aparição noturna que se observa em ruas e estradas solitárias”. Trata-se de mulher que pecou ao praticar aborto. Assim, tanto serão os leitões que acompanham a porca quanto forem os abortos realizados. Fruto do imaginário coletivo, esta narrativa veio à tona durante a coleta de histórias orais na ACTC. Segundo a contadora, o fato narrado era considerado verdadeiro pelos familiares que o teriam presenciado.

Entre as principais características da família colonial, observa-se a valorização do poder paterno. A mulher e os filhos, assim como os demais

membros da parentela, interessavam apenas enquanto elementos a serviço do patriarca, e viam na figura do homem não só o protetor, como o patrão, uma vez que a casa colonial funcionava como pequena unidade de produção, dependendo minimamente de outras instâncias para organizar a satisfação de suas necessidades de consumo.

Com a transferência da família real e de toda a corte para o Rio de Janeiro no início do século XIX, a administração portuguesa desenvolveu um novo tipo de interesse pelas cidades brasileiras. Nesse movimento, promoveu-se uma “reeuropeização” dos costumes coloniais pela transposição, para o Brasil, de hábitos relativos a uma cultura do Velho Mundo, valorizando a família como núcleo amoroso. Durante o século XIX, os higienistas auxiliaram-na para que assimilassem os novos valores. Neste sentido há que se considerar também a influência dos ideais da filosofia Positivista, pois o que se buscava era a normatização dos costumes higiênicos e morais para o alcance do progresso social.

Assim, utilizando como argumento que a mulher era possuidora de um instinto materno, esta passa a ser grande responsável por zelar pela saúde da família através do cumprimento das normas higiênicas. O corpo feminino torna-se objeto médico e portanto passível de normatização.

Nesse âmbito, nessa época, do ponto de vista médico, a maternidade era também vista como uma forma de prevenir e até mesmo curar distúrbios psíquicos relacionados à sexualidade. Segundo Engel (2004:337), isso aparece nas concepções defendidas por Lombroso e Ferrero (1989:107), segundo as quais “a maternidade suaviza a mulher selvagem” e “quando vivamente contrariada podia levar à loucura”. A maternidade era vista como essência da mulher e se ela que não quisesse e não pudesse ser mãe, aos olhos do médico, moral e fisicamente incapaz, cedo ou tarde seria levada à loucura.

Tanto na Europa como aqui, para a produção da “mãe higiênica”, foi fundamental o discurso que atacava tanto o aleitamento mercenário – no Brasil realizado por escravas – como responsável pela mortalidade infantil, quanto à suposta deformação moral das crianças pelo cuidado e convivência com amas e lacaios negros.

Assim, a insistência quanto à amamentação permitiu que se regulasse a vida da mulher, confinando-a por um longo período ao ambiente doméstico, porém voltando sua atenção ao cuidado, à educação e à vigilância não só da criança como também da família. Também aqui, os cuidados maternos passam a ser valorizados e esse novo olhar sobre a criança possibilitou a manifestação do “amor materno”, que se tornou não somente desejável como “natural”. Observa-se a valorização do sacrifício da mãe e seu devotamento aos filhos e à família.

Por todo o século XIX, deu-se a adaptação do modelo de família burguesa européia à sociedade colonial brasileira. Sobre isso comenta D’Incao (2004:225) que “a vida burguesa reorganiza as vivências domésticas. Um sólido ambiente familiar, lar acolhedor, filhos educados e a esposa dedicada ao Marido e sua companheira social são considerados um verdadeiro tesouro”.

Nos anos 1920 e 1930 surge a figura da mãe cívica, aquela que tinha a missão de preparar física, intelectual e moralmente o futuro cidadão. Logo, o discurso religioso e médico responsabilizaram a mulher pela manutenção da família saudável, sendo que o novo conhecimento da psicologia vem se juntar para acentuar o amor materno. A ideologia burguesa era forte, mas isso não significava que as mulheres, principalmente as mais pobres, obedeciam passivamente essas normas. Segundo Fonseca (2004:535), para fazermos considerações sobre a maternidade em grupos populares, temos, portanto de levar em consideração também avós, criadeiras e mães de criação. A precariedade da família conjugal é uma constante nos grupos populares, uma vez que a migração, separação e morte são responsáveis pela ruptura desse grupo doméstico.

Segundo Badinter (1985:237), a mulher “auxiliar do médico no século XVIII, colaboradora do padre e do professor no século XX arcará com uma última responsabilidade: o inconsciente e os desejos do filho”. A autora salienta que, graças à psicanálise, a mãe será responsabilizada pela felicidade do filho. Se, por um lado, exaltava-se a nobreza das suas tarefas, seriam condenadas as que não conseguiam realizá-las com perfeição. Nesse sentido, mais recentemente, observa-se cada vez mais especialistas funcionando como

novas autoridades do exercício da maternidade, prescrevendo condutas, sentimentos e atitudes.

Depois desse longo período, as mulheres dos estratos altos e médios com mais acesso à educação formal e à formação profissional, vão, no decorrer do século XX, ocupar gradativamente o espaço público. Lipovetsky (1997:232), ao reconstruir a história das mulheres, diferencia três momentos ao longo do século e aponta que na atualidade vive-se o estágio, que denomina a terceira mulher⁵. Esse novo modelo de mulher que define o lugar e o destino do feminino, caracteriza-se, segundo esse autor, pela “desvitalização do ideal da dona de casa, legitimidade dos estudos e do trabalho feminino, direito do sufrágio, descasamento, liberdade, controle de procriação, tudo isso são manifestações do acesso das mulheres à total disposição de si mesmas”.

O advento da modernidade e de suas conquistas tecnológicas, sobretudo no campo da contracepção, e mais recentemente da concepção, trouxe às mulheres uma maior possibilidade na escolha da maternidade e abriu espaço para a opção de ser ou não ser mãe. No entanto, essas mudanças não vão atingir as mulheres da mesma forma.

Percebe-se que a maternidade é experienciada de forma diferente pelas mulheres da ACTC, já que pertencem a diversas faixas etárias, são provenientes de diferentes regiões, fazendo parte de distintos estratos sociais e etnias, o que lhes imputa vivências sociais, religiosas e psíquicas específicas.

Há que se considerar que a vivência da maternidade é determinada por uma junção de fatores: educacionais, história de vida, relações familiares e de gênero.

Assim, nas narrativas das mulheres da ACTC, percebe-se, notadamente entre as mais velhas, que a ideia de maternidade parece ter sido inculcada de tal forma que surge como algo instintivo ou predeterminado.

⁵ Na visão desse autor historicamente é possível caracterizar as mulheres em três estágios; *primeira mulher* era diabolizada e desprezada; a *segunda* era idealizada e a terceira à disposição de si mesma.

Durante o processo dialógico da coleta de dados, observei que a gravidez aparece como um acontecimento quase rotineiro e no geral nenhuma delas se detém por muito tempo ao tocar nesse assunto, pois o que importa no presente é o filho “doente”. Não conseguindo escapar desse seu futuro previsível e sem possibilidade de escolhas, parecem aceitar essa realidade que se impõe, uma vez que controlados e reprimidos, seus corpos parecem estar destinados à procriação. Desprovidas de recursos financeiros e educacionais, muitas vezes distantes dos núcleos urbanos, muitas dessas mulheres aparentemente não tinham acesso a métodos contraceptivos, conforme relatos abaixo que ilustram esses aspectos:

“Não lembro direito, mas naquela época a gente casava e logo já tinha filho. Era assim. Todo mundo esperava isso”. C.L. 47 anos.

“A gente não planejava. Nunca me falaram como evitar filho. Naquele tempo era difícil conseguir anticoncepcional”. C.T. 44 anos.

“Gostava de namorar. Me apaixonei, era muito moça, era fogosa, gostava de sexo, não me cuidei, engravidei”. E.G. 46 anos.

“Apesar de meu pai ter farmácia, nunca me falaram de camisinha. Era boba engravidei com dezesseis anos, me arrependo tanto da bobagem que fiz”. T.B. 42 anos.

Em meados do século XX, a maternidade vai se transformando, sendo que um dos aspectos mais evidentes é o rompimento com o determinismo biológico. Ressalta-se, porém, a reprodução, primeiro pela contracepção medicalizada, em seguida pelas tecnologias conceptivas, desconstruindo a relação mulher-mãe. Rago (2004:33), ao comentar os dados da pesquisa sobre a mulher brasileira publicados em 2004, revela que “a maioria considera de fundamental importância a inserção no mercado de trabalho, a independência econômica, a possibilidade de tomar decisões livremente, dissociando sua definição de gênero da ideia de maternidade”. A autora continua “ser mulher no século XXI não implica necessariamente gravidez e parto”.

Em relação ao planejamento familiar, chama atenção o número de filhos nas faixas etárias analisadas. As mulheres da geração mais velha da

ACTC têm em torno de três a quatro filhos, sendo que ocorre uma diminuição desse número entre as mais jovens, o que pode ser atribuída ao maior acesso a métodos contraceptivos. Por outro lado, dentre as mais jovens, com maior liberdade nos relacionamentos, percebe-se pelos depoimentos que entre algumas destaca-se o desejo de ser mãe:

“Minha vida sempre foi difícil, minha mãe morreu cedo, morei com parentes, sozinha. Fui abandonada pelo meu pai. Quando me casei, sonhava em ter uma casa e ser mãe. Realizei meus dois sonhos”. D.P. 28 anos.

“Realizei um dos meus sonhos: ser mãe. A faculdade, que era meu outro sonho, ainda não consegui realizar.” O.N. 32 anos.

Nos comentários anteriores percebe-se que, diante das dificuldades vivenciadas nas relações conjugais ou familiares, das reduzidas chances de melhoria financeira e muitas vezes da falta de perspectiva, os filhos para estas mulheres acabam por preencher a solidão dando-lhes algum alento e esperança. Sobre isso Badinter (1085:225) aponta que “para as que nada têm afora uma vida conjugal difícil, muitas vezes cruel, a maternidade é a grande ocupação de sua vida. Recusam qualquer contracepção, porque o filho preenche uma carência afetiva e social e compensa, por algum tempo, diversas frustrações”.

Nessa perspectiva de idealização do papel sacralizado da mãe, principalmente quando se tem um filho doente, espera-se a demonstração de amorosidade, dedicação, sacrifício e aceitação de seu destino. Isso significa que lhe resta pouco espaço de manifestação de sentimentos de frustração por ter um filho com problemas, de raiva por ter de cuidar sozinha do filho, de estar longe da família, de estar fora da sua comunidade. Observa-se que, nas relações entre essas mulheres, em muitas situações ocorrem conflitos, em razão do julgamento e repreensão quando uma delas tem, por exemplo, uma atitude mais rígida com o seu filho. No entanto, ao questionarem suas colegas, elas poderão estar reprimindo sentimentos que também carregam. Assim, alguns depoimentos das mães da ACTC parecem demonstrar a impossibilidade de questionamento ou de expressão desses sentimentos:

“As minhas amigas da ACTC me criticaram porque quando meu marido chegou, eu nem o cumprimentei e logo fui dando nosso filho para ele. Disseram que eu não tinha sentimento, parecia que queria ficar livre do meu filho. As pessoas não entendem, mas estou cansada, faz meses que venho cuidando do meu bebê sozinha”. O.N. 32 anos.

“Estou meio cheia de falar com meu filho. Ele está adolescente rebelde, não segue o que os médicos dizem, passou a beber, não sei mais o que fazer. Já fiz de tudo, agora cansei. Se ele quiser vir a São Paulo, que venha sozinho. Eu não venho mais. Cansei. Vou cuidar da minha vida. Vou fazer curso para trabalhar, nunca consigo trabalho, pois tenho que vir sempre aqui”. C.L. 47 anos.

Entretanto, para as mulheres da ACTC, a maternidade continua sendo afirmada, como já foi apontado, como elemento muito forte da cultura e da identidade feminina, já que muitas vezes a sua realidade é marcada pela baixa escolaridade, pela ausência de trabalho e de projetos, pela pobreza, e pelo desejo de realização por meio do filho. Além disso, a doença da criança é mais um fator que vem contribuir para uma maior exigência de dedicação à maternidade. Há que se considerar que a existência de filhos permite a essas mulheres, cuja maioria não tem a possibilidade de outras realizações fora do espaço doméstico, assumir um novo papel exercendo um poder e uma autoridade no lar, o que pode ser compensador. Assim, elas comentam:

“Meu filho é tudo, não dá para pensar minha vida sem ele. Tudo muda na vida da gente quando nascem os filhos. Eles são carinhosos preenche a nossa vida”. E.T. 53 anos.

“Adoro meus filhos, sou mais feliz depois que fui mãe. São a coisa mais importante na minha vida”. E.G. 46 anos.

“Meu filho é minha alegria. Se ele está bem eu também estou” V.P. 34 anos”.

Se a maternidade idealizada é possibilitadora de uma identidade feminina e um prestígio até então desconhecido, transforma-se muitas vezes em limitadora de uma outra identidade, a da mulher independente, com mais

liberdade. Ao mesmo tempo é necessário considerar a existência de um sentimento ambíguo e contraditório, pois se, de um lado, a maternidade é valorizada, ela exige responsabilidade e nem sempre se tem condições materiais para realizá-la. O depoimento abaixo expressa esse antagonismo:

Eu sempre quis ser livre. Sempre foi o meu maior sonho. Tentei realizá-lo, mas depois que meu filho nasceu tudo mudou. Tive que parar de estudar, minha vida mudou. Me sacrifiquei para dar condições para ele. Perdi muitas coisas, mas não me arrependo. Mas eu o amo muito. Ele é carinhoso e tem me ajudado muito". E.G. 46 anos.

Para a psicanalista Mannoni (1977:30), o nascimento de um filho representa para uma mãe a recompensa ou repetição de sua própria infância. O filho vai ocupar lugar em seus sonhos perdidos, vai preencher aquilo que ficou vazio em seu próprio passado. Quando o filho, encarregado de recuperar os sonhos perdidos da mãe, nasce doente, a irrupção na realidade de uma situação a faz entrar em choque, pois no momento em que, no plano fantasmático, seus vazios eram preenchidos por um filho imaginário surge um ser real que não só vai renovar seus traumas e insatisfações, como vai deixá-los mais intensos do que antes. O próximo depoimento expressa esses sentimentos:

"Minha vida sempre foi muito difícil, sem mãe desde de cedo vivendo para lá e pra cá. Depois de muito sacrifício, consegui realizar meus sonhos, construir minha casa e ser mãe, queria fazer tudo diferente com minha filha, mas infelizmente pouco tempo depois ela ficou doente. Tudo mudou". D.P. 28 anos.

Portanto, ao se falar das mães da ACTC, é preciso retomar suas trajetórias de luta pela vida do filho mediante o diagnóstico, muitas vezes, incompreensível para muitas delas. Segundo Mannoni (1977:26), a mãe foi feita para dar a vida e lutará com todas as suas forças contra qualquer atentado à vida que dela saiu. E é isso que, mesmo fragilizadas e impotentes diante dessa situação, estas mulheres fazem ao desafiarem as dificuldades financeiras, de acesso e de acomodação na cidade de São Paulo. O depoimento a seguir mostra o desejo de salvar e proteger o filho:

“Tudo que acontece com o filho a gente sente. Pelo filho, a gente faz tudo. Quando soube que ele estava doente, larguei tudo e vim sem dinheiro, sem conhecer nada para salvá-lo. Me sacrifiquei por ele. A gente esquece da gente. Se o filho não está bem, a gente também não fica bem”. E.B. 50 anos.

Muitas vezes estas mães sentem culpa, raiva, impotência e questionam sobre o que fizeram de errado durante a gestação para receberem tal punição. Como verdadeiras heroínas, na maioria das vezes sozinhas, elas encontram forças para lutar pela vida de seu filho. O depoimento de uma mãe é revelador em relação a esses sentimentos:

“Quando soube que meu filho tinha ficado doente e, que era por vírus, me desesperei. Me senti culpada. Pensei: se eu não tivesse viajado, ele estaria bem. Foi uma dor muito grande. Parece que a gente fica fora do mundo. Flutuando”. S.T. 32 anos.

Ao estudar a vivência da mãe que possui um filho portador de cardiopatia congênita, doença que afeta muitas crianças que se hospedam na ACTC, Ribeiro e Madeira (2004:1) apontam que “os medos e as dependências da mãe são evidenciados quando ela dá a luz uma criança com defeito. Como, para muitas delas, o coração é o órgão mais vital do corpo, este tipo de diagnóstico provoca uma grande apreensão”. Assim, os sonhos em que se imaginam, o crescimento e educação do filho são interrompidos. A maioria das mulheres vai experimentar uma combinação de sentimentos de desamparo, ansiedade e frustração, além de perder as referências de sua própria vida, como demonstra o depoimento abaixo:

“Estou aqui há mais de um ano. Desde que ele nasceu soubemos que era doente. Minha vida parou, perdi emprego, fico sozinha aqui com meu filho. Graças a Deus, ele está bem. Quando voltar, preciso reaprender muitas coisas”. O.N. 32 anos.

“Minha vida está em suspenso. Larguei tudo. Estou aguardando minha filha fazer cirurgia, o caso dela é grave, mas tenho esperança, temos que lutar”. S.T. 32 anos.

Há que se considerar que a maternidade traz inúmeras faces que fazem dela não apenas um fenômeno biológico, mas também uma construção que abarca um conjunto de ideias e práticas sociais historicamente legitimadas. Nesse sentido, faz-se necessário estar atento às generalizações, uma vez que em um momento ela aparece como um prazer indiscutível e também como necessidade afetiva e em outros pode ser de difícil exercício, podendo, portanto, suscitar prazer e opressão. Um depoimento a seguir parece traduzir essas contradições:

“Sem meu filho, minha vida fica sem sentido. Quero que ele fique bem, só estou aqui por ele. Cuido dele o melhor que posso. Às vezes estou bem e fico animada, mas tem vezes que perco a paciência com ele e com tudo”. C.L. 47 anos.

Além disso, a maternidade posiciona a mulher diante de uma nova situação que implica adaptação de comportamento. Esse processo é lento e gradual exigindo da mulher capacidade de dar sentido a esta vivência. Trazendo mudanças intensas na vida da mulher, principalmente no que se refere à sua identidade, pois o nascimento de um filho implica o nascimento de uma “mãe” para este filho. Assiste-se à passagem da mulher-filha para a mulher-mãe. É uma situação conflituosa, uma vez que se abandona o lugar conhecido para iniciar um processo desconhecido. Segundo Neumann (1995:40), “quando ocorre o nascimento e com ele se conclui a transformação da mulher em mãe, põe-se em atividade uma nova constelação arquetípica, a qual remodela a vida da mulher até suas camadas mais profundas”. Um depoimento retrata essa condição:

“Ter um filho é uma alegria, mas a vida da gente muda muito. A gente se transforma em outra pessoa. Com a doença, a gente fica mais perdida, fica tudo mais difícil, é um novo rumo. A doença nos deixa insegura”. S.L. 32 anos.

Assim, a maioria das mulheres da ACTC, sem o amparo familiar, em razão da doença do filho e dos cuidados que esse tratamento requer, mesmo fragilizadas, assumem o filho e vão em busca de reverter essa situação. Diante da idealização dos papéis imputados à mãe nesse momento, em que se voltam

com toda sua força para o exercício da maternagem, com poucas possibilidades de realizações pessoais, muitas delas se sentem culpadas pelos sentimentos de raiva e frustração e até mesmo pelo desejo de poderem se afastar mesmo que por algumas horas do filho. Um delas comenta:

“Às vezes tenho vontade de ficar só, quero alguém da minha família, venha me ajudar. Tem dias que não aguento. Me sinto oprimida, preciso sair um pouco, ajuda a desestressar”. D.P. 28 anos.

O sentido da maternidade, do ponto de vista biológico, é a preservação da espécie, assim, sem dúvida, o filho está ligado à mãe e necessita de cuidados, mas não necessariamente a mãe está ligada ao filho. Segundo Delauss (1999:175),

“o sofrimento materno é na maior parte das vezes mudo: em todo caso, está longe de ser evidente: as mulheres o dissimulam por vergonha de não ser como todo mundo, por temor de ser julgadas, por medo de que se intervenha na relação com o filho e ainda por desespero de não estar à altura de seu ideal de mãe”.

Percebe-se entre as mães da ACTC a circulação de sentimentos de dor, opressão e angústia, diante da idealização do papel materno, ao enfrentamento da doença do filho e à espera do tratamento, fatos que representam o adiamento momentâneo de seus projetos futuros.

Segundo Badinter (1985:367), “o amor materno não é inerente às mulheres. É adicional”, sendo assim o desenvolvimento do afeto deveria ser conquistado na convivência, sendo que este não é dado de antemão, demanda empenho nas relações”.

Por outro lado, a supremacia das funções maternas, ante a exigência de dedicação total e incondicional, pode ser opressora, impondo às mulheres da ACTC uma anulação de sua subjetividade e de seus desejos, já que ela substituiria a condição de mulher pelo de mãe em tempo integral.

Na tentativa de alcançar esse ideal a consequência pode ser o adoecimento e neste sentido uma delas comenta:

“Gosto também de me cuidar, mas nem sempre dá, pois meu filho é pequeno exige atenção o tempo todo. Fico cansada, sem vontade de nada, é pelo meu filho. Às vezes sinto muita dor. Fico com depressão”.

Segundo Badinter (1985:22), “o amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito”. É a ele que nos reportamos ao observar as falas das mães da ACTC. A maternidade sentida em suas diferentes facetas parece trazer ainda as marcas culturais da idealização da maternidade, o que faz com que o cansaço físico e emocional e os sentimentos de angústia e dor sejam contidos e sufocados, por medo de um julgamento de não estarem correspondendo ao papel que se julga ser o esperado.

Soma-se a isso o fato de que essas mulheres têm sua vida “sequestrada” pela doença do filho muitas vezes adiando projetos, afastando-se da família e do cotidiano. No entanto, inadvertidamente se veem imersas em um mundo totalmente novo, inicialmente estranho e assustador, mas que vai exigir uma busca interior em que se descobrem de novos recursos pessoais que sustentam essa dramática realidade que se impõe.

A Morte: o fio tênue da vida

O homem sempre pensou, refletiu e mostrou perplexidade diante da finitude da vida. O Homo Sapiens é a única espécie consciente de sua mortalidade, distinguindo-se assim dos outros seres vivos. Pode-se afirmar que a única certeza da vida é a morte, uma verdade universal comum a todas as culturas.

Segundo Maranhão (2008:62), a busca de desvendar o significado da morte constitui uma das tarefas centrais de alguns dos nossos principais sistemas de pensamento filosófico. Platão afirmava que a Filosofia não é senão uma meditação da morte, e Cícero, para o qual a Filosofia é uma preparação para a morte.

Para Rodrigues (2006:19), “a consciência da morte é uma marca da humanidade”. Durante o processo de hominização, além de instrumentos de

sílex, a existência das sepulturas denuncia as marcas da presença humana em um território. As sepulturas mostram evidências de rituais desde o homem de Neanderthal. Este não apenas enterrava seus mortos, mas também os posicionava, atitude que parece apontar para crenças após a vida. Conforme Morin (1997:23), “já não é mais uma questão de instinto, e sim a aurora do pensamento humano, que se traduz por uma espécie de revolta contra a morte”.

De acordo com Rodrigues (2006:101), “a morte é um produto da história”, assim os homens vêm produzindo uma variedade de representações em torno da sua morte e dos outros, sendo esta vivenciada das mais variadas formas, dependendo da época, da sociedade em que se vive, dos grupos sociais a que se pertence e do lugar que se ocupa na pirâmide social.

Segundo Maranhão (2008:21), o fenômeno da morte não se restringe à sua dimensão natural e biológica. “Ela comporta, também, como qualquer fato da vida humana, uma dimensão social e, como tal, ela representa um acontecimento estratificado”. Desse modo, todos morrem, mas a duração da vida e as modalidades do fim vão variar segundo as classes sociais, uma vez que a distribuição de renda e o acesso a bens e serviços de uma determinada sociedade relacionam-se com a expectativa de vida.

Em seus estudos, Philippe Ariès (2003) expõe a morte e o modo como foi vivenciada pelo homem ocidental em cada época. Na idade Média até o século XI, a morte, e tudo que lhe dissesse a respeito, era pública e comunitária, portanto compartilhada. Para os cristãos, a morte era o caminho para a ressurreição e enquanto aguardavam o juízo final os corpos repousavam esperando o reencontro com Cristo. Portanto, o corpo era importante e, quando a morte chegava, era recebida com simplicidade e se tomava providências rituais do tratamento do cadáver. Nessa época, os funerais são dominados pela expressão ritual da dor e dos elogios ao defunto, além do cortejo fúnebre até a sepultura.

O moribundo, logo que observava os primeiros sinais de morte, se preparava para recebê-la e no leito dava as últimas recomendações, confessava seus pecados, pedia perdão às pessoas à sua volta, escolhia sua

sepultura e fazia o seu testamento em voz alta. Para Rodrigues (2006:103), “o moribundo preside a sua morte, diante de uma assistência calma que contribui para que tudo corra bem”. Nessa época a morte era a passagem de uma vida para outra, a transição das coisas passageiras para as eternas.

Para esse autor (2006:121), por volta do século XV, a morte no leito passou a ser carregada de um sentido dramático antes inexistente e pode estar ligado às novas concepções de vida e morte: desenvolvimento de sentimento de individualidade, surgimento da consciência de uma biografia individual, questionamento sobre a imortalidade e a salvação e crescimento do amor à vida.

O processo de laicização, característico do século das luzes, que defendia o domínio da razão sobre a visão teocêntrica, dominante na Europa desde a Idade Média, vai atingir os domínios da vida e da morte, encontrando sua expressão nuclear na oposição que se desenvolve entre o corpo e a alma. Assim, segundo Rodrigues (2006:130), no curso dessas transformações assiste-se nos séculos seguintes a modificações fundamentais nos comportamentos, nos pensamentos e nos sentimentos funerários: a transformação do corpo humano em objeto, a apropriação da morte pela medicina e pela família, o desenvolvimento da ideologia da higiene e a consequente separação entre o cemitério e a cidade.

À medida que as sociedades se industrializavam, a morte ia se afastando do cotidiano. Durante o século XIX, conforme Rodrigues (2006:160), a morte, que até o século XVIII era parte integrante do ato de viver, transformou-se em acontecimento detestável e terrível, embora fascinante e atraente, à proporção que vem romper o andamento normal da vida.

No decorrer do século XX, presencia-se uma verdadeira transformação das práticas fúnebres e dos pensamentos e sentimentos a ela associados. Segundo Maranhão (2008:9), “a morte tão presente, tão doméstica no passado, foi tornando-se vergonhosa e objeto de interdição.” A morte foi se tornando um tema proibido, uma coisa inominável. Presencia-se a negação da morte, oculta-se o que diz respeito a ela. Não se fala mais a seu respeito, guarda-se silêncio nos questionamentos das crianças sobre esse tema, os velhos são afastados,

pois evocam a morte, não é de bom tom falar sobre esse assunto. Ainda para esse autor (2008:11), numa sociedade como a nossa, completamente dirigida à produtividade e ao progresso, não se pensa na morte e fala-se dela o menos possível. Uma sociedade regida pela aparência, pelo individualismo, em que se cultua o belo e o saudável não há lugar para a morte, que se torna excluída e silenciada.

Com o extraordinário avanço técnico da medicina, um dos aspectos mais importantes dessa mudança foi o deslocamento do lugar da morte, que é transferida da casa para o hospital. A figura do médico de família desaparece, não se morre em casa, mas sozinho no hospital. É dessa objetividade hospitalar vivenciada que nos conta uma das mães da ACTC:

“Fiquei muito mal, quando a médica me disse que o caso da minha filha não tinha mais o que fazer. A única salvação era um coração, que acabou não vindo. Sei que os médicos têm que nos contar a verdade, mas foi muito difícil ouvir isso, dessa forma”. E.G. 46 anos.

Na Sociedade contemporânea ocidental a expressão da dor é tolerada apenas na intimidade e o luto é privatizado e não envolve mais a comunidade, mas relegado às práticas individuais, com a finalidade de poupar a coletividade. A neutralização dos ritos funerários e ocultação da morte fazem parte dessa incapacidade social de se lidar com ela.

Rodrigues (2006:239) discute quatro mitos que a sociedade forjou sobre si mesma: o da extrema riqueza da sociedade industrial; o da extrema capacidade produtiva da civilização moderna; o do progresso, que é a categoria adequada a uma sociedade que deseja produzir, acumular, consumir e permanecer indefinidamente; e por último, o mito da vida, síntese dos anteriores, pois carrega a crença de que se pode produzir vida graças à capacidade técnica, à capacidade produtiva, à riqueza e ao progresso. Assim, o mito da vida é o banimento da ideia de morte, a postulação da imortalidade humana. Ainda segundo esse autor, o mito da vida e o tabu da morte nos impediriam de aprender sobre ela, essa condição inacessível à inteligência humana.

A ideia da morte é socialmente construída e não representa para todos o que significa para o homem ocidental. A morte, fato natural, atinge indiscriminadamente a todos, apesar da desigualdade no acesso aos diferentes recursos disponíveis para se tentar evitá-la. Os ditados populares como “a morte não escolhe a quem,” “depois de mortos, todos vamos para o mesmo lugar” parecem acenar como uma ideia de justiça social. No entanto, as desigualdades de renda e de acesso a bens e serviços de uma sociedade estão diretamente relacionadas com a expectativa e qualidade de vida. No Brasil, as desigualdades sociais desses recursos incidem também sobre as questões de saúde.

Um estudo sobre as doenças do coração na infância realizado pela equipe de pesquisadores da Latec-UFF aponta que essas doenças resultam em sua maioria em anormalidades congênitas. No entanto, considera também que “nas populações carentes de países em desenvolvimento, especialmente as que residem em área superpovoadas, verifica-se uma frequência maior de cardiopatias adquiridas, situação agravada pela falta de recursos da família e, inúmeras vezes por deficiência nos serviços públicos de saúde” (2004:2). Este é o caso de uma das mães, que após o falecimento do filho, comentou:

“Sempre moramos na roça em casa de pau a pique. Quando meu filho ficou doente, descobri que ele tinha chagas e que eu havia passado a doença para ele no parto. Por isso, ele teve que fazer transplante”.
E.B. 50 anos.

O diagnóstico de doenças cardíacas vem carregado do estigma da morte, evidenciando, assim, a finitude humana.

Fonte inspiradora dos poetas, o coração tem uma simbologia que está impregnada no imaginário dos grupos sociais, constituindo-se em um arquétipo que habita o inconsciente, influenciando de maneira ímpar o indivíduo nos acontecimentos. O coração tem uma longa história, sendo mencionado ao longo dos tempos de diversas maneiras na mitologia, na teologia e em textos literários. O simbolismo do coração é central em inúmeros mitos.

Sobre a origem da palavra coração, a raiz krd expressa a ideia de centro, reforçado em português, pelo sufixo, ção. A expressão desse centro

aparece claramente em carvão. Assim, em sua etimologia, basicamente um centro vital essencial, um lugar para os sentimentos. Todas as imagens de centro como a taça, o cofre e a caverna relacionam-se com o coração. Segundo Cirlot (2005), para os alquimistas, o coração é a imagem do sol no homem.

Para os egípcios, o coração estava intimamente associado à alma, acreditando na sua importância após a morte, e no ritual do julgamento, seria pesado e comparado ao peso de uma pena e, se isso acontecesse, significaria o renascimento para a vida eterna. Entre os povos Maias e astecas, o coração era, em diferentes rituais, um símbolo central de proteção e por isso esse povo tinha de ser alimentado continuamente com a comida mais sagrada: o coração e o sangue humanos, ainda pulsando e banhado de sangue.

Com o surgimento do Cristianismo, o coração e seu símbolo tomam uma nova dimensão. O apogeu coincide com o culto ao Sagrado Coração de Jesus, ligado ao calvário quando a lança do centurião romano atravessa o tórax de Cristo na cruz. São João descreve essa ferida como o coração trespassado de Jesus, o Salvador, que derramou seu sangue pela salvação dos homens. Para os primeiros cristãos, o Coração de Jesus se tornou o símbolo da bondade e da caridade cristãs.

Centro das emoções, do amor, da vida e do corpo, as expressões populares mostram sua ligação com os sentimentos humanos e seus diferentes significados: “alguém tem bom coração”; outros, os insensíveis “não têm coração” ou “coração de pedra”; o “coração partido e o coração apertado” mostram tristeza; “abrir o coração” traz intimidade; “nó no coração” traduz nossa angústia; “fundo do coração” envolve sinceridade; “meu coração parou” quando estamos com medo.

Em todas essas expressões o coração é o símbolo do que não pode ser controlado nem pelo intelecto nem pela vontade. Para as mães da ACTC, o coração, centro de suas preocupações, é também o símbolo usado para traduzir a dor, o sofrimento e a angústia:

“Meu coração está dolorido hoje”.

“Às vezes sinto uma dor no peito”.

“Meu coração está apertado”.

Segundo Ramos (1995:111), o coração passa a ser a própria representação do *self* maternal, pois a ele se associam amor e segurança. “Estar com a mãe é de início, estar junto ao seu coração”. Ela aponta ainda que provavelmente é por isso que existem as inúmeras associações de coração com útero. A palavra coração, para a criança, substitui com frequência a palavra ventre “mãe, moro no seu coração”.

Do ponto de vista médico, o nascimento da vida se faz pelo coração, que é auscultado mesmo antes do nascimento. É o primeiro órgão que nasce e o último a morrer. Segundo Gaiarsa apud Ramos (1995:107), “a primeira marca da individualidade que pode ser de alguma forma sentida pelo feto é o início da função cardíaca!”.

É ainda por meio da pulsação e das alterações em seu ritmo, que se denunciam dores ou pontadas provocadas por infarto ou desilusão amorosa. A qualquer coisa que nos aconteça o primeiro sinal é denunciado pelo coração, centro da vida. Para Ramos:

Cada batimento lembra nossa fragilidade e sensibilidade e nos liga a padrões básicos da condição humana. Na nossa era e na nossa cultura, talvez este símbolo expresse a necessidade de retomarmos a ligação com a grande mãe, com o nosso mundo afetivo, com o amor e com o conhecimento direto, não intelectual. (1995:125)

Ainda de acordo com essa autora: “(...) mesmo que a causa de um infarto seja de fundo claramente orgânico ou externo, esse infarto irá se manifestar também na psique como sensação de perda ou sofrimento amoroso, por exemplo dependendo da cultura em que o indivíduo esteja inserido” (idem: 129).

Como o coração é considerado um órgão vital, uma cardiopatia faz aflorar sentimentos de angústia e de medo da morte, principalmente quando a cirurgia cardíaca é a única alternativa de sobrevivência. Dessa forma, o

tratamento cirúrgico cardíaco, além de ser um procedimento complexo, é percebido na maioria das vezes como um acontecimento que tanto pode servir de fluxo para sua existência, como para aniquilá-la de uma só vez. A visão de que o coração é um órgão central ou dominante do corpo faz com que qualquer distúrbio em sua função seja interpretado como uma possibilidade de mortalidade súbita. Por isso, ser tocado nesse órgão mítico pode significar para o homem uma transformação total em seu ser.

O homem teme a morte e tenta lutar para evitá-la e dominá-la. Ela representa a perda irreversível de um objeto de amor e no caso da perda de um filho ocorre a interrupção de uma sequência de vida esperada. Segundo Morin (1997:32), “a dor provocada por uma morte só existe se a individualidade estiver presente e reconhecida; quanto mais o morto for próximo, íntimo, familiar, amado ou respeitado, isto é, único, mais violenta é a dor”. É desse sofrimento imensurável que nos falam as duas mães da ACTC que perderam seus filhos:

“Perder meu filho, foi perder parte de mim. É uma dor que não passa. Ela vai e volta”. E.B. 50 anos.

“Depois da morte da minha filha, tenho uma ferida aberta que cisma em não cicatrizar, pois ela se foi e ficou uma cratera enorme na minha vida”. E.G. 46 anos.

Vazio absoluto, desamparo, desespero, desesperança. As palavras e imagens mais fortes não são capazes de definir, na opinião de especialistas, sobre o luto de uma mãe que perde um filho. “A morte de um filho deixa cicatriz indelével, uma dor eterna”, explicou o psicanalista e psiquiatra Jorge Forbes⁶. “É a pior situação humana, não há perda maior. Não tem nada de simbólico para a pessoa elaborar essa perda. Você morre junto mesmo!”

A psicóloga Gabriela Caselatto⁷ afirma “a perda para a mãe é mais dolorosa que para o pai, pelo que o filho significa na vida dela”. Representa

⁶ Entrevista de Jorge Forbes para o jornal *O ESTADO DE S. PAULO* (Caderno Metrópole, domingo, 13 de abril de 2008).

⁷ Entrevista de Jorge Forbes para o jornal *O ESTADO DE S. PAULO* (Caderno Metrópole, domingo, 13 de abril de 2008).

questões de infância, identidade pessoal, desempenho como mãe e expectativas de futuro que se cria em relação ao filho, que é continuidade da vida dela”.

Essa situação é vivida por uma das mães, que culpa o marido por não expressar os mesmos sentimentos diante da morte do filho:

“Meu marido nunca gostou do meu filho, nunca foi carinhoso com o filho e se não fosse por mim nunca teria buscado ajuda em São Paulo. Quando meu filho morreu, ela não esperou o corpo do nosso filho. Parece que ele nem se importou muito. Me deu uma tristeza”.

Caselatto (2008) também comenta que a mãe, ao perder o filho, muitas vezes sente culpa por sobreviver, por sentir prazer na vida depois da morte do filho e pelos cuidados que supõe poderiam ter evitado a morte do filho.

Segundo Forbes (2008), quando os pais perdem os filhos de forma previsível, ou seja, “ao longo de uma doença do filho, por exemplo, a dor dos pais é terrível, mas haverá elaboração. O luto começa no dia do diagnóstico e eles iniciam a substituição da presença pela memória”. Esse foi o caso de uma delas, que passou um longo período na instituição nutrindo a esperança da chegada de um coração para a filha, no entanto este não chegou a tempo.

“Cada dia eu tinha esperança que chegasse um coração. Nesse tempo eu procurava agradar minha filha. Mas vi que ela estava definhando. Me senti muito triste pois não pude realizar o sonho de dar um coração para minha filha”. E.G. 46 anos.

Outra comenta:

“Como meu filho tinha feito transplante eu estava muito feliz, sabia que tinha riscos, mas sabia de muitos casos de sucesso. Ele estava tão bem, de repente ele se sentiu mal e quando chegamos no INCOR não deu mais tempo. Eu não me conformava”. E.B. 50 anos.

Historicamente as mães cujos filhos vão a óbito não costumam voltar ou manter vínculos com a ACTC, uma vez que retornar é retroceder a uma página que se tenta virar. No entanto, essas duas mães citadas anteriormente, como desejaram e necessitaram, por questões financeiras, continuaram

trabalhando com os bordados, mantiveram ligação com a instituição. Além disso, essas duas mulheres, que se conheceram na ACTC, depois da morte dos filhos, estreitaram laços afetivos, que se construíram na mesma experiência de dor.

Uma delas comenta:

“A decisão de voltar a São Paulo não foi fácil. Vim porque tinha vontade de agradecer a todos. Voltar à ACTC foi difícil, pois me lembrei do meu filho ao passar pelos lugares que ele gostava de ficar. Senti-me só. Ir ao hospital foi mais dolorido, principalmente fazer todo aquele trajeto. Foi bom ter voltado, pois pude rever as pessoas que o meu filho gostava. Chorei muito ao refazer o caminho, estar no lugar que ele esteve”.

A estada desta mãe na ACTC durante uma semana, convidada a dar aulas de bordado para as outras hóspedes, mobilizou o medo. Sua presença gerou grande comoção entre o grupo de mães, pois tiveram suas esperanças abaladas ante a concretização da possibilidade de morte, ao tomarem conhecimento de uma situação de insucesso de transplante. Em razão desses episódios, a outra mãe, vinda recentemente a São Paulo e cuja filha falecera há um ano, hospedou-se em uma pensão próxima da ACTC.⁸

Ela comentou:

“Chorei muito ao subir a escada para a sala de bordado. Lembrei muito da minha filha, mas foi melhor do que eu imaginava. Estava temerosa de voltar. No entanto, não posso ficar muito tempo aqui, senão não sei o que vai acontecer”.

Segundo Hawbachs (1990:74):

“É depois da morte de alguém que a atenção se fixa com maior força sobre sua pessoa. É então, também, que sua imagem é menos nítida, que ela se transforma constantemente, conforme as diversas partes de

⁸ Em função do projeto Bordando Arte, todas as mães que participaram receberam passagens para virem participar da inauguração da exposição.

sua vida que evocamos. À medida que se recua no passado, muda porque algumas impressões se apagam e outras se sobressaem”.

Isso parece ser o que acontece com essas mães ao retomarem a lembrança do filho que retorna de forma idealizada e sem conflitos:

“Meu filho era uma pessoa muito boa. Ele se dava bem com todo mundo, todos gostavam dele. Ele era especial. Ele bordava melhor do que eu”. E.B. 50 anos.

Percebe-se nesse relato a tentativa dessas mães de criarem um lugar para seus filhos, idealizando-os e procurando conservar viva suas imagens. Essa situação nos remete aos estudos de Bernini (2000:79) sobre mães que, ao perderam seus filhos, constroem mitos pessoais. “São narrativas que constroem pouco a pouco figuras mais completas e densas que os próprios personagens quando vivos. Ganham espessura. O que fica o que importa é não deixar o filho cair no esquecimento. É atualizá-lo a cada momento para os que não o conheceram”.

Maranhão (2008:19), ao analisar as práticas dos funerais, aponta que as expressões sociais como desfile de pêsames, as cartas de condolências e os trajes negros desapareceram da cultura urbana. O Luto se encontra esgarçado na sociedade contemporânea, que exige do indivíduo enlutado um autocontrole de suas emoções, a fim de não perturbar as outras pessoas com coisas tão desagradáveis. Pertencentes às camadas mais pobres da população e vindas de cidades pequenas do interior do Brasil – locais em que também não mais se usa os trajes negros – mas que possivelmente ainda se mantém alguns rituais de morte envolvendo a comunidade – as mães da ACTC se permitem expressar publicamente sua dor sem discrição. Essas mulheres parecem encontrar na ACTC, um lugar de ritualização da perda. Assim, assiste-se sem constrangimento a explosão do choro, que se expressa com lágrimas, gritos e dilaceração. Extravasar a dor pode também ser compreendido como ato de fidelidade ao filho.

A elaboração do luto pela perda de um filho é subjetiva para cada mãe, pois gera muita ansiedade e temor. Um momento como esse se constitui como

uma crise na vida do sujeito. Por ser um acontecimento estressante, envolvendo uma perda, o medo e a dor fazem com que a pessoa sinta-se desamparada. Essa situação envolve reflexos físicos psicológicos, como mostram os depoimentos:

“Desde que perdi meu filho, não consigo comer. Não tenho vontade de nada , por isso emagreci tanto. Vivo numa luta: tenho medo de viciar com remédio de depressão, mas às vezes não consigo fazer nada. A depressão vai e vem”. E.B. 50 anos.

“Tenho muita depressão desde que minha filha morreu, é uma tristeza sem fim. Tento reagir, mas às vezes não dá, é uma angústia muito grande, parece que não tem fim. Emagreci muito. Voltei ao meu corpo de antigamente”. E.G. 46 anos.

Apoiar-se na família e dividir com alguém os sentimentos que podem surgir, como a raiva, tristeza, o desânimo, a saudade é fundamental nesse processo. Assim, é comum ligarem para a assistente social e outros funcionários da ACTC. Esse é o caso dessas duas mães, que enxergam na instituição um lugar em que podem extravasar e compartilhar sua dor, uma vez que a sua história de perda está marcada na memória da Casa. Sobre isso Halbwachs (1990:143) comenta: “não há memória coletiva que não se desenvolva em um quadro espacial. É sobre o espaço, o nosso espaço que devemos voltar nossa atenção: é sobre ele que nosso comportamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças”.

Por outro lado, enlutar-se é experimentar e lidar com todas as emoções e os problemas que advêm da perda e também com um processo de mudança e de reorganização. Essas mudanças se mesclam e levam tempo. Cada uma delas é necessária para a superação do luto e no caso da perda de um filho há uma prolongada fase de recuperação.

Vivendo esse processo, uma das mães comenta:

“Como mãe não pude realizar o sonho de dar a minha filha um coração novo, me senti muito triste por isso. A minha filha é quem me deu este coração novo e como esta doação faz pouco tempo que foi

transplantado em mim, não sei o que fazer, só sei que está na fase de rejeição, porque é o que acontece com quem é transplantado. Mas sei que esse novo coração vai parar de rejeitar e vou voltar a sonhar, a ter novos projetos“.

Segundo Maranhão (2008:11), na sociedade contemporânea em que o contexto hospitalar que assume parte das práticas funerárias, quando ocorre um falecimento, não se faz alusão à morte, mas diz-se que ele foi a óbito. Esse é também o termo técnico utilizado na ACTC.

Nessa situação, o corpo da criança, que agora pertencente à medicina na figura do médico, é preparado para ser encaminhado para o local de origem. Enquanto o corpo é preparado, a mãe volta para a instituição sendo acompanhada pela psicóloga e ou assistente social, momento em que é consolada pelas companheiras que a ajudam a arrumar a mala, fazem chá. A maioria das mulheres participa ativamente desse encaminhamento final, mas há aquelas que se recolhem. Nesses momentos, os ruídos cessam, alguém fica com as crianças e, no geral, percebe-se a expansão da solidariedade e da tolerância.

Bordar vem carregado de memórias e desempenha um papel importante na vida dessas mulheres, uma vez que este ato vem carregado de lembranças de um tempo de espera e de esperança. Ao relembrar os fatos, viajam no tempo e trazem os momentos de dor, que parece teimar em permanecer. Uma delas diz:

“Quando minha menina estava na UTI, eu bordava, mas nem sempre o meu bordado saía bom. Nunca deixei de ter esperança e me concentrava no bordado. No final quando sabia que as chances da minha filha eram muito pouca, não sei o que acontecia, mas meus dedos se feriam. Não apareceu um coração para minha filha e ela se foi”.

A outra, ao continuar bordando, parece querer realizar o sonho do filho e assim preservar sua memória:

“Eu e meu filho bordávamos juntos. Toda vez que pego um bordado, lembro dele. O ponto dele era perfeito. Ele sabia escolher e combinar

as cores. Com o dinheiro do bordado eu e meu filho conseguimos comprar muitas coisas que tínhamos vontade de comprar. Quero continuar bordando para arrumar o túmulo dele”.

Lidar com a perda é um processo individual e social que afeta e exige da família um novo enquadramento social. Assim, nos relatos de uma das mães são notórias as mudanças na relação com o marido. Nota-se também, em seu depoimento, que ela não esconde mais nada, pois nada parece ter importância. Aponta também as transformações que a vivência com o filho gerou. Ela conta da violência do marido, que antes nem sequer havia mencionado:

“Meu marido não sentiu a perda do nosso filho. Ele sempre teve ciúmes de nós dois. Depois da morte do nosso filho, nossa vida mudou. Eu não ligo mais para ele. Sou outra, agora vou dizer a verdade, não quero mais fazer sexo com ele. Nunca tinha dito, mas ele pouco depois do falecimento do meu filho tentou me agredir com um canivete. Agora sou uma mulher independente. Devo isso ao meu filho”.

Segundo Morin (1997:80), “a religião, que vai se especializar cada vez mais na canalização do mito da imortalidade, expressa esse traumatismo dando-lhe uma forma e uma saúde. A religião é a saúde social, que acalma a angústia mórbida individual da morte”. Assim, as crenças religiosas acabam tendo um papel vital ao canalizar as emoções, ajudando essas mulheres neste momento em que o “projeto materno” se encontra rompido. Elas comentam:

“Quando minha filha estava nas últimas, eu dizia para mim mesma: Meu Deus, sei que você está me castigando, mas pode me dar chibatadas, posso sofrer tudo, mas deixe minha filha viver. Infelizmente ela não pode ficar entre nós. Perdi minha filha, mas me apoio em Deus. Sei que minha filha hoje está com nossa senhora”. E.G. 46 anos.

Ao enfrentarem a iminência da morte “fora do lugar”, “fora de ordem”, as mães da ACTC vivem a angústia ante a possibilidade de perda dos filhos, desde o momento que tomam consciência do diagnóstico. Diante da concretização da morte, vivenciam o processo do luto, buscando forças nelas

mesmas, na família, nos funcionários da ACTC, na religião, nas companheiras e nos bordados. Essas novas vivências parecem estar sendo absorvidas e, neste processo de transformação, buscam forças para dar um novo sentido em suas vidas. Elas comentam:

“Como não consigo emprego por aqui, o bordado me ajuda muito. Quando bordo, lembro do meu filho, ponho a música que ele gosta e tento fazer os pontos mais bonitos. Os bordados me ajudam muito, hoje sou mais independente, ao bordar vejo que posso fazer coisas lindas. Aperfeiçoei meus pontos. Cada trabalho é um novo desafio. Hoje sou uma nova pessoa, uma outra mulher. Devo isso ao meu filho e a tudo que vivi. Não quero parar e quero ajudar pessoas que passaram pelo que passei. Quero fazer uma campanha para doação de órgãos”. E.B. 50 anos.

“O bordado me ajuda muito financeiramente. Fico muito feliz por vocês me enviarem bordados, pois não estou bem de saúde e está difícil fazer faxina. Ainda estou sofrendo muito com a perda da minha filha. A ACTC e o hospital ainda estão pregados no meu sangue, na minha alma e no meu coração novo, que vai tentar descobrir e buscar como cuidar dele para seguir em frente”. E.G. 46 anos.

Os bordados são como um fio que perpassa a história dessas duas mulheres, desde a sua chegada devido à doença do filho até sua morte. O fio, porém, não foi arrematado. É fio contínuo que segue no luto, na elaboração da dor da perda, na construção de um recomeço e na continuidade de suas histórias.

Convidadas a participar da série “Mães e filhos”, da artista Rosana Palazyan⁹, cuja ideia era fazer aflorar sentimentos outros que vão além do que estão sendo vivenciados no momento. Essas duas mães, ao desenharem no lenço, os rostos e os sonhos dos filhos, inscreveram suas dores, sua saudade. Seus depoimentos expressam esses sentimentos:

⁹ Este trabalho está inserido no projeto Bordando Arte, em que 58 artistas criaram obras que foram bordadas por 33 mães.

“Não foi fácil fazer o desenho do rosto dele. Eu não estava conseguindo, mas olhei para sua foto e aos poucos ele foi surgindo. Foi um momento difícil, mas fiz com muito capricho os bordados. Fiquei emocionada de ver a carinha dele na pinacoteca”.

“No primeiro momento, eu disse a mim mesma: vai ser fácil desenhar os sonhos dela, mas não foi. Chorei e entre minhas lágrimas fui desenhando o que passava pela minha cabeça. Eu, como mãe, não pude dar a ela um coração novo, mas realizei o seu sonho, vestindo-a de princesa que era o que ela queria ser. Ela sempre gostava que a chamassem de princesa e de se vestir assim”.

Percebe-se que essas mães, apesar da tristeza profunda por estarem diante do colapso da vida e vivenciando o desamparo de uma mudança tão radical, dentro de suas possibilidades, buscam forças nos parentes e nos amigos. Ao retomar os bordados, organizam seus pensamentos, sentimentos e podem recuperar sua rotina reestabelecendo contato com a realidade, já que esse trabalho resulta em uma ajuda financeira significativa.

Os bordados e os filhos parecem ser a memória de um tempo marcado fundamentalmente pela esperança, pela espera quase sempre angustiante, mas também pela dor do irreversível.

Os bordados e as lembranças dos filhos fazem agora parte de uma mesma trama escrita com novas cores, de uma nova história que vai se fazendo marcada pelo desejo de reconstrução de um novo tecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Geertz (1989), o antropólogo constrói textos que são a representação do real, advindo daí a idéia de texto literário. Sendo assim, o significado pleno de uma cultura jamais pode ser apreendido. Segundo o autor, "os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão." Somente o nativo faz a interpretação de primeira mão: é a sua própria cultura.

Esses textos portanto são interpretações, pois são "algo construído", "algo modelado" – o sentido original de *fictio*. Isso não quer dizer que sejam falsas, não factuais ou apenas experimentos de pensamento (1989:11). Portanto há inúmeras possibilidades de leitura e análise de situações e fatos.

Considerando esse aspecto e compartilhando com as idéias de Geertz, faço minha leitura com as tarefas, certamente parcial, de investigação e de interpretação de vivências sociais e culturais da ACTC, carregadas de subjetividades, discursos e memórias.

Assim, quando mergulhei no cotidiano das mães, analisei as histórias de vida das frequentadoras da ACTC e estabeleci relações por meio de seus relatos com a construção de suas identidades; busquei compreender o que é ser mulher para esse grupo e como a doença do filho e as novas experiências com a vinda a São Paulo interferiram na construção e re-construção de suas identidades.

O espaço institucional ACTC, marcadamente feminino, surgiu como um lugar de experiências relacionais de aprendizagens e de assunção de novos papéis. Se por um lado, é um local em que ocorrem conflitos, por outro é

acolhedor, visto que favorece a entrada e em um novo contexto, promovendo a sensação de pertencimento.

Com base nos depoimentos da maioria das mulheres da ACTC, percebe-se que a notícia da doença do filho gera um impacto desestruturante que traz, momentaneamente, uma impressão de vazio, uma sensação de não existência, o que exigirá uma nova configuração que dê conta de lidar com as possibilidades da perda e com a esperança de reverter a situação. Na busca da continuidade do fio da vida, essas mulheres, ao saírem do seu lugar de origem, seu lugar referencial, identitário e histórico, abandonam um espaço-tempo conhecido e se deparam com desafios “inimagináveis”.

Ao chegarem pela primeira vez em São Paulo, pode-se dizer que essas mulheres experimentam a vivência momentânea do “não lugar”, pois se deparam com uma diversidade de acontecimentos que carecem de sentido, bem como procuram meios de resolver suas dificuldades. Nesse movimento, sem se darem conta, vão adquirindo forças, descobrindo recursos e conquistando uma crescente autonomia. Nessa experiência de transitoriedade dois movimentos se coordenam: a preservação de alguns referenciais antigos e a incorporação do novo.

Inserida na instituição e observando as nuances da realidade vivida por essas mulheres, que se mostravam em sua maioria cabisbaixas e silenciadas, foi se construindo um espaço para que narrassem suas histórias. Dar voz a esse grupo, possibilitar um espaço de ensino-aprendizagem, incentivar a criação, socializar conhecimentos, trazer o feminino por meio de discussões e exercícios com o corpo foram caminhos que permitiram o resgate cultural e pessoal. Essas mulheres foram tomadas e atravessadas por essas experiências, cujas marcas se incorporaram ao seu modo de ser e às suas subjetividades, influenciando na reconstrução de suas identidades.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que as mães da ACTC, ao retomarem as memórias familiares, construíram e viveram com os bordados experiências coletivas, do que nos fala Benjamin (1994), que já observava a “pobreza de experiências”, característica do nosso mundo. Não há lugar sem que alguém o perceba. Na atribuição de função de bordadeiras, elas tornam-se

autoras e passam a construir um papel reconhecido na relação com o outro, o que lhes possibilita aprendizagem, contato com a possibilidade de elaboração nunca antes pensada, da angústia, além do retorno financeiro. Deixam de ser apenas mães de crianças doentes.

Transformação e construção estão implícitas no bordado. A criação de uma peça tem relação com a concepção e a gestação. Criar significa gerar algo, trazer o novo, o que não existia. E para a realização disso é necessário tempo para gestá-lo. Essas mulheres vivem uma sucessão de tempos: o tempo da espera, o tempo do feminino, o tempo institucional, o tempo da cidade... Assim, o tempo do bordado remete ao tempo da espera pela cura, em que se traz para esse trabalho suas memórias, suas histórias e seus temas, construindo-se um tempo de reconstrução de si.

Diante da possibilidade da não concretização do futuro do filho e a culpa por não ter uma criança saudável, idealizada, o bordado parece funcionar para muitas delas como processo em que se torna possível a elaboração de conteúdos inconscientes.

A exigência pela qualidade do trabalho entra, não como instrumento cerceador, mas como reconhecimento da capacidade de superação e aprimoramento, o que de certa forma as tira do lugar paralisante de vítima. Ao finalizar o trabalho, esteticamente bem feito, podem reconhecer-se como sujeito capaz de uma produção diferenciada e aceita no mercado.

Apoiando-me em Halbwachs (1990), que considera que a memória não é um produto de uma atividade meramente subjetiva e individual, pois, estando o indivíduo inserido em um grupo, tem sua memória influenciada por valores, modos de vida e representações. Ao resgatar o passado das mulheres da ACTC, vieram à tona tais significados responsáveis pela sua construção como mulher.

Nos últimos anos é inegável que ocorreram mudanças na sociedade brasileira em relação às mulheres, principalmente no que se refere à ocupação do espaço público. Se antes a concepção de ser mulher atrelava-se ao casamento e à maternidade, agora está mais voltada para a inserção no

mercado de trabalho. A assunção do novo papel social de profissional acrescenta uma nova dimensão à identidade feminina, o que não ocorre sem a presença de conflitos e pressões. Segundo Rago (2004:36) “o mundo tem se tornado muito mais feminista e aberto para as mulheres, de modo que, no início desse século, já se pode visualizar a emergência de uma cultura filógena, isto é, amiga das mulheres”.

Ao se investigar o passado das mulheres da ACTC, fazendo a leitura de suas lembranças, não se pode desconsiderar que suas histórias são produto de uma realidade específica: as regiões de origem e os estratos sociais, em sua maioria, menos favorecidos, as tensões e contradições que se estabeleceram em diferentes épocas nas sociedades em que estavam imersas. Para muitas dessas mulheres a construção da identidade se faz em torno dos eixos da maternidade e dos cuidados da casa e do marido.

Com sua célebre frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher” Simone de Beauvoir, irá apontar que “não nasce mulher”, antes “se torna mulher”, através da aprendizagem e repetição de gestos, posturas e expressões que lhes são transmitidos ao longo da vida. Nesse caminho, Joan Scott (1976) reflete sobre o estabelecimento da diferença entre “sexo e gênero” diferença sexual socialmente construída, desafiando e questionando a noção de que a biologia é determinante para os papéis atribuídos às mulheres e de que existe uma “essência feminina”.

E são dessas construções sociais que nos falam as mulheres mais velhas da ACTC, pois em suas lembranças, afloram as marcas de uma educação em que prevaleceram predominantemente relações assimétricas de gênero, nas quais observa-se a demarcação entre os papéis femininos e masculinos, outorgando maior liberdade ao homem e imputando sujeição à mulher, desconsiderando-lhes suas capacidades, sonhos e projetos. Elas expressam por meio de suas narrativas a imagem da mulher reprimida, silenciada, sendo que o espaço para as realizações pessoais praticamente inexistia nessa condição, na qual a mulher deveria ser resguardada para o casamento.

No intercâmbio entre passado e presente, refazem, reconstroem, repensam com imagens atuais as vivências passadas. As mulheres mais jovens, por terem nascido em um momento histórico mais privilegiado, no que tange às conquistas femininas e pelo fato de terem tido mais acesso à escolaridade e inserção no mercado de trabalho, evocam uma educação pautada por comportamentos menos rígidos, levando-as a usufruírem maior liberdade nas escolhas dos parceiros. No entanto, essa condição nem sempre se estende para outros âmbitos de sua vida, já que não possuem independência financeira, o que as torna, muitas vezes, reféns das relações conjugais.

Pode-se dizer que os discursos das mulheres com as quais se realizou este estudo espelham a história vivida pela mulher brasileira e pobre ao longo do tempo, cuidando de todos, trabalhando em casa e muitas vezes fora, normalmente em funções pouco valorizadas socialmente, para ajudar no sustento da família .

Nesse momento peculiar da doença do filho, elas voltam-se ainda mais para o espaço doméstico, evidenciado pelos papéis de mãe, esposa e dona-de-casa. A necessidade de viajar constantemente inviabiliza, para boa parte delas, a manutenção de um emprego fixo.

Elizabeth Badinter (1985) em seus estudos nos mostra que o amor materno inato é um mito. Não é “dado”, mas sim, como deixa antever o título de sua obra, “conquistado”. Segundo essa autora, o amor materno seria fruto de uma construção social, em que a mãe é vista como alguém puro, a quem são atribuídos apenas sentimentos nobres de acolhimento, abrigo e continência. Assim, sentimentos diversos desses parecem ser incabíveis, principalmente na situação em os filhos estão doentes, como é o caso das mães da ACTC, que muitas vezes tem de sufocar seus sentimentos de revolta, frustração e sua dor.

Considerando que a vivência da maternidade é vivida diversamente consoante a classe social, a religião, a faixa etária, o local em que se vive, as experiências pessoais, percebe-se nas narrativas das mulheres mais velhas que a maternidade não se configurou como opção, mas como consequência natural do casamento. Para a maioria das mais jovens, com acesso a

contraceptivos, ser mãe pode ser uma escolha em meio a outros sonhos, como estudar e ter uma carreira, nem sempre possíveis de serem realizados.

Por outro lado, a maternidade para boa parte das mulheres da ACTC apareceu como consequência positiva do casamento e do papel social de esposa, dando-lhes prestígio mesmo tendo de assumir responsabilidades e com reduzidas condições materiais para realizá-las. Para algumas, se por um lado, sentiam-se valorizadas como mães, por outro, encontravam-se limitadas e, muitas vezes, infelizes no papel de esposa.

Todas têm em comum o fato de terem de arcar com a maternagem de um filho doente, pois são elas que viajam, na maioria das vezes sozinhas e determinadas a enfrentar os mais diferentes obstáculos na busca de salvar os filhos. Percebe-se que, diante da dificuldade de realizar seus projetos de vida, o filho muitas vezes surge como uma realização pessoal e como forma de dar vazão ao afeto, pois, conforme Mannoni (1977:30), o filho vai ocupar lugar em seus sonhos perdidos, preencher o vazio do seu passado. Porém, quando ele nasce doente e não pode concretizar seus sonhos, haverá imenso sofrimento para a mãe.

Considerando que a identidade, segundo Hall (2004) não é fixa, sendo esta constantemente reconstruída nas relações sociais, as mulheres ao chegarem à ACTC, expressam impotência, parecendo não acreditar nas suas capacidades pessoais. Aos poucos, transitando por diferentes universos e tendo de lidar com novas situações, transformam-se, adquirindo autoconfiança por meio do reconhecimento de sua capacidade. Portanto, a necessidade e a possibilidade de se exercitar com mais autonomia interferirá na subjetividade desses sujeitos.

A identidade é dinâmica, atualiza-se o tempo todo. Pressupõe movimento no qual se apreende, se descobre outras possibilidades, se avalia, se complementa, abandona-se e incorpora-se algo, transformando-se e integrando-se.

As mulheres da ACTC, nesse movimento, gradativamente, se dão conta das suas potencialidades mudando seu olhar, passam a se perceber e

a lidar de outra forma com aquilo que vivem. Nesse sentido, a remuneração pelos bordados concorre para um manejo diferente da realidade.

A morte, presença silenciosa e, muitas vezes implacável, permeia os corredores e a vida na ACTC. Assim, ao lutar pela vida do filho, mão e voz saem do silêncio e constroem fios, tessitura fina entremeada com esperança. As mãos bordam fios de espera, longa espera, e dela brotam flores, árvores, borboletas, casinhas feitas de sonho, corações...

Os fios de linha, tramas doloridas coloridas, agasalham a vida, bordada em nuvens de fé. Às vezes, o corte. O fio da vida é interrompido. As nuvens de fé se dissipam, anula-se a esperança, rompem-se os laços da longa espera. A voz se cala, o desejo não emudece: do silêncio é urdida uma nova tessitura, feita de profunda dor e lembranças. Uma nova história vai se tramando, na busca contínua de reconstrução de um novo tecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALGRANTI, Leila Mezan. *Famílias e vida doméstica. História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. In: Laura de MELO e SOUZA (org.). São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- ALTMAN, Raquel Zumbano. *Brincando na História. História das crianças no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2004.
- ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo?* São Paulo, Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).
- ALVES, Nilda e Garcia R. Leite. A construção do conhecimento e o currículo dos cursos de formação de professores na vivência de um processo. In: Nilda Alves, Nilda (org.). *Formação de professores: pensar e fazer*. São Paulo, Cortez, 1998.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia Poética*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.
- ARAUJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. História das mulheres no Brasil no Brasil. In: Mary Dep Priore (org.). 7 ed. São Paulo, Contexto, 2004.
- ARIÉS, Philippe. *História da morte no Ocidente; da idade Média aos nossos dias*. Trad. Priscilla Viana de Siqueira. Rio de Janeiro, Ediouro, 2003.
- _____. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, LTC, 1981.
- AUGÉ, Marc. *Não lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, Papirus, 1994.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo, Martins Fontes, 1993. (Coleção Tópicos).

- BACHELARD, Gaston. *A terra e os devaneios do repouso: ensaios sobre as imagens da intimidade*. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2003. (Coleção Tópicos).
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor eterno*. 2. ed. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- BAKHTIN, Michail (Volochinov). *Estética da Criação Verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- BARBOSA, Ana Mae. *Tópicos Utópicos*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.
- BELOTTI, Elena Gianni. *O descondicionamento da mulher: do nascimento à adolescência*. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Vozes, 1975.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo, Brasiliense, 1994 (Obras escolhidas; v. 1).
- _____. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo, 34, 2002.
- BERNARDO, Teresinha. *Memória em branco e preto; olhares sobre São Paulo*. São Paulo, Educ; Fundação Editora UNESP, 1998.
- _____. *Negras, mulheres e mães. Lembranças de Olga de Alaketu*. São Paulo, Educ; Rio de Janeiro, Pallas, 2003.
- BERNINI, Guiomar. *Laços atados – a morte do jovem no discurso materno*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. PUC-SP, 2000.
- BORDANDO ARTE. Pinacoteca do Estado de São Paulo. Nov. de 2008.
- BORDO, Susan. O corpo e a representação da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, Alison M. e BORDO, Susan R. (orgs.). *Gênero corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro, Rosa dos tempos, 1997.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- _____. *O tempo vivo da Memória. Ensaios de psicologia social*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. de Maria Helena Kuhner. 4. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

- BUSSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. História das mulheres no Brasil no Brasil. In: Mary Dep Priore (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo, Contexto, 2004.
- CALLIGARIS, Contardo. *A adolescência*. São Paulo, Publifolha, 2000.
- CALVINO, Ítalo. *A trilha dos ninhos de aranha*. São Paulo, Cia das Letras, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo, Ática, 2000.
- CHEVALIER, Jean e CHEERBRAND, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Trad. de Vera da Costa e Silva. Rio de Janeiro, José Olympio, 2003.
- CHODOROW, Nancy. *Psicanálise e maternidade. Uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1990.
- CIRLOT, Juan-EDUARDO. *Dicionário de símbolos*. São Paulo, Centauro, 2005.
- COELHO, Teixeira. *O que é ação cultural*. São Paulo, Brasiliense. 2008. (Coleção Primeiros passos)
- COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1987.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru, Edusp, 2002.
- D'ALESSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halwachs. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Marco Zero/ANPUK, vol. 13, pp. 97-103, set. 1992/1993.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. História das mulheres no Brasil no Brasil. In: Mary Del Priore (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo, Contexto, 2004.
- DA MOTTA, Alda Britto. Gênero e geração: de articulação fundante a "Mistura indigesta". In: Silvia Lucia FERREIRA e Enilda Rosendo do NASCIMENTO (orgs.). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador, NEIM UFBA, 2002.
- DELASSUS, Jean-Marie. *Os sentidos da maternidade*. Trad. de Maria Thereza Ferreira da Costa. São Paulo, Paulinas, 1999. (Coleção Psicologia familiar).

- DURKHEIM, Emile. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo, Paulinas, 1989.
- ENCICLOPÉDIA MIRADOR. *Editora Encyclopædia Britannica do Brasil*. Rio de Janeiro, 1994. V. 4.
- ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade. História das mulheres no Brasil no Brasil*. In: Mary Dep Priore (org.) *História das mulheres no Brasil*. 7 ed. São Paulo, Contexto, 2004.
- FALCI, Miridan Knox. *Mulheres do sertão nordestino. História das mulheres no Brasil no Brasil*. In: Mary Dep Priore (org.) *História das mulheres no Brasil*. 7 ed. São Paulo, Contexto, 2004.
- FERREIRA, Marieta Moraes y AMADO, J.P. Baptista. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- FONSECA, Cláudia. *Ser mulher, mãe e pobre. História das mulheres no Brasil no Brasil*. In: Mary Dep Priore (org.) *História das mulheres no Brasil*. 7 ed. São Paulo, Contexto, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Os corpos dóceis*. In: *Vigiar e punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- FREITAS, Arthur do Valle. *Atendimento à criança cardiopata: o caso da sociedade Amigos do Coração*. Rio de Janeiro, BNDES, 2002.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro, Imago, 1997.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 1989.
- GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar; como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Record, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo, Biblioteca Vértice, Revista dos Tribunais, 1990.
- HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?* In: Tomaz Tadeu da SILVA (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro, DP &A, 2004.

- JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Trad. de Maria Luiza APPI, Dora Mariana R. F. da Silva. Petrópolis, Vozes, 2002.
- LACAN, Jacques. *O Seminário – Livro 1. Os Escritos Técnicos de Freud*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher – permanência e revolução do feminino*. Liboa, Instituto Piaget, 1996.
- LOMBROSO, Cesare e Guglielmo FERRERO. *La femme criminelle et la prostituée*. Paris, 1986, apud Rachel Soichet. Condições femininas e forma de violência. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989. Apud Magali Engel. Notas, Capítulo de Psiquiatria e Feminilidade. In: História das mulheres no Brasil.
- LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- LOURO, Gaucira Lopes. *Mulheres na sala de aula. História das mulheres no Brasil no Brasil*. In: Mary Dep Priore (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo, Contexto, 2004.
- MACHADO, Regina. *Acordais – Fundamentos teórico-poéticos da arte de contar histórias*. São Paulo, Difusão cultural do livro, 2004.
- MANNONI, Maud. *A criança atrasada e a mãe*. 2. ed. Portugal, Moraes Editores, 1977.
- MARANHÃO, José Luiz de Souza Maranhão. *O que é morte*. São Paulo, Brasillense, 2008. (Coleção primeiros passos).
- MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. São Paulo, Brasiliense. 1999.
- MELLO E SOUZA, Gilda (org.). *Mario de Andrade*. São Paulo, Global, 1988. (Coleção os melhores poemas).
- MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Trad. de Cleone Augusto Rodrigues. Rio de Janeiro, Imago, 1997. (Série Diversos).
- NEUMAN, ERICH. *A grande mãe: um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente*. Trad. de Fernando Pedroza de Mattos, Maria Silvia Mourão Netto. São Paulo, Cultrix, 1995.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10. São Paulo, Educ, 1993.

- ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas, Pontes, 2001.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- _____. *Minha História das mulheres no Brasil*. Trad. de Ângela M. S. Côrrea. São Paulo, Contexto, 2007.
- _____. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru, EDUSC, 2005.
- _____. *Mulheres públicas*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo, Fundação Editora Unesp, 1998. (Prismas).
- POLLAC, Michael. *Memória e identidade*. Estudos Históricos vol. 5. Rio de Janeiro, 1992.
- _____. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos 3. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1989.
- PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo, Contexto, 2004.
- _____. *Mulheres no Brasil colonial*. São Paulo, Contexto, 2000. (Repensando a História).
- _____. *História do Amor no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2005.
- _____. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: Mary Dep Priore (org.). *História das mulheres no Brasil no Brasil*. 7 ed. São Paulo, Contexto, 2004.
- _____. *O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o império*. História das crianças do Brasil. São Paulo, Contexto, 2004.
- _____. *Viagem pelo imaginário do interior do feminino*. Revista Brasileira de História v.19, n. 37. São Paulo, set. 1999. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php. Acesso em 20.01.09.
- _____. *Família na colônia, um conceito elástico*. Revista História Viva, V. 35, set. 2006, pág. 5. Disponível em: www.uol.com.br/historiaviva/reportagens/familianacolônia Acesso em 09.03.09.

- QUEIROS, Bartolomeu Campos. *O livro é passaporte, é bilhete de partida*. In: Prado, Jason e Condini, Paulo. *A formação do leitor: pontos de vista*. Rio de Janeiro. Argus, 1999. Disponível em: www.leiabrasil.org.br Acessado em 09.03.09.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo, CERU E FFLCH-USP, 1983 (col. textos 4).
- RAGO, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade. História das mulheres no Brasil*. In: Mary Dep Priore (org.) Carla Bussanezi (coord. Texto) 7 ed. São Paulo, Contexto, 2004.
- RAMOS, Denise. *A psique do coração: Uma leitura analítica do seu simbolismo*. São Paulo, Cultrix, 1995. (coleção estudos de psicologia Junguiana por analistas junguianos).
- RIBEIRO, Carine e Anézia Moreira Faria MADEIRA. *O significado de ser mãe de um filho portador de cardiopatia: um estudo fenomenológico*. Revista da Escola de Enfermagem da USP, vol. 40 n. 1. São Paulo, mar. 2006. Disponível em: <http://www.Scielo.br/scielo>. Acessado em 28.02.09.
- RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006, 260p. (Coleção Antropologia e Saúde).
- ROSALDO, Michelllee e Louise LAMPHERE. *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- ROSEMBERG, Fulvia. *Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo*. Revista de estudos femininos, 2001, v. 9 n. 2, p. 515-540. Disponível em: scielo.br/pdf/ref/v9n2/8638. Acesso em 12.02.09.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero e patriarcado: violência contra mulheres*. In: VENTURI, Gustavo; RECAMANÁN, Marisol e Oliveira SUELY (org.). *A Mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo, Perseu Abramo, 2004.
- SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Educação e Realidade: gênero e educação. Porto Alegre. v. 1, n. 1976.
- SIMMEL G. *A metrópole e a vida mental*. Organizado por Gilberto Velho. O Fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

- SOIHET, Rachel. *Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas*. Gênero em debate: perspectivas na historiografia contemporânea. In: Maria Izilda S. Santos de Matos e Maria Angélica Soler. (Org.). São Paulo: Educ, 1997.
- SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. História das mulheres no Brasil*. Mary Dep Priore (org.). Carla Bussanezi (coord. Texto) 7. ed. São Paulo, Contexto, 2004.
- SOIHET, Rachel. *História de mulheres e relações de gênero: algumas reflexões*. 7 p. Núcleo de estudos contemporâneos. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/textos/text33.PDF>. Acesso em 03.03.09.
- THOMPSON, Paulo (1935-). *A voz do passado - História Oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- TOMAZ, Cristina Maria Macedo. *De boca em boca; histórias de todos os cantos do Brasil*. São Paulo, Salesiana, 2002.
- VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely (orgs.). *A Mulher brasileira nos espaços públicos e privados*. 1ª ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- VERAS, Maura Pardini Bicudo. *Tempo e espaço na Metrópole: breve reflexões sobre assincronias urbanas*. São Paulo em Perspectiva, v.15 n. 1. São Paulo, Jan.; Mar., 2001. Disponível em: www.scielo.br/pdf/spp/v15n1/8583.pdf Acesso em 10.02.09.
- VERNANT, J.P. "Aspectos míticos da memória e do tempo". In: *Mito e Pensamento entre os Gregos*. São Paulo: Difel/Edusp, 1973.

Anexo

QUADRO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Região norte	Nordeste	Sudeste	Região Sul	Centro-oeste
O.N. 32 anos	T.B. 43 anos	E.G. 46 anos	C.T. 44 anos	E.B. 50 anos
S.L. 32 anos		E.T. 53 anos	S.T. 28 anos	
		V.P. 34 anos	C.L. 47 anos	
		D.P. 28 anos		

Anexo

BORDADOS DAS MULHERES DA ACTC







